CRISE E ESTRUTURA AGRÁRIA

A agricultura paulista na década de 30

ANGELA A. KAGEYAMA

ORIENTADOR: ORIO WALDO QUEDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Economia Agrária.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Agosto - 1979

AGRADECIMENTOS

É absolutamente impossível o pagamento de gratidão a todas as pessoas, vivas e mortas, de quem as idéias, os conhecimentos, os conselhos, os ideais, a amizade, o estímulo, estão presentes, e com muita intensidade, em qualquer produção formalmente dita individual.

Porque, se a sistematização e a elaboração final da idéia possam ser mérito de um esforço individual, o produto intelectual é, como qualquer outro, fruto do trabalho acumulado, do conhecimento acumulado e da formação do indivíduo.

Não vou enumerar todos aqueles que me ajudaram, de uma forma ou de outra, a concretizar o produto final, que é a dissertação de mestrado, e a quem sou profundamente grata.

Quero, porém, com muito respeito, deixar meu reconhecimento aos amigos que, além de terem contribuído diretamente nesta dissertação, influíram decisivamente na minha formação intelectual, e sem os quais este trabalho não se teria realizado. Ao Oriowaldo Queda - que, além de tudo, orientou a pesquisa - ao José Graziano da Silva, ao Rodolfo Hoffmann, ao Roberto J. Moreira e à Leonilde S. Medeiros, o meu muito obrigada.

Quero ainda agradecer aos companheiros do Grupo de Estudos Agrários, que através da discussão séria e do intercâmbio constante de idéias e experiências, também estão representados neste trabalho.

Ao Paulo e à Caroline, pela experiência compartilhada dia a dia, e pela paciência que tiveram comigo, dedico este trabalho.

Í N D I C E

Introdução	1
1. A Crise	8
2. O caminho do café em São Paulo	25
3. O problema de pesquisa	29
3.1. A questão da terra	30
3.2. A diversificação da produção agrícola	39
4. O reencontro com os dados	46
4.1. Fonte e limitações	46
4.2. Regionalização	64
5. A posse da terra	73
6. A produção agrícola	102
6.1. Café	102
6.2. Algodão	121
6.3. Alimentos	126
7. Conclusões	139
8. Summary	143
Bibliografia citada	145
Apêndice	153

LISTAS DE MAPAS E TABELAS**PG.**

Mapa 1:	Expansão Cafeeira em São Paulo, 1836/1935	28
Mapa 2:	Distribuição da Lavoura de Algodão no Estado de São Paulo em 1931	44
Mapa 3:	Distribuição da Lavoura de Algodão no Estado de São Paulo em 1937	44
Mapa 4:	Divisão do Estado de São Paulo em Distritos de Estatística	52
Mapa 5:	Divisão do Estado de São Paulo em Zonas	65
Mapa 6:	Estudo para Divisão do Estado de São Paulo em Zonas Cafeeiras	66
Mapa 7:	Zonas de Penetração do Café segundo Períodos de Ocupação	67

x - x - x - x - x - x - x - x - x

Tabela 1:	Produção de Café no Estado de São Paulo, Entradas em Santos e Preços de Exportação, 1915 a 1935	21
Tabela 2:	Receita Líquida do Café nas Diferentes Zonas do Estado de São Paulo, 1928 a 1939	27
Tabela 3:	Expansão de Alguns Produtos Agrícolas e Agro-Industriais no Estado de São Paulo, 1901 a 1939	41
Tabela 4:	Produção de Algodão em São Paulo, 1930 a 1940	43
Tabela 5:	Distribuição da Posse e da Propriedade da Terra em São Paulo, 1937/38 e 1939/40	49
Tabela 6:	Número e Área do Total de Estabelecimentos Agrícolas e dos Estabelecimentos Cafeicultores em São Paulo, 1920 a 1940	57
Tabela 7:	Número e área dos Estabelecimentos Agrícolas no 9º Distrito, 1930/31 a 1937/38	58
Tabela 8:	Comparação entre as Áreas Totais dos Distritos Limítrofes ao 9º Distrito, 1931/32 a 1934/35	60
Tabela 9:	Índices de Produção Agropecuária no 9º Distrito, 1930/31 a 1937/38 ...	61
Tabela 10:	Número de Estabelecimentos Agrícolas em Mogi das Cruzes, 1930/31	62
Tabela 11:	Evolução da Área Cultivada e Área Total entre 1920 e 1937/38 para o Estado de São Paulo	71
Tabela 12:	Área de Pastos e Campos em Relação à Área Total para o Estado de São Paulo, 1930/31 e 1937/38	72
Tabela 13:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	76
Tabela 14:	Distribuição do número de arrendatários, segundo classes de preços de arrendamento da terra, Estado de São Paulo, 1939/40	78

Tabela 15:	Estimativa da Distribuição da Área Total entre os Estabelecimentos Agrícolas, Estado de São Paulo, 1930/31 e 1937/38	80
Tabela 16:	Concentração da Posse da Terra, Estado de São Paulo, 1920 a 1940 ...	82
Tabela 17:	Terras Pertencentes a Estrangeiros, Estado de São Paulo, 1920 a 1940	84
Tabela 18:	Número e Área dos Estabelecimentos Agrícolas em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	85
Tabela 19:	Variação da Área Média dos Estabelecimentos em cinco Regiões do Estado de São Paulo, de 1930/31 a 1937/38	86
Tabela 20:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Zona Velha, 1930/31 a 1937/38	87
Tabela 21:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Zona Sul, 1930/31 a 1937/38	89
Tabela 22:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Zona da Capital, 1930/31 a 1937/38	90
Tabela 23:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Zona Central, 1930/31 a 1937/38	92
Tabela 24:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo a Área Total, Zona Nova, 1930/31 a 1937/38	96
Tabela 25:	Participação Relativa dos Estabelecimentos Pequenos, Médios e Grandes em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	99
Tabela 26:	Produção de Café em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	103
Tabela 27:	Estabelecimentos Cafeicultores em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1931/32 a 1937/38	105
Tabela 28:	Número Médio de Cafeeiros em Produção por Estabelecimento em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1931/32 a 1937/38	106
Tabela 29:	Proporção de Estabelecimentos Cafeicultores em Relação ao Total de Estabelecimentos, em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1931/32 a 1937/38	107
Tabela 30:	Evolução da Cafeicultura em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	109
Tabela 31:	Distribuição dos Estabelecimentos Agrícolas segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Estado de São Paulo, 1931/32 a 1937/38	111
Tabela 32:	Estrutura Agrária Cafeeira, Estado de São Paulo, 1927	113
Tabela 33:	Estimativa da Distribuição do Número de Cafeeiros entre os Estabelecimentos Cafeicultores, Estado de São Paulo, 1931/32 e 1937/38	114

Tabela 34:	Concentração do Capital Cafeeiro, Estado de São Paulo, 1931/32 e 1937/38	115
Tabela 35:	Distribuição dos Estabelecimentos segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Zona Velha, 1931/32 a 1937/38	116
Tabela 36:	Distribuição dos Estabelecimentos segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Zona Sul, 1931/32 a 1937/38	117
Tabela 37:	Distribuição dos Estabelecimentos segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Zona da Capital, 1931/32 a 1937/38	118
Tabela 38:	Distribuição dos Estabelecimentos segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Zona Central, 1931/32 a 1937/38	119
Tabela 39:	Distribuição dos Estabelecimentos segundo o Número de Cafeeiros em Produção, Zona Nova, 1931/32 a 1937/38	119
Tabela 40:	Exportação Geral de Algodão e Café de São Paulo para os Estados Unidos, 1928 a 1937	121
Tabela 41:	Produção de Algodão em Caroço em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	122
Tabela 42:	Evolução das Áreas Cultivadas com Café e Algodão em Cinco Regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	123
Tabela 43:	Número de Descaroçadores de Algodão no Estado de São Paulo, 1931 a 1937/38	125
Tabela 44:	Produção Agrícola, Zona Velha, 1930/31 a 1937/38	127
Tabela 45:	Produção Agrícola, Zona Sul, 1930/31 a 1937/38	128
Tabela 46:	Produção Agrícola, Zona da Capital, 1930/31 a 1937/38	129
Tabela 47:	Produção Agrícola, Zona Central, 1930/31 a 1937/38	130
Tabela 48:	Produção Agrícola, Zona Nova, 1930/31 a 1937/38	131
Tabela 49:	Evolução da Produção Agrícola no Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38	131
Tabela 50:	Participação Relativa de Cinco Regiões do Estado de São Paulo na Produção Agropecuária em 1930/31	135
Tabela 51:	Participação Relativa de Cinco Regiões do Estado de São Paulo na Produção Agropecuária em 1937/38	135

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de algumas preocupações nascidas durante outras pesquisas de que participei, as quais, não obstante voltadas a diferentes objetos de estudo, de uma forma ou de outra acabavam esbarrando com a questão da propriedade da terra no Brasil. Paralelamente, nos seminários e debates sobre a questão agrária brasileira, bem como em grupos de estudo sobre o mesmo tema - e destaco aqui o Grupo de Estudos Agrários centralizado no Departamento de Economia e Planejamento da UNICAMP - a questão da terra sempre volta à baila.

Creio que temos avançado bastante nessa área e seria desnecessário enumerar aqui os trabalhos de pesquisa desenvolvidos recentemente acerca da problemática da terra no contexto mais geral da questão agrária.

Resumidamente, os resultados de tais pesquisas têm apontado a importância fundamental da terra como meio de produção, a sua distribuição extremamente concentrada, as suas vinculações com as formas de trabalho vigentes (especialmente o trabalho volante) assim como com as formas de produção (especialmente dos alimentos básicos contrapostos às culturas de exportação).

A maioria desses trabalhos diz respeito a períodos bastantes recentes, permanecendo uma certa insatisfação sobre o conhecimento daquelas características em anos mais distantes.

Uma das preocupações que me ficaram foi saber se teria havido, em anos anteriores, algum processo de significativa redistribuição da propriedade da terra, já que os dados mais recentes apontavam sempre no sentido da manutenção (ou aumento) de um elevado grau de concentração.

Por outro lado, a maior parte dos estudos disponíveis parecia indicar que tal processo de desconcentração teria ocorrido principalmente em São Paulo na década de 30, em consequência da crise instaurada a partir de 1929. No entanto, quase todos eles carecem de dados empíricos globais que revelem claramente o fenômeno, atendo-se, na grande maioria, a comparações entre os Censos de 1920 e 1940.

De qualquer forma, as explicações não satisfaziam totalmente, tornando-se difícil entender que pudesse ter ocorrido um processo expressivo de desconcentração da propriedade da terra no estado de São Paulo como um todo, principalmente diante da tendência sempre inversa demonstrada nos períodos subseqüentes. Justamente aí é que entrava a explicação “via crise”: os grandes fazendeiros, debilitados pela crise, viam-se obrigados a vender suas terras, que se fracionavam em pequenos sítios, resultando assim uma distribuição menos concentrada. Nas décadas seguintes o processo seria inverso: ao ser restabelecido o dinamismo da economia, haveria uma tendência à aglutinação de pequenas propriedades de forma a recompor algumas grandes unidades e aumentar novamente o grau de concentração.

Embora esse processo deva ter ocorrido realmente em certos casos isolados, por exemplo, através das companhias imobiliárias de colonização e loteamento que atuaram naquela época, não parecia que fosse generalizado para o estado como um todo. As principais razões que levam a supô-lo são duas: primeiro, que as crises capitalistas não podem ser vistas, isoladamente, como momentos de grandes mudanças nas relações estruturais vigentes, especialmente nas relações de propriedade, pois, ao contrário, é durante elas que o capital tenderá a desenvolver “mecanismos de defesa” mais acirradamente, para garantir a sua conservação e reprodução. E sabemos que, na agricultura brasileira, a garantia da propriedade da terra é elemento fundamental na reprodução do capital. Em segundo lugar, temos que ter em mente que na década de 30 toda a política estatal de defesa da cafeicultura contribuiu decisivamente para atenuar os efeitos da crise sobre os grandes capitalistas agrícolas, que eram, simultaneamente, os grandes proprietários. Dessa forma, a “derrocada das grandes fazendas”, as “falências e concordatas e hipotecas”, parecem ter sido mais um eco ampliado da voz dos grandes cafeicultores que pressionavam o governo estadual no sentido das políticas de valorização, do que realmente fenômenos generalizados que resultariam numa redistribuição expressiva da propriedade da terra.

Por outro lado, a partir do estudo de casos mais recentes, já havíamos levantado a idéia de que, na década de 30, o que deve ter ocorrido é que, em muitos casos, não teria havido uma fragmentação de propriedade; mas somente da produção, através da proliferação de formas como a parceria e o arrendamento, embora aqui também ficássemos a dever qualquer comprovação empírica (Ver “Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira”, p. 33).

Foi essa preocupação que guiou então a busca de informações adicionais sobre o assunto, e que me levou a recuperar uma fonte de dados praticamente abandonada (ou desconhecida).

A referência inicial sobre esses dados encontrei num artigo escrito por Caio Prado Jr. em 1935, para o primeiro volume da Revista de Geografia, intitulado “Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo”, cujas finalidades, segundo o autor, eram “primeiro, determinar a repartição da propriedade fundiária em São Paulo, isto é, determinar a forma pela qual está apropriado o solo paulista; e, em segundo lugar, procurar as causas que deram em resultado a situação atual”.

A análise de Caio Prado Jr. baseia-se em estatísticas oficiais, organizadas pela Diretoria de Estatística da antiga Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, que apresentam a distribuição do número de propriedades agrícolas segundo a sua área para dez regiões do estado de São Paulo, que, grosseiramente, mantêm certa semelhança com as atuais DIRAs (Divisões Regionais Agrícolas).

Então, chamou-me imediatamente a atenção o fato de existirem dados globais sobre a posse da terra no estado de São Paulo na década de 30.

Do ponto de vista do processo de desenvolvimento econômico e da história, a década de trinta é assinalada por importantes transformações econômicas, políticas e sociais. A grande Depressão Econômica dos anos 1929/33 e a Revolução de 1930 aceleram o processo em que as burguesias agrárias e comercial ligadas ao setor externo perdem o controle exclusivo do poder político para os grupos urbanos emergentes (burguesia industrial, classe média, militares); e, ainda que não tivessem perdido de modo completo o domínio do poder político, gestam-se aí algumas das condições políticas que iriam favorecer a futura hegemonia do setor industrial sobre o setor agrário, isso significando que a reprodução do capital no conjunto da economia passaria a ser comandada pela reprodução do capital industrial. ⁽¹⁾

Como nesse período há quase que uma lacuna em termos de informações empíricas globais, isso tem levado muitas vezes a inferências enganosas a respeito dos processos econômicos ocorridos na década, principalmente a partir de comparações entre as duas fontes usuais de dados secundários, ou seja, os Censos Agrícolas de 1920 e 1940.

(1) Embora não se vá desenvolver esse assunto, é importante pelo menos mencionar o fato de que, com os desdobramentos da Revolução de 1930, a ala mais radical dos tenentes, que nos anos vinte tinha um projeto reformista que incluía a propriedade da terra, foi expurgada, sobrevivendo o projeto mais conservador. Dessa forma, a questão da propriedade da terra não é mais cogitada nas reformas na nova aliança entre os setores agrários e industriais.

A mais comum dessas “inferências enganosas” diz respeito ao processo de fracionamento das unidades agrícolas entre as duas datas. Essa é, por exemplo, a interpretação de Singer (1973a: 73), referindo-se ao setor agrícola paulista no período compreendido entre 1930 e a segunda Guerra Mundial: “Freqüentemente, grandes plantações de café foram abandonadas, as terras dos latifúndios foram loteadas, surgindo em seu lugar propriedades médias e pequenas, exploradas por imigrantes europeus ou japoneses, praticando agricultura comercial voltada para o mercado interno. Em 1920, 44,7% da área agrícola de São Paulo se encontrava em propriedades de mais de 1.000 ha, ao passo que apenas 15,2% da área estava em propriedades de menos de 100 ha. Vinte anos depois, em 1940, as propriedades de mais de 1.000 ha possuíam 32,8% da área total, porém as de menos de 100 ha chegavam a ocupar 28% dela (dados dos Censos Agrícolas)”.

Conclusões desse tipo, não obstante respaldadas pelos dados publicados por fontes categorizadas, levam a uma interpretação falseada dos processos reais, se não se tem em mente, e com clareza, as limitações dos próprios dados.

Expliquemos melhor: deparamo-nos, na citação anterior, com dois tipos de problemas. O primeiro deles refere-se ao tipo de unidade agrícola que serve de base à coleta dos Censos, o estabelecimento agropecuário: Este é uma unidade administrativa onde se processa uma exploração agropecuária, e não uma unidade de propriedade da terra. Desse modo, os dados dos Censos não permitem medir o fracionamento ou a desagregação das propriedades, mas sim da exploração agropecuária. Por exemplo, se uma grande propriedade é explorada por parceiros e arrendatários, cada um responsável pela administração e cultivo de um lote, essa propriedade não aparece nos Censos como única, e sim como vários estabelecimentos. Quer dizer, então, que o fato de em 1940 terem aumentado o número e a área total ocupada pelos pequenos estabelecimentos não permite concluir que a propriedade da terra tenha sofrido qualquer alteração. Poderia ter mudado apenas a sua forma de exploração.

E é justamente na comparação entre 1920 e 1940 que reside o segundo problema a que aludíamos acima. Como explicam Hoffmann e Graziano da Silva (1975), parte da diferença entre os dados dos Censos de 1920 e 1940 não se deve a qualquer processo econômico real, mas simplesmente à mudança na conceituação de estabelecimento de um para outro ano: em 1920 a conceituação de estabelecimento era mais restritiva, impondo um objetivo comercial e estabelecendo um limite mínimo para o valor da produção (500 mil réis); em 1940 são abrangidos todos os estabelecimentos, sem limitação de área e valor da produção, com objetivo comercial explícito ou apenas os que se ocupavam do custeio e consumo do próprio estabelecimento.

Ora, essa mudança afeta diretamente a proporção de pequenos estabeleci-

mentos nos dois casos (em 1920 e 1940), pois certamente as restrições impostas em 1920 atingiram com maior intensidade a faixa dos pequenos.

Hoffmann e Graziano da Silva (1975: 241-244) constatarem “uma drástica redução da área média por estabelecimento entre 1920 e 1940; é difícil, entretanto, dizer em que medida isso se deve à mudança no conceito de estabelecimento, que em 1920 era bem mais restritivo, e em que medida reflete um processo de subdivisão de latifúndios, especialmente grandes plantações de café, em consequência da depressão sofrida pelo capitalismo mundial entre 1929 e 1939”.

Nesse sentido ganham importância especial os estudos e as informações referentes ao período compreendido entre os dois Censos, tanto pelo seu valor histórico per se como pela necessidade que suscitam de tomar sempre em conta que o desenvolvimento histórico das sociedades é intrinsecamente complexo e contraditório, não admitindo interpolações (ou extrapolações) mecânicas e simplistas. Definida então a importância de recuperar aquela fonte de dados utilizada por Caio Prado Jr. em 1935, foram feitos alguns contatos com órgãos ligados à Secretaria da Agricultura de São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, Instituto Agrônomo de Campinas e Instituto de Zootecnia (Nova Odessa). Isso porque o material, que forma uma série anual quase completa de 1930 a 1940, encontrava-se disperso nas bibliotecas daquelas instituições. Daí talvez a dificuldade de divulgação, o que o torna praticamente ignorado.

Reunido o material, persistia ainda uma certa dúvida sobre a sua utilização. Surgia uma pergunta difícil de responder: se existe uma série de dados de tipo censitário sobre o estado de São Paulo, não só a nível daqueles dez distritos referidos anteriormente, mas a nível de municípios, acerca não só da estrutura de posse da terra, mas também da produção agropecuária, das agroindústrias, e de outras informações sobre a agricultura; se essa série de dados refere-se à década de 30, cuja importância já ressaltamos; se o próprio Caio Prado Jr. já havia utilizado pelo menos os dados referentes a um ano da série, por que esses dados permaneciam quase ignorados?

Evidentemente, não conseguimos responder a contento essa questão. Porém, dois pontos podem ser lembrados, como tentativa de resposta. De um lado, a já mencionada dificuldade de reunir o material (basta dizer, por exemplo, que os volumes que encontrei no Instituto de Zootecnia não se achavam exatamente na Biblioteca, mas sim num outro conjunto à parte, onde estão reunidas publicações antigas ou sem interesse específico para o Instituto, e que não são objeto de consulta usual). De outro lado, pode-se argumentar que existem algumas limitações nos próprios dados, o que teria desestimulado a sua utilização. Uma dessas limitações, por exemplo, consiste na ausência de informação sobre a área total dos

estabelecimentos nos diversos estratos de área. Só se dispõe do número de estabelecimentos por estrato, sendo que a área aparece somente para o total de estabelecimentos do município ou do distrito. Isso dificulta a análise da distribuição da posse da terra e da participação dos diversos tipos de estabelecimentos na produção agrícola. Porém, é uma dificuldade que pode ser contornada. Caio Prado Jr., por exemplo, utiliza um meio indireto para obter as áreas, que consiste em multiplicar o número de estabelecimentos em cada estrato pelo limite superior do estrato, exceto no último, em que, por ser um intervalo que só tem limite inferior definido, multiplica por esse único limite existente.

Como se verá no decorrer deste trabalho, foi utilizado um outro método de obter as estimativas dessas áreas, como tentativa de superar a deficiência dos dados.

Além dessa limitação existem outras, como, aliás, existem nos Censos do IBGE ou nos Cadastros do INCRA, nossas principais fontes de dados secundários, e que serão apontadas nos momentos oportunos da análise.

Gostaria, por outro lado, de reproduzir aqui alguns trechos do capítulo introdutório da Estatística e Zootécnica, onde parece revelar-se um esforço na obtenção de dados fidedignos, o que de certa forma encoraja ao seu uso.

Até 1938, inclusive, a coleta dos dados para a Estatística Agrícola e Zootécnica era levada a efeito por agentes recenseadores contratados em cada município e controlados pelos dez Inspetores Regionais da Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio.

Nas palavras de um dos Diretores, em 1973, "das estatísticas econômicas, a agrícola é, com certeza, a que oferece maiores dificuldades. Com efeito, o estatista observa de longe, não está jamais em contato com o fato ou fatos que tem em vista comprovar, servindo-se somente dos meios de investigação que lhe são enviados pelos agentes recenseadores. Nas estatísticas fiscais ou de comércio de importação e exportação, as investigações são mais seguras em virtude do rigor da arrecadação dos impostos, das faturas consulares, dos manifestos dos navios ou das guias de exportação. Existem também as sanções penais, as quais infundem sempre respeito aos que procuram fraudar o Estado. Na estatística agrícola, os meios para se conseguir que as investigações possam ser as mais aproximadas da verdade são outros. Os agentes encarregados do serviço devem ser escolhidos tendo-se em vista, principalmente, as suas qualidades morais e o pleno conhecimento do meio em que vão trabalhar. E, para que eles procurem sempre dar desempenho escrupuloso aos seus deveres, isto é, não se descuidando nunca de ir, pessoalmente, colher as informações nas fontes fidedignas, é indispensável que o estatista lhes mostre que dispõe de meios para o competente controle. Enfim, as dificuldades são inúmeras, além de que nem sempre contamos com a boa vontade de todos os agricultores,

muitos dos quais ainda embaraçam a organização dos nossos trabalhos, sob pretextos indesculpáveis. Desde, porém, que tenhamos um bem organizado serviço, o que só conseguiremos depois de alguns anos de esforço perseverante, esta Diretoria ficará então conhecendo, suficientemente, as superfícies ocupadas com cada cultura, a qualidade das terras e os demais fatores capazes de influir sobre a produção". (Estatística Agrícola e Zootécnica de 1931/1932, p. 5-6).

Enfim, acredito que a utilização dos dados encontrados, mesmo frente às limitações indicadas, pode ser bastante útil para ajudar a repensar algumas questões ligadas à problemática da agricultura.

Este estudo é uma contribuição nesse sentido, que tenta apanhar algumas especificidades e nuances da agricultura paulista na década de 30, com três objetivos principais:

- primeiro, relativizar algumas afirmações correntes a respeito das modificações na estrutura agrária paulista nesse período, tomando como núcleo de análise a posse da terra e a produção agropecuária;
- segundo, valorizar o enfoque analítico regional, que, sem descolar-se do todo, revela o dinamismo entre as partes, de forma a enriquecer a análise do todo;
- finalmente, na medida em que os dois pontos anteriores forem atingidos, enfatizar a necessidade da pesquisa histórica, especialmente em determinados períodos-chave do desenvolvimento da economia, se o que se almeja é a melhor compreensão da realidade e as perspectivas de sua mudança.

1. A CRISE

“Há, afinal de contas, uma contradição básica num sistema econômico que afirma ter descoberto o segredo para elevar os padrões de vida de todos, e que só encontra saída, quando ocorre uma crise, na redução dos padrões de vida. Desta forma, ou por mau cálculo, ou por desonestidade, os postulados sobre os quais toda a estrutura se apóia acabam mostrando serem falsos”.

Geoffrey Barraclough
(Opinião nº 89, 22/07/1974, p. 16).

A crise da economia mundial desencadeada ao final da década de 20 configura-se, no Brasil, como crise da economia cafeeira e da acumulação de capital a esta vinculada.

Para melhor situar o período estudado, uma sucinta recapitulação das condições mais gerais da economia se faz necessária.

O seu sentido é deixar antecipadamente esclarecidos dois pontos:

— primeiro, que a chamada “crise de 29” não deve ser entendida unicamente como a “crise da Bolsa de Nova York”, nem muito menos como a “crise do café”, como às vezes se faz vulgarmente. O ano de 1929 é importante na história econômica por marcar o início da mais séria, profunda e prolongada depressão experimentada pelo capitalismo mundial e, não obstante os piores momentos da depressão situem-se entre 1932 e 1934, o ano de 1929 ficou marcado pelo inusitado: o desastre de Wall Street, ou, o colapso da Bolsa de Valores de Nova York.

— segundo, que, se a década de trinta é marcada por acontecimentos importantes para o sistema capitalista internacional, como a falência do mercado de ações, ou

a política monetária, ou as restrições ao comércio internacional, não devemos entender tais fatos como eventos distantes ou isolados. Pelo contrário, a depressão atingiu todo o sistema econômico mundial e seus reflexos se fizeram sentir, de uma ou outra forma, em cada um dos componentes do sistema. É certo que, no Brasil, os reflexos da crise se manifestaram mais visivelmente no setor cafeeiro, isto é, no setor que mantinha relações mais estreitas com a economia internacional. Justamente por isso, as medidas de política financeira ou comercial dos outros componentes do sistema influenciavam direta ou indiretamente a atividade cafeeira (ver, por exemplo, os empréstimos estrangeiros ao Brasil, apresentados mais adiante).

A década de 20 fora muito favorável ao crescimento econômico mundial e, especialmente após 1925-26, o capitalismo estava numa fase vigorosa, embora o boom não fosse geral nem ininterrupto. Não era geral, porque a Inglaterra experimentava certa recessão em alguns ramos da produção (carvão, aço, construção naval, têxteis) e considerável grau de desemprego, e o Japão crescia a ritmo bastante lento, em virtude dos esforços que eram dedicados à reconstrução após o terremoto de setembro de 1923. Não era ininterrupto porque os EUA experimentaram ligeira recessão em 1927, com decréscimo da produção industrial, e a Alemanha sofrera sensível queda nos investimentos em 1926. (Kindleberger, 1973: 59-60).

Mas, mesmo assim, o boom era acentuado, especialmente nos EUA, Austrália, Canadá, França e Itália.

Nos EUA, por exemplo, entre 1925 e 1929, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 183.900 para 206.700, cujo valor da produção elevou-se de 60,8 para 68,0 bilhões de dólares. A produção de automóveis subiu de 4,3 milhões para 5,4 milhões em apenas três anos, de 1926 a 1929. A produtividade dos operários nas indústrias manufatureiras aumentou 43,0% entre 1919 e 1929, e a produção de bens de capital cresceu a um ritmo médio anual de 6,4% nesse período. (Galbraith, 1972).

Ao final da década, porém, os sinais da depressão eram inegáveis: a atividade econômica declinava em quase todos os países, surgia o desemprego, os preços caíam, o sistema financeiro internacional desestruturava-se e ocorria superprodução em vários ramos, condições que perdurariam durante toda a década seguinte.

Entre 1929 e 1933 os desempregados atingiram 13 milhões nos EUA, os preços das matérias-primas caíram 49,0% e o das manufaturas 31,0% no mesmo período. Em vários países a renda nacional reduziu-se à metade e o comércio internacional caiu 40,0% em valor e 74,0% em volume físico. (Dobb, 1977).

No Brasil, a exportação geral agrícola, que totalizou 440.946 mil libras --

- ouro no quinquênio 1925/29, caiu para 190.841 mil no período 1935/39, ou seja, 57,0% a menos. (Paim, 1957).

As “explicações” da crise e da depressão são inúmeras e é possível que mesmo a soma de todas elas seja insuficiente para dar conta efetivamente da questão. As principais delas dizem respeito à política monetária dos EUA, ao mau uso do padrão-ouro, a desequilíbrios estruturais, à orgia especulativa que antecedeu o craque da bolsa de New York em outubro de 1929, à ineficácia do sistema de preços, à ausência de um país que se dispusesse a liderar a estabilização da economia mundial, devido à incapacidade da Inglaterra e o desinteresse dos EUA em assumir tal papel (Kindleberger, 1973). Há ainda a explicação tradicional de que a depressão foi desencadeada simplesmente por “uma série de acidentes históricos” (Samuelson), ou então pela “coincidência de fases de depressão de diferentes tipos de ciclos” (Schumpeter). Para este autor, o desenvolvimento capitalista é gerado por processos inovadores, os quais, por não se distribuírem uniformemente no tempo, conferem ao sistema um andamento cíclico. Além disso, como o período compreendido entre a adoção de uma inovação e a sua difusão concretizada sob a forma de mercadorias varia segundo a natureza da inovação, é possível detectar a existência de ciclos de periodicidades diferentes. Com base histórica e estatística, Schumpeter distingue três tipos de ciclos: o primeiro é constituído pelas ondas longas (ciclos de Kondratieff), que duram entre 54 e 60 anos; o segundo tipo é constituído por ciclos que têm uma duração de 9-10 anos (ciclos de Juglar); e o terceiro constitui-se por ciclos de aproximadamente 40 meses (ciclos de Kitchins). Dessa forma, as proporções seriam: três ciclos Kitchins para cada Juglar e seis Juglar para formar um Kondratieff. As relações entre os três tipos de ciclos não seriam simplesmente aditivas, mas, devido à combinação dos efeitos de suas diferentes determinações, seriam “logaritmicamente aditivas”, de forma que a coincidência de fases correspondentes dos três ciclos ao mesmo tempo tenderia a produzir “fenômenos de intensidade inusitada”. Cita como exemplos as depressões de 1825-1830, 1873-1878 e 1929-1934 (Ver Schumpeter, 1939, especialmente os capítulos IV e XV).

Não entraremos aqui na análise desses pontos, pois nosso interesse é apenas descrever as condições econômicas na década de 30 para melhor situar nosso objeto de pesquisa.

Devemos, outrossim, ter em mente, num plano mais geral, que o capitalismo é peculiarmente suscetível a crises e superprodução: “Qualquer interrupção do processo de circulação, qualquer retenção do poder aquisitivo, pode iniciar uma contração no processo de circulação que dará origem ao fenômeno da superprodução e que logo se refletirá na redução da produção da mesma” (Sweezy, 1976:171).

E o que está por trás dessa “susctibilidade” não é mais que a contradição inerente ao próprio sistema: se a finalidade única da produção capitalista é a valorização do capital, a diminuição da taxa de lucro retarda a formação de novos capitais independentes e se patenteia ameaçadora ao desenvolvimento do processo capitalista de produção, pois contribui para superprodução, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de população supérflua.

“A barreira efetiva da produção capitalista é o próprio capital: o capital e sua auto-expansão se patenteiam ponto de partida e meta, móvel e fim da produção; a produção existe para o capital, ao invés de os meios de produção serem apenas meios de acelerar continuamente o desenvolvimento do processo vital para a sociedade dos produtores. Os limites intransponíveis em que se podem mover a manutenção e a expansão do valor-capital, a qual se baseia na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos produtores, colidem constantemente com os métodos de produção que o capital tem de empregar para atingir seu objetivo e que visam ao aumento ilimitado da produção, à produção como fim em si mesma, ao desenvolvimento incondicionado das forças produtivas sociais do trabalho. O meio — desenvolvimento ilimitado das forças produtivas sociais — em caráter permanente conflita com o objetivo limitado, a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o modo capitalista de produção é um meio histórico para desenvolver a força produtiva social e criar o mercado mundial apropriado, é ele ao mesmo tempo a contradição permanente entre essa tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem”. (Marx, 1974a: 287-288).

Em nível mais abstrato, podemos dizer que a possibilidade formal das crises reside basicamente no duplo caráter das mercadorias; o fato de serem valor de uso e ao mesmo tempo valor e, dado que à produção capitalista só interessa este último, já encerra em si a contradição que, no processo de metamorfose das mercadorias, é o germe da crise: a contradição entre mercadoria e dinheiro: “A dificuldade em que se esbarra para converter as mercadorias - o produto concreto do trabalho individual - em dinheiro, no seu contrário, em trabalho geral abstrato, em trabalho social, reside no fato de que o dinheiro não se apresenta como um produto concreto do trabalho individual, no fato de que quem já vendeu, e, portanto, possui sua mercadoria em forma de dinheiro, não se acha obrigado a vender de novo imediatamente, a converter novamente o dinheiro em um produto concreto do trabalho individual (....) A dificuldade da venda - suposto que a mercadoria que se vende tenha um valor de uso - provém exclusivamente da facilidade com que o comprador tende a demorar a reversão do dinheiro à forma mercadoria. E a dificuldade de converter a mercadoria em dinheiro, de vender, provém simplesmente do fato de que se a mercadoria necessita converter-se em dinheiro, este não precisa converter-se diretamente em mercadoria, podendo, portanto, ocorrer que a venda e a compra

se dissociem (....) Aí está implícita a possibilidade de crise; quer dizer, a possibilidade de que duas fases que se complementam e são inseparáveis se dissociem e se faça necessário, por conseguinte, que sua união se imponha à força (....) Na realidade, a crise não é mais que a imposição violenta da unidade entre as fases que formam o processo de produção e que se encontram dissociadas e substantivadas uma frente à outra (....)

“Podemos, pois, afirmar que a crise, em sua forma primeira, é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação da compra e da venda”. (Marx, 1974b: 35-36).

Entretanto, não basta, para afastar essa possibilidade formal de crise, que exista a total transformação das mercadorias em dinheiro. É preciso ter em conta que o objetivo da produção capitalista, de sua acumulação, não é simplesmente repor a massa de valores de uso que forma o capital, mas sim repor o valor do capital investido à taxa usual de lucro. (Marx, 1974b: 27).

Mais concretamente, como explica Sweezy (1976: 172), a forma específica que assume a crise capitalista é uma interrupção do processo de circulação, provocada por um declínio da taxa de lucro abaixo do seu nível usual.

“Pela natureza mesma do processo de circulação, todo capitalista individual é continuamente chamado a escolher entre duas atitudes: ou lança seu capital de volta à circulação, ou o conserva na forma de dinheiro. A longo prazo, é certo, essas alternativas não existem; se ele quiser continuar como capitalista, mais cedo ou mais tarde terá de reinvestir seu capital. Isso porém não significa que deva reinvestir imediatamente o capital, tal como não significa que ele deva continuar a investi-lo na mesma linha de produção. É princípio geralmente aceito o de que, se a taxa de lucro cai abaixo do nível usual em qualquer indústria, o capitalista deslocará seu capital para outra. Se, porém, a taxa de lucro cai abaixo daquele nível em todas as indústrias ao mesmo tempo, nada se poderá ganhar pelo deslocamento de uma para outra. Quando isso ocorre, os capitalistas não têm obrigação de continuar a reinvestir dentro do que consideram como condições desfavoráveis; podem adiar o reinvestimento até que as condições sejam novamente favoráveis, ou melhor, até que a taxa de lucro volte ao habitual ou se tenham reconciliado com uma nova forma de taxa mais reduzida. Nesse meio tempo, o adiamento do reinvestimento terá interrompido o processo de circulação e provocado uma crise e a superprodução. A crise e a depressão subsequente são, de fato, parte do mecanismo pelo qual a taxa de lucro é restabelecida, completa ou parcialmente, em seu nível anterior”.

Assim, todas as possíveis “explicações” da crise de 29 e da depressão que se seguiu visam antes a elucidar por que a crise se iniciou naquele ano, ou naquele momento,

mas todas aquelas interpretações citadas (má política monetária, especulação, etc.), não dão conta do processo mais geral e inevitável das crises no capitalismo. Isso porque, embora uma análise completa das crises deva levar em conta os fenômenos do mercado financeiro, taxa de juro, crédito, disposições institucionais, etc, e mesmo que todas essas condições fossem manipuladas "corretamente", ainda assim a produção capitalista estaria sujeita a crises provocadas pela contradição própria do sistema, pelas flutuações da taxa de lucro. O máximo que a manipulação do sistema monetário pode conseguir é contornar o problema, atenuar sua intensidade, mas não eliminá-lo em definitivo. É por isso que devemos ver as "explicações" da crise de 29 mais no sentido de tentar entender a sua intensidade do que no sentido de propriamente determinar uma causa específica.

Desde antes de outubro de 1929 os países produtores de produtos primários já estavam encontrando dificuldades face ao movimento descendente dos preços, acúmulo de estoques e a necessidade de pagar os serviços da dívida externa. No caso do Brasil essa situação já vinha desde anos anteriores, fruto dos constantes programas de sustentação e valorização artificial dos preços do café.

Quanto às quedas dos preços, de 1925 a 1929, um processo que poderia ser chamado, por analogia, de "deflação estrutural" - em vez de excesso de demanda havia excesso de oferta - estava em curso (Kindleberger, 1973: 106). Alguns países tentaram contornar a situação por meio de estoques ou por via da depreciação cambial. No caso do Brasil, como em outros países, essas medidas não eram acompanhadas de ajustamentos na produção, o que praticamente as anulava. Com isso, o excesso de oferta forçava os preços cada vez mais para baixo.

Quanto aos serviços da dívida, basta mencionar que para os seis maiores exportadores agrícolas - Argentina, Austrália, Canadá, Índia, Nova Zelândia e África do Sul - seus valores cresceram de 725 milhões de dólares em 1923 para 900 milhões em 1928. Para cobrir os serviços da dívida, o Brasil devia remeter anualmente 300 milhões de dólares, em 1928-1929.

Especificamente no caso do café, o fato da cultura ter um ciclo de produção longo e os esquemas de valorização postos em prática acentuaram a superprodução. Desde 1924 o governo federal brasileiro havia decidido não mais manter os níveis de preços, mas o governo provincial de São Paulo assumira o encargo. Isso fez com que os estoques, ao final da safra de 1928/1929, atingissem 13 milhões de sacas. Uma segunda safra excepcional em 1929/30 adicionou mais 10 milhões de sacas aos estoques, que foram financiados com dificuldades por meio de um empréstimo de Londres de 100 milhões de libras para o estado de São Paulo

(Kindleberger, 1973: 95-97).

Mais tarde, quando passaram a interagir os baixos preços, a sustação dos empréstimos estrangeiros e as tarifas protecionistas impostas pelos diversos países, nada mais podia ser feito por qualquer país individualmente. Qualquer política econômica levada a efeito não teria mais força nem condições para evitar a queda.

Dessa forma, não se deve pensar que foi apenas o colapso de Wall Street que abalou a economia mundial. O craque da Bolsa foi um evento momentâneo que não produziu a depressão e nem foi o principal fator de sua severidade. Já houvera crises no mercado de ações anteriormente, mas a particularidade de 29 é que ela ocorria numa situação em que a economia mundial se encontrava debilitada e, portanto, seus efeitos eram mais drásticos.

Como aponta Galbraith (1972:229-230), “é à luz das fraquezas da economia (....) que se deve ver o papel do craque do mercado de ações na grande tragédia da década de trinta.

“O colapso dos valores dos títulos mobiliários afetou em primeiro lugar os ricos e abastados. Mas vemos que no mundo de 1929 esse era um grupo vital. Seus componentes dispunham de uma grande proporção da renda de consumo; constituíam a fonte da parte de leão das poupanças e investimentos pessoais. Qualquer coisa que atingisse os gastos ou investimentos desse grupo teria forçosamente amplos efeitos sobre o dispêndio e a renda na economia em geral. Precisamente tal golpe foi dado pelo craque do mercado de ações. Além disso, o craque prontamente retirou da economia o apoio que vinha sendo proporcionado pelos dispêndios dos lucros no mercado de ações.

“O craque do mercado de ações foi também um meio excepcionalmente eficaz de explorar as fraquezas da estrutura das empresas.

“O craque também serviu para pôr fim ao empréstimo estrangeiro pelo qual as contas internacionais se equilibravam. Agora as contas tinham, principalmente, de equilibrar-se pela redução das exportações.

“Estivesse a economia fundamentalmente sólida em 1929, o efeito do grande craque do mercado de ações teria sido menor. Alternativamente, o choque de confiança e a perda do poder de compra por parte daqueles que foram colhidos pelo craque do mercado logo seriam superados. Mas os negócios em 1929 não eram sólidos; ao contrário, eram excessivamente frágeis. Eram vulneráveis ao tipo de golpe que receberam de Wall Street”.

É inegável que o colapso da Bolsa contribuiu para o enfraquecimento dos negócios e dos investimentos, mas parece ter sido menos uma causa da depressão do que um sinal de que era necessário "uma pausa e um reagrupamento" no sistema econômico mundial (Kindleberger, 1973: 118). Além do mais, as grandes quebras atingem realmente os grandes especuladores e as companhias financeiras, ou seja, o capital financeiro, e não diretamente o capital produtivo, no momento do craque da Bolsa.

É importante, ainda, reter a idéia de que as crises, no capitalismo, não são sinais de fraqueza ou de "falhas" no sistema. Elas fazem parte de sua evolução e constituem substancialmente, uma reação temporária, uma prova do vigor da evolução capitalista, e, nesse sentido, são endógenas ao próprio sistema (Schumpeter, 1939: 908).

Recorrendo à imagem apresentada pelo mesmo autor, podemos resumir o pensamento precedente no seguinte: "Não há nisso paradoxo maior do que em dizer que os automóveis só podem ser velozes porque estão equipados com freios" (Schumpeter, 1942 :88).

Não se deduza daí que "capitalismo é eterno", ou coisa semelhante. Ao inverso, existe no sistema capitalista uma tendência inerente à auto-destruição. Diversos fatores, objetivos e subjetivos, econômicos e extraeconômicos, contribuem para esse resultado. E não apenas o sistema capitalista destrói sua estrutura institucional, como cria as condições para uma outra. Nesse sentido, talvez a palavra correta não seja destruição, mas sim transformação. (Schumpeter, 1942: 162).

Devemos, outrossim, extrapolar o âmbito das conseqüências exclusivamente econômicas das crises, e, pelo menos, fazer referência a uma de suas importantes conotações políticas, acertadamente colocada por Singer (1968: 160-161): "As crises sempre representam momentos de tomada de consciência do sistema. Na fase de ascensão do ciclo, a luta de classes se dirige sobretudo contra a injustiça distributiva do sistema. Os trabalhadores exigem que sua fatia cresça juntamente com o bolo. Com a crise o bolo se contrai e à classe operária mal sobram migalhas. O esforço da classe tem que se dirigir no sentido de fazer com que o bolo volte às suas dimensões normais, o que significa exercer a crítica do sistema e procurar para ele alternativas válidas.

"... As crises, por outro lado, revelam o caráter histórico do sistema capitalista, ou seja, mostram que suas possibilidades de desenvolver as forças produtivas são historicamente limitadas. As crises, em última análise, não são somente perturbações passageiras da vida econômica. Elas indicam - pelo seu agravamento, pelas alterações que seu controle impõe à própria economia - que o capitalismo, a partir de certo momento, pode e deve ser substituído por um modo de produção que possa assegurar continuidade ao avanço do homem na senda do

progresso”.

Tendo claro, então, que a crise de 29 e a depressão que se seguiu afetaram duramente todo o sistema econômico mundial, vejamos a seguir como se apresentava o principal setor da economia brasileira por essa década, ou seja, a agricultura de exportação, particularmente o café, pois basta que a crise atinja o principal setor (ou produto) comercial para que se irradie a todo o sistema.

As primeiras décadas do século XIX haviam deixado um saldo positivo relativamente pequeno em termos do desempenho econômico brasileiro: a agricultura de exportação, após os períodos favoráveis do açúcar, algodão e fumo, encontrava-se praticamente estacionária; a mineração, em franca decadência. Conseqüentemente, o comércio com o exterior, base por excelência da acumulação de capital no período, encontrava-se grandemente deficitário. (Buescu, 1974).

Esse panorama passa a modificar-se por volta de 1830/1840, quando tem início o chamado “ciclo do café”: mais uma vez, e em continuidade ao modelo anterior, a acumulação será ativada graças a uma conjuntura favorável à exportação de um produto agrícola. Externamente, pela crescente demanda européia, paralelamente à redução da oferta antilhana do produto; internamente, pela disponibilidade de terras adequadas e da mão-de-obra escrava, que constituía a grande massa de força de trabalho empregada na cultura cafeeira. Essa mão-de-obra escrava tornara-se “disponível” com o sistema mercantilista de colonização: “esta se processa (....) num sistema de relações tendentes a promover a primitiva acumulação capitalista na metrópole: ora, o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias em escravos, abria um importante setor de comércio colonial”, cujos ganhos fluíam para a metrópole e lá se acumulavam (Novais, 1975: 32).

Entretanto, desde 13 de março de 1830, e oficialmente a partir de 7 de novembro de 1831, o tráfico de escravos passa a ser considerado ilícito, embora só se extinguindo efetivamente em 1850, “sob uma ostensiva vigilância inglesa” (Beiguelman, 1978: 19).

Por conseguinte, é a partir dessa época que se abre a perspectiva do colapso do sistema escravocrata e já começa a delinear-se o principal problema da lavoura cafeeira - a falta de braços. Concomitantemente, gesta-se aí a nova forma de garantir o suprimento de mão-de-obra à lavoura, por meio de importação de colonos livres, para o que concorre amplamente a subvenção estatal: “o futuro inevitável da escravidão e as condições peculiares de participação da força de trabalho na agricultura de exportação implicavam de imediato, na verdade, na formulação de uma política imigrantista”. (Martins, 1973: 50).

Por essa época, a experiência com a imigração limitara-se aos chamados núcleos de povoamento, com vistas principalmente à colonização de certas áreas. Agora, a questão ganhava nova dimensão: era necessário regularizar o fornecimento de trabalho, de acordo com as novas necessidades e possibilidades da época. Em última instância, a questão do fornecimento de trabalho havia que resolver-se sobre um plano mais amplo, o da redefinição da propriedade da terra. Assim, institui-se, com a Lei de Terras do mesmo ano de 1850⁽¹⁾, uma nova forma de propriedade da terra: a que é mediada pelo mercado.

Essa lei regulava a ocupação das terras devolutas, proibindo as aquisições por outro título que não o de compra e legitimava as posses “mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária”. Ao Governo ficava a incumbência de vender as terras devolutas em hasta pública, “pelo preço que se ajustar, nunca abaixo do mínimo fixado”. Esse mínimo era fixado antecipadamente, segundo a qualidade e a situação dos lotes, e pago a vista. O produto da venda das terras seria destinado à ulterior medição das terras devolutas e à importação de colonos livres para trabalhos agrícolas ou para a formação de colônias onde mais conviesse⁽²⁾.

A intenção da lei era clara: dificultar o acesso à terra por meio da posse ou da compra a baixo preço a fim de obrigar o imigrante a empregar-se nas fazendas de café. Esse era o princípio básico da “colonização sistemática” postulada por Wakefield em 1833, cujo objetivo era assegurar o fornecimento da força de trabalho para o capital nas colônias, numa situação em que a existência de terras livres poderia permitir que os imigrantes se transformassem em lavradores independentes. Para impedir que isso ocorresse, o governo deveria fixar para as terras virgens um preço artificial, “suficientemente alto”, de modo que o imigrante teria que trabalhar longo tempo como assalariado antes de poder comprar alguma terra (e se isso se tornasse possível).

“Que os preços determinados na Lei estavam acima do mercado e fora das possibilidades dos compradores, prova-o a insignificância do valor das vendas. Até 1858, quando foram baixadas instruções permitindo o pagamento a prazo, não houve, ao que se saiba, qualquer transação de monta. De 1859 até 1865 (....) foram adquiridos apenas 85.260 hectares, no valor total de 171:425\$559” Guimarães, (1968: 134-135).

Dessa forma, a abolição do sistema escravocrata em 1888 efetiva-se num contexto onde já se encontra presente o suposto fundamental para a exploração do trabalho livre, ou seja, num contexto em que a propriedade privada da terra já estava consolidada, isso significando que, por um lado, a terra, como mercadoria, já tinha um preço, e, por outro lado,

(1) Lei nº 601 de 18/09/1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318 de 30/01/1854.

(2) Para os textos completos da lei ver INCRA (1978: 43-63).

a sua apropriação por uns implicava na negação da possibilidade do trabalho livre independente para outros.

A passagem para o trabalho livre não significou portanto, a transformação do escravo em assalariado. Consolidou-se graças à concorrência do imigrante europeu, cristalizando-se no sistema conhecido como regime do colonato.

Quanto à forma de organização da atividade produtiva, “a empresa típica de café era a fazenda, o latifúndio organizado nos moldes tradicionais, basicamente em forma monocultural, crescendo-se alguns produtos de subsistência. O caráter autárquico da fazenda de café é menos completo do que o do engenho de açúcar. Isto quer dizer que a especialização da empresa é maior, mas ao mesmo tempo a economia é diversificada, havendo agentes especializados em atender ao consumo interno (inclusive através da importação, fonte indispensável à medida que o café concentrava todos os fatores de produção do setor agrícola)” (Buescu, 1974: 125).

Em outras palavras, a base da cafeicultura continuava eminentemente extensiva, e supondo a existência de uma força de trabalho a ser explorada (cujos principais “momentos” passam pela escravidão, pela parceria e pelo colonato) e um sistema de transportes que permitia ligar as plantações aos principais portos de embarque (concretizado graças ao rápido desenvolvimento da rede ferroviária).

Além desses aspectos que emolduram a produção cafeeira, é necessário reter o aspecto crucial de sua expansão, isto é, a sua dominação pelo capital comercial. “O desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiros ultrapassam largamente as plantações (...) e o desenvolvimento do capitalismo que tem por base a economia cafeeira não pode ser determinado unicamente no nível das plantações. Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldades”. (Silva, 1976: 59).

O autor enfatiza os diversos aspectos do capital cafeeiro (agrário, industrial, etc.), ressaltando todavia a dominação do capital comercial: “A preponderância do capital comercial é, em primeiro lugar, o resultado do desenvolvimento ainda fraco das relações de produção capitalista no Brasil. (...)

“Em segundo lugar, a dominação do capital comercial explica-se pela posi-

ção ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial". (Silva, 1976: 61-62). Quer dizer, a posição de país exportador de produtos agrícolas, dependente, portanto, do mercado mundial, reforça o papel dominante do comércio na economia cafeeira e na economia brasileira em geral.

É por isso que o fazendeiro do café era, acima de tudo, um empresário comercial. "O café, a planta comercial, domina a atividade produtiva e condiciona a atividade de subsistência. De modo que, para o fazendeiro do café, a comercialização do seu produto é pelo menos tão importante quanto a sua produção, se não o é mais". (Singer, 1977: 36).

Assim o final do século XIX ocorre num contexto em que a economia paulista, de modo particular, encontra-se moldada pelo chamado "complexo cafeeiro" (Cano, 1977).

O conceito de "complexo econômico" dado pelo autor diz respeito, simplificada e, às atividades que compõem uma determinada economia, atuantes no seu processo de crescimento, e interrelacionadas em graus e formas diversas, mas de maneira a compor um conjunto econômico integrado, sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não a ele. Frisa o autor que se faz necessário distinguir tal "complexo" de outras economias cujos componentes guardam pouca ou nenhuma interdependência entre si, e que, "embora espacialmente inseridas num mesmo sistema 'regional' ou nacional, não possibilitaram a formação de um 'complexo' integrado que pudesse desencadear um processo dinâmico de acumulação ao próprio sistema em que estão inseridas" (Cano, 1977:17). Exemplos clássicos dessas economias seriam a mineração do tipo "enclave" ou as economias camponesas "auto-suficientes".

Além disso, "é absolutamente fundamental que esse sistema de produção e circulação opere na base de relações capitalistas de produção", e "o complexo cafeeiro capitalista de São Paulo preenche amplamente essas condições, ao contrário do que ocorrera com o café no Vale do Paraíba, com o complexo nordestino, ou ainda com a economia amazônica da borracha". (Cano, 1977: 17:18).

Os principais componentes do complexo cafeeiro eram:

- a produção de café;
- a produção de alimentos e matérias-primas, dentro e fora das propriedades cafeeiras;
- a incipiente atividade industrial, voltada para equipamentos, beneficiamento e embalagem do café, assim como alguns outros manufaturados (têxteis, por exemplo);

- a expansão do sistema ferroviário;
- a expansão do sistema bancário;
- o comércio de exportação e importação;
- as atividades de infra-estrutura (de escoamento do café e urbana);

Finalmente, sobre esses componentes atua o Estado, que passará a intervir cada vez mais nos destinos da produção cafeeira. Desde a República, as medidas de política econômica, especialmente as desvalorizações cambiais, haviam estimulado largamente a produção, desembocando na primeira crise de superprodução por volta de 1897. Contudo, alegando a existência de produtores ineficientes que sobreviviam graças às desvalorizações cambiais, o governo adota, a partir de fins de 1898, um conjunto de políticas restritivas, dentre as quais a valorização da taxa cambial, o que prejudicaria diretamente os cafeicultores. (Vilela e Suzigan, 1975).

Tem início então um movimento intervencionista amadurecido nos principais estados cafeeiros (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), visando a garantia do setor cafeeiro, especialmente ante a previsão de uma grande safra para 1906/1907. O objetivo fundamental da intervenção era a garantia de preços mínimos para o café, a compra de excedentes pelo governo e o desestímulo à expansão de novas plantações; ele se concretiza com a celebração do Acordo de Taubaté, em fevereiro de 1906, quando se definem as bases da política de valorização do café. (Furtado, 1977: 179).

Até 1910, praticamente, diminui o ritmo da expansão, tanto face aos preços baixos, como em decorrência da política restritiva adotada. ⁽¹⁾ Porém, a recuperação dos preços a partir dessa data, até 1913, estimula novos plantios, anunciando, para 1918, uma safra excepcionalmente grande. No entanto, a grande geada desse ano faz com que aumentem os preços, estimulando novos plantios. Não foi a geada a única responsável por essa nova expansão, mas também, em grande parte, a reafirmação do protecionismo do Estado, que havia posto em prática o segundo plano de valorização, financiado pelo governo federal.

Dessa forma, a política de valorização, concebida para reduzir artificialmente a oferta, engendrava a expansão dessa mesma oferta, ao proporcionar a defesa permanente dos produtores.

Com isso, a cafeicultura percorre um caminho de expansão até o final dos anos 20, balizado pela política de defesa proporcionada pelo Estado. O único período de retra-

(1) A partir de 1902, havia sido instituído um imposto sobre cada novo alqueire plantado, além das restrições impostas pelo Convênio de Taubaté.

ção do plantio parece ter sido 1920/1921, devido às quedas nos preços externos. Porém, a subsequente desvalorização cambial faz recuperar o ritmo anterior; entre 1925 e 1929 o crescimento da produção foi de quase cem por cento ⁽¹⁾, embora em 1927/1929 as exportações conseguissem absorver apenas dois terços da quantidade produzida.

Os dados da tabela 1 servem para dar idéia desses movimentos, no período de 1915 a 1935.

Tabela 1. Produção de café no estado de São Paulo, entradas em Santos e preços de exportação, 1915 a 1935.

Ano	Produção (milhões de sacas)(1)	Entradas do Café Paulista em Santos (milhões de sacas)(1)	Taxa de Câmbio em mil-réis/Libra Esterlina(2)	Preço de Exportação - Brasil - mil-réis/ /sc (3)
1915/16	11,7	11,0	19,272	36,4
1916/17	9,9	8,9	20,078	45,2
1917/18	12,2	11,3	18,893	41,5
1918/19	7,3	6,3	18,641	47,4
1919/20	4,2	3,2	16,678	94,6
1920/21	10,2	9,3	16,623	74,7
1921/22	8,2	7,0	28,981	82,4
1922/23	7,0	5,7	33,464	118,7
1923/24	10,4	9,0	44,651	146,9
1924/25	9,2	8,0	40,421	205,9
1925/26	10,1	7,8	39,385	215,1
1926/27	9,9	8,9	33,611	170,7
1927/28	18,0	9,1	41,070	170,4
1928/29	8,8	7,5	40,743	204,6
1929/30	19,5	8,8	41,015	191,9
1930/31	12,9	10,9	44,329	119,5
1931/32	18,3	11,7	62,951	131,5
1932/33	15,0	8,3	48,531	152,8
1933/34	-	10,7	53,149	132,8
1934/35	13,7	8,7	73,423	149,5
1935/36	15,8	9,7	85,112	140,7

Fontes: (1) Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1926) e Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (1933 e 1937).
(2) Villela e Suzigan (1975: 410).
(3) Peláez (1972: 221).

Ao deflagrar-se a crise econômica em 1929, a produção cafeeira ainda continuou a expandir-se, em resposta aos grandes plantios de 1927/28 (ver na tabela 1 os bons preços alcançados nesses anos), atingindo o máximo em 1933, ou seja, no ponto crítico da depressão.

Segundo Furtado (1977), as alternativas de solução do problema cafeeiro giravam em torno de três pontos-chaves:

- a) colher o café ou abandonar as plantações;
- b) caso se decidisse colhê-lo, que destino dar ao mesmo;

(1) De 15.761 mil para 28.492 mil sacas de café exportável, conforme Furtado, (1977: 181).

- c) caso se decidisse estocar ou destruir o produto, sobre quem recairia o ônus do financiamento dessa operação?

“A solução que à primeira vista pareceria mais racional consistia em abandonar os cafezais. Entretanto, o problema consistia menos em saber o que fazer com o café do que decidir quem pagaria pela perda. Colhido ou não o café, a perda existia. Abandonar os cafezais sem dar nenhuma indenização aos produtores significava fazer recair sobre estes a perda maior. Ora, (...) a economia já havia desenvolvido uma série de mecanismos pelos quais a classe dirigente cafeeira lograra transferir para o conjunto da coletividade o peso da carga nas quedas cíclicas anteriores. Seria de se esperar, portanto, que se buscasse por esse lado a linha de menor resistência”. (Furtado, 1977: 186-187).

O que se tinha em mente era, portanto, a defesa da renda da classe cafeeira, e, dada a impossibilidade de se aumentarem os lucros numa situação de flagrante queda dos preços internacionais de produtos primários iniciada no final da década, recorre-se mais uma vez, e com maior intensidade, aos mecanismos de “socialização dos prejuízos”.

Resumidamente, esses mecanismos consistiram em, primeiramente, acionar o mecanismo clássico de defesa através da alta da taxa cambial, que, acarretando a queda do valor externo da moeda, trouxe grande alívio ao setor cafeeiro. De 1929 a 1932/34, por exemplo, o valor médio da saca de café exportada sofreu uma baixa de 62% considerando o preço em libras (de 4,71 para 1,80 libras), e de apenas 25% em moeda nacional (de 192 para 145 mil réis). Isso se reflete diretamente numa alta dos preços das importações, que recaía sobre o conjunto da sociedade.

No entanto, face às condições excepcionalmente graves criadas pela crise, outras medidas suplementares tinham que ser acionadas.

“Fazia-se indispensável evitar que os estoques invendáveis pressionassem sobre os mercados acarretando maiores baixas de preços. Era essa a única forma de evitar que o equilíbrio fosse obtido à custa do abandono puro e simples da colheita, isto é, com perdas concentradas no setor cafeeiro. Entretanto, como financiar a retenção de estoque? Teria de ser evidentemente com recursos obtidos dentro do próprio país, seja retendo uma parte do fruto da exportação do café, seja com pura e simples expansão de crédito. Na medida em que se utilizou a expansão de crédito houve mais uma vez uma socialização dos prejuízos. Essa expansão de crédito, por seu lado, iria agravar o desequilíbrio externo, contribuindo para maior depreciação da moeda, o que beneficiava indiretamente o setor exportador”. (Furtado, 1977: 188).

Como não fosse possível vender a produção excedente, que se acumulava cada vez mais, “a destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender” (Furtado, 1977: 189).

Isso porque tinha em vista evitar a baixa de preços, que seria o recurso mais eficiente para induzir o produtor a não colher. Ao destruírem-se os estoques obtinha-se, portanto, o equilíbrio entre a oferta e a procura a um nível mais elevado de preços, ao mesmo tempo em que se mantinha o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores ligados ao mercado interno.

Com isso, manteve-se durante praticamente toda a década de 30 o preço internacional do café em nível deprimido, porém relativamente estável. Mesmo com a recuperação que se verifica após 1934/35, que eleva os preços dos produtos primários, o preço do café mantém-se estável: o preço do açúcar, por exemplo, sobe 140 por cento entre 1933 e 1937; o do cobre, pouco mais de 100 por cento; e do café, em 1937 era igual ao de 1934 e inferior ao de 1932, segundo Furtado (1977: 189).

Em decorrência da política de defesa dos interesses cafeeiros, o poder aquisitivo externo da moeda se vê cada vez mais comprimido, refletindo-se no encarecimento dos produtos importados. Nesse período, parte da procura passa então a ser satisfeita com a oferta interna, criando-se praticamente uma situação nova, ou seja a preponderância dos setores ligados ao mercado interno no processo de acumulação do capital. Paralelamente, a economia cafeeira se decapitaliza, ⁽¹⁾ sendo esses capitais invertidos nas atividades ligadas ao mercado interno (principalmente no setor industrial).

Já em outubro de 1934, ou seja, cinco anos após o início da crise, São Paulo praticamente tinha retomado o “curso da prosperidade”, como informa um observador da época na Revista do Instituto de Café: “depois de uma fase de certa estagnação e de certo retraimento no setor de sua evolução econômica, no campo de sua ação pragmática, e que foram sobretudo reflexo amortecido da crise mundial, São Paulo retoma o ritmo de sua grandeza e potencialidade. Temos, sob a vista, um conjunto de cifras que comprovam sugestivamente como São Paulo está recuperando as formas de sua riqueza e desdobrando novas fontes de vitalização agrícola, industrial e financeira” (Revista do Instituto de Café, 1934:1151). Para comprovar essa vitalização são citados alguns indicadores, tais como a produção algodoeira, o crescimento da indústria têxtil, a exportação de cabotagem, o movimento da bolsa de valores,

(1) Segundo Furtado (1977:197) a capacidade produtiva dos cafezais foi reduzida a cerca da metade, nos quinze anos que se seguiram à crise.

o restabelecimento do ritmo do comércio, e concluindo que "São Paulo retoma o curso de seu progresso e opulência do período áureo de antes da crise". (Revista do Café, 1934:1152).

E embora a acumulação de capital passe a se fazer cada vez mais no setor industrial, a economia agrícola não perde a sua marca fundamental anterior: uma posse da terra concentrada e excludente, tendo à frente o poder dos grandes proprietários, que se mantém praticamente intacto.

Singer (1973b:177-178) coloca a questão da estrutura fundiária e suas relações com a defesa dos cafeicultores nos seguintes termos: "(....) a estrutura social e política baseada na grande propriedade agrária age como anteparo desta. A influência dos grandes proprietários nos governos da União e dos Estados faz com que o Estado se empenhe em amparar economicamente a agricultura (....). Sem dúvida, qualquer medida de 'defesa da agricultura', em abstrato, fortalece, ao mesmo tempo, a estrutura vigente de posse da terra. Até certo ponto os governos têm sido mesmo fomentadores do latifúndio, apesar de todas as intenções proclamadas em contrário".

Como se verá mais adiante, essa característica da política estatal não é fruto senão da própria especificidade do capital na agricultura brasileira, o capital que requer, para conservar-se e reproduzir-se, a manutenção da propriedade privada da terra.

2. O CAMINHO DO CAFÉ EM SÃO PAULO

“O oeste é o ponto cardeal do agricultor,
o horizonte para qual ele se dirige...”

(Milliet, 1939 : 21)

A invasão do café nas terras paulistas obedeceu, segundo Milliet (1939:21), a dois determinantes: “evitar a linha do trópico, abaixo da qual o clima não o favorecia e demandar as grandes florestas de terra virgem e milionária”.

Tais condições, requisitos de uma atividade eminentemente extensiva como era o café, logo se viabilizaram, em dois sentidos: de um lado, tornando acessíveis regiões distantes através do empreendimento ferroviário, muitas vezes tendo à frente os próprios fazendeiros do café, e, de outro, reduzindo os custos de formação de novos cafezais, através da utilização de um complexo regime de trabalho como era o colonato.

Como se sabe, aos imigrantes que vieram trabalhar nas fazendas de café era permitido o plantio de culturas alimentícias intercaladas nas linhas do cafezal. Tal prática, porém, só é possível nos primeiros anos da cultura principal, ou seja, no período de formação do cafezal, o que induzia o colono a dar preferência pelos contratos de formação de novos cafezais, em que tinha direito à utilização da terra para cultivos próprios. “Esta preferência do colono logo se fazia sentir no custo, para o fazendeiro, da formação de cafezais: o preço pago pelo plantio do café foi se reduzindo, até se tornar nulo”. (Castro, 1975: 55).

A expansão da cafeicultura em São Paulo inicia-se pela região do Vale do Paraíba, tendo atingido, por volta de 1836, as terras próximas à região da capital. Nos 20 anos que se seguem, o café povoa a zona central do estado e a seguir, até a abolição, caminha pela Mogiana e Paulista. Nesse período a região Norte (do Vale do Paraíba) já apresentava evidentes sinais de decadência, principalmente devido ao esgotamento da fertilidade natural das terras.

Como será discutido no decorrer da análise, não se deve atribuir unicamente ao fenômeno puramente “físico”, o do esgotamento do solo, a decadência do café no Vale do Paraíba.

O incremento da imigração após 1888 e a política de favoritismo ao cafeicultor estimulam os novos plantios, que tomam conta da Araraquarense e Noroeste e finalmente da Alta Sorocabana. Enquanto isso, o café vai paulatinamente abandonando as terras da Mogiana e Paulista, como já havia ocorrido nas zonas do Norte e Central. “O café caminha para o Oeste, para o Norte do Paraná, sempre e cada vez mais à cata da terra virgem, do rendimento milionário que compense os preços baixos” (Milliet, 1939: 27).

Na verdade, o elemento explicativo de tal “rendimento milionário” tem duas dimensões: de um lado, a renda diferencial propiciada pela elevada fertilidade das terras virgens do Oeste que possibilita ganhos diferenciais de produtividade em relação às regiões de ocupação mais antiga. As regiões novas foram rapidamente “aproximadas do mercado” pela expansão das ferrovias, após a criação da São Paulo Railway Co. Ltd. em 1858. Como se sabe, a implantação das ferrovias representou um importante fator no processo de acumulação nesse período, pois, além do papel primordial no rebaixamento do custo de transporte aos cafeicultores, ainda se torna uma lucrativa opção de investimento, e com reflexos na fase inicial da industrialização (Cano, 1977). Outro aspecto importante é que as estradas de ferro permitem liberar o capital privado empatado em transportes (animais, pagamento de tropeiros e fretes, etc.), transformando-o em capital-dinheiro que permitirá aumentar a acumulação produtiva no seio do complexo cafeeiro.

A existência desse rendimento diferencial pode ser constatada pelos menores custos de produção do café nas áreas novas. Tomando os dados apresentados por Peláez (1972:133), o custo por saca (incluindo transporte) em 1928, por exemplo, variava de 191 mil réis na zona velha para 135 mil réis na zona intermediária e 123 nas áreas novas. Conclui-se que nas áreas novas era possível obter um “sobrelucro” de aproximadamente 68 mil réis por saca; ou, considerando um preço médio de 205 mil réis por saca, de acordo com a tabela 1, uma receita líquida 486% maior que nas zonas velhas!

Os dados apresentados na Tabela 2 ajudam a visualizar a existência desse rendimento diferencial.

Tabela 2. Receita Líquida do café nas diferentes zonas do Estado de São Paulo, 1928 a 1939. (mil réis por saca).

Ano	Zonas	Custo de Produção	Preço	receita líquida (RL)	Diferencial da RL entre as zonas novas e velhas
1928	Velhas	191		14	
"	Intermediárias	135	205	70	486%
"	Novas	123		82	
1932	Velhas	85		68	
"	Intermediárias	73	153	80	26%
"	Novas	67		86	
1937	Velhas	108		70	
"	Intermediárias	88	178	90	50%
"	Novas	73		105	
1939	Velhas	88		47	
"	Intermediárias	77	135	58	32%
"	Novas	73		62	

Fonte dos dados básicos: Peláez (1972).

A apropriação desse rendimento diferencial (pelos proprietários e comerciantes), entretanto, só viabilizada na medida em que não seja transferido para os produtores diretos. E aqui reside a segunda dimensão do problema, que foi "convenientemente" resolvido através do sistema peculiar de organização do trabalho nas fazendas de café, como referido anteriormente. O "contrato de formação", como era conhecido tal sistema, obrigava os trabalhadores a plantarem uma determinada área e ao final do período fixado (geralmente de quatro a seis anos) entregarem o cafezal em produção. Nesse período de formação era permitido aos colonos o cultivo intercalar de gêneros alimentícios, bem como o desenvolvimento de pequenas criações.

"O colono (...) passa a ser empregado no cafezal em formação, vendo seu salário acrescido com o usufruto das terras intercafeeiras. A introdução de imigrantes em famílias permitia ao fazendeiro obter um suprimento de mão-de-obra suplementar barata fornecida pelos membros femininos e infantis, enquanto ao colono se tornava possível, através da cooperação da unidade familiar, um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho" (Beiguelman, 1978: 34).

A possibilidade de produção de parte da subsistência através do cultivo de cereais por entre as linhas do café era mais atrativa aos colonos porque lhes poupava trabalho, comparativamente ao cultivo de alimentos em áreas separadas do cafezal. Dispunham-se mesmo a trabalhar por menores salários, nas áreas de expansão da fronteira cafeeira, dada a possibilidade dos plantios intercaladores. (Silva, 1976: 51).

Como isso, asseguravam-se os fazendeiros das zonas novas ganhos diferenciais elevados, o que estimulava cada vez mais a "marcha para o oeste".

Essa rápida colocação acerca do caminho do café em São Paulo está representada no mapa 1, onde se observa a penetração e expansão da cafeicultura a partir de 1836 até 1935.

Até meados do século passado, apenas uma pequena região oriental do estado estava voltada para a atividade cafeeira. Nos 60 ou 70 anos seguintes a cultura já cobria mais da metade do estado, e, nos poucos anos seguintes alastra-se por todo o oeste. Apenas o litoral e a região mais ao sul não participam desse surto de expansão.

Mapa 1. Expansão cafeeira em São Paulo, 1836/1935.

Embora à primeira vista o caminho do café em São Paulo, devido à sua continuidade geográfica, possa sugerir que houve uma expansão sem modificações qualitativas, é muito importante afastar essa idéia. Devemos ter em mente que a velha cafeicultura do Vale do Paraíba tinha características essencialmente diversas do complexo cafeeiro que se instala no "Oeste Paulista", principalmente do ponto de vista das relações de produção e das formas de acumulação de capital.

3. O PROBLEMA DE PESQUISA

A história da expansão cafeeira no Brasil não é mais que “uma série de crises manifestas ou reprimidas, com limitados surtos de prosperidade ocasionados, geralmente, por pragas ou calamidades meteorológicas” (Singer, 1973b: 174).

De uma forma ou de outra, as crises, desde os fins do século passado, eram quase sempre contornadas por via da proteção estatal.

O final dos anos vinte, porém, marca o aguçamento das contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro e o fim da hegemonia cafeeira. À profunda crise derivada de toda a política de defesa e valorização do café que se vinha desenrolando desde o início do século vai somar-se a longa e generalizada depressão a partir de 1929.

A presença simultânea de superprodução, depressão dos preços internacionais, encarecimento da importação, paralelamente ao desgaste político interno que vinham sofrendo as classes dominantes, especialmente a partir do início da década e que culmina com a revolução de 1930, aceleram o processo de mudança do padrão da acumulação capitalista.

Não se trata, evidentemente, de dizer que à Crise de 1929 corresponde o início da industrialização no Brasil, mas sim de ressaltar a sua importância no agravamento de problemas que remontam ao início do século XX.

As vicissitudes enfrentadas pelo complexo cafeeiro, que são as do próprio capital, colocam em xeque a acumulação e impõem ao setor agrícola, nesse período, algumas mudanças e adaptações importantes.

O que este trabalho pretende abordar são alguns aspectos da evolução da agricultura paulista na década imediatamente posterior à crise, tendo duas preocupações centrais: a questão da posse da terra e a diversificação da produção agrícola.

3.1. A questão da terra

O desenvolvimento capitalista marca-se, especialmente nos estágios iniciais, pela necessidade de assegurar a separação dos trabalhadores do meio de produção mais importante na agricultura, a terra, a fim de permitir a constituição de um mercado de força de trabalho livre.

Já vimos que a passagem para o trabalho livre no Brasil tem estreita vinculação com o processo de mercantilização da terra, tornando-a inacessível aos escravos libertos e aos imigrantes pobres, proletários que iriam constituir o mercado de trabalho para o empreendimento cafeeiro.

Durante todo o decorrer da história do café (história do capital cafeeiro) a propriedade de grandes extensões de terra é elemento imprescindível ao processo de acumulação que se desenvolve (vale afirmar: imprescindível nas condições históricas dadas). Não só pelo caráter eminentemente extensivo daquela atividade, mas principalmente para impedir a instalação de pequenas produções de subsistência que esvaziariam o já deficitário mercado de trabalho. A estrutura do sistema agrícola era simples: a propriedade da terra se achava altamente concentrada, e umas poucas centenas de grupos de famílias extensas possuíam vastas propriedades, subdivididas em fazendas que tinham de 100.000 a mais de 1.000.000 de cafeeiros.

Os três momentos fundamentais que marcam a transformação capitalista no Brasil, isto é, a institucionalização da mercantilização da terra através da Lei de Terras (1850), a promoção da vinda de imigrantes e a abolição efetiva da escravidão, ocorrem sob o domínio da grande propriedade monocultora. O processo de transformação das relações de produção verifica-se sem abalar o poder da grande propriedade. Nas palavras de Germer (1976: 206), "o início da transição para o capitalismo não é precedido por qualquer alteração no perfil de distribuição da propriedade da terra, mas decorre exclusivamente de transformações ao nível das forças produtivas - o transporte ferroviário e a mecanização do beneficiamento do café - e de um maciço afluxo imigratório, que permitiu a formação de um mercado de

trabalho super-abastecido”.

Todavia, o desenvolvimento do capitalismo, ao propiciar o desenvolvimento das forças produtivas e a consolidação das relações de produção em que a força de trabalho se liberta totalmente para o capital, tende, no processo clássico, a relegar a posse da terra a plano secundário. Se o capital domina a produção, a terra passa a segundo plano.

Já se vê que não foi essa a via do desenvolvimento capitalista no Brasil. As transformações capitalistas ocorrem e se perpetuam sob a égide do latifúndio, excluindo peremptoriamente vastas camadas da população trabalhadora do acesso à terra. Para tanto, é decisiva a ação do Estado, confirmando-se como expressão de interesses ligados à grande propriedade territorial. Até os dias atuais, o desenvolvimento do capital no campo brasileiro apóia-se na combinação grande propriedade - super-exploração dos trabalhadores - subvenção estatal, refletindo a especificidade das transformações capitalistas na agricultura brasileira.

Além disso, temos que observar que a questão da terra, neste caso, não pode ser tratada nos moldes clássicos, como se houvesse aqui uma classe de proprietários fundiários distinta, uma classe de senhores de terra, como houve nas economias européias do século passado, a exigir a captação de uma renda para ceder a terra aos capitalistas dispostos a explorá-la.

Como explica Wanderley (1978: 18), “aqui, não existiu, nem existe, uma classe de proprietários fundiários (....), uma classe que se defina socialmente pelo direito que adquiriu sobre uma parcela do solo e que dê uma expressão econômica a este direito, através da capitalização da renda fundiária, que este mesmo direito permite captar.

“Por razões históricas, a apropriação da terra no Brasil tem outras conotações, decorrentes do fato de que a classe que a realiza não se distingue daquela que possui os meios de produção agrícola, e se define fundamentalmente como dirigente do processo produtivo”.

Já vimos que, na verdade, por não ter existido essa classe distinta de proprietários fundiários, o monopólio sobre a terra foi criado “artificialmente” em 1850, com a Lei de Terras, mostrando a necessidade de ação do Estado para acionar mecanismos que impedissem aos trabalhadores o acesso à terra, e, assim, garantissem a existência da força de trabalho “livre” para o capital.

Mas não se pode considerar que unicamente a propriedade da terra assegure ao seu detentor a posição dirigente referida, mas terá que estar diretamente associada a ou-

tras propriedades - outros meios de produção ou mesmo elementos da esfera da circulação (como ocorria com os fazendeiros de café, que, além de proprietários da terra, eram detentores dos outros meios de produção, centralizavam a comercialização do café dos produtores menores, eram acionistas das companhias ferroviárias, além de deterem o poder político local).

Além de ser fundamental na garantia dessa posição dirigente na atividade produtiva, a propriedade da terra ainda aparece como condição para obtenção do lucro sob vários aspectos:

- a) permitindo uma compressão nos custos de produção, por exemplo, através da redução dos salários monetários ao relegar aos trabalhadores a tarefa de obter parte de sua subsistência diretamente da terra;

- b) constituindo a base para o crescimento extensivo da produção, reduzindo a necessidade de investimento em capital constante;

- c) constituindo-se forma de acesso a outros tipos de riqueza (por exemplo, a nível do crédito e da comercialização).

Configurou-se, pois, no país, uma classe de dirigentes da produção agrícola, representante do capital na agricultura, e de um capital que requer, para reproduzir-se, a propriedade fundiária como elemento constitutivo básico da sua forma particular de reprodução.

Essa interpretação permite, a meu ver, uma melhor compreensão do processo que estamos estudando.

De um lado, fornece elementos para compreender o papel do Estado tanto na expansão da cafeicultura no Oeste Paulista, através da implantação das ferrovias, como também durante a crise, através das políticas de defesa da classe dos cafeicultores, papel esse destinado, em última instância, a assegurar, em níveis satisfatórios, a reprodução do capital cafeeiro.

De outro lado, torna claro que, no fundo, o papel do Estado visa, ao mesmo tempo, à defesa da propriedade da terra. É aqui que reside a questão-chave: não é a defesa de uma classe de proprietários fundiários, de senhores de terra em sentido estrito, cujos interesses seriam contrários aos da classe capitalista. É a defesa da classe capitalista que, no caso em questão, assume aquela forma particular salientada por Wanderley (1978), de dirigentes da produção que são ao mesmo tempo proprietários fundiários e, para os quais, a sobrevivência social (enquanto classe) depende fundamentalmente da propriedade da terra.

Resumindo, na crise, o que está em jogo não é a defesa da renda da terra, enquanto categoria econômica, mas sim a defesa do capital, de sua reprodução, só que numa si-

tuação histórica em que essa reprodução depende da manutenção da propriedade fundiária, e na qual as formas do capital que estão em jogo podem subordinar, ao mesmo tempo e sob formas diversas, a pequena e a grande propriedade.

Retornemos, porém, ao início dos anos 30. Já vimos que a crise do setor exportador e o amadurecimento de outras questões internas levam a acumulação de capital a tomar novos rumos, com algumas transformações no conjunto da economia. Essas transformações não se dão sem reflexos sobre o setor agrário.

Segundo Medeiros (1978: 13), “a intensificação do processo industrial implica no crescimento das cidades, agudizando, cada vez mais, a velha questão da insuficiência da produção mercantil de alimentos. Progressivamente, o problema do abastecimento das cidades vai se tornando mais crítico. Além disso, sendo a indústria brasileira uma indústria de bens de consumo, a própria continuidade do processo industrial depende da possibilidade de importar a maquinaria. Nesse sentido, as divisas provenientes da agricultura de exportação são fundamentais. Um outro elemento importante que deve ser ressaltado é o fato de que o capital que se volta para a indústria no Brasil acumulou-se nas próprias atividades de comercialização do café. Dessa forma, a industrialização no Brasil nasce e cresce intimamente articulada com a agricultura”.

A mesma autora ressalta a importância dessa articulação, base da aliança que é feita a partir de 1930 entre as classes e frações de classe dominantes⁽¹⁾ e que tem como um dos pontos centrais a intocabilidade da propriedade da terra, que se mantém concentrada.

A preocupação, ao enfatizar no estudo a questão da terra, reside justamente em reconsiderar a afirmação de que a crise do café, ao solapar a hegemonia da burguesia cafeeira, possa ter significado a reorientação da propriedade da terra e a consolidação da pequena propriedade. Em outros termos, se a “transição capitalista”⁽²⁾ no Brasil não implicou em mudanças no padrão da propriedade fundiária, o novo padrão de acumulação imposto em 1930 igualmente não implicou em tais mudanças.

Quero ressaltar que para tal ocorreram, além de mecanismos econômicos, importantes elementos políticos, que, embora não sejam aprofundados nesta análise, de-

(1) A crise da hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação de outras oligarquias (de diferentes áreas militares, classes médias e burguesias regionais), que, após a vitória de 30, não assumem o poder em caráter exclusivo mas traduzem-se num Estado de compromisso entre as várias facções de classe. Ver Fausto (1972).

(2) Entendida como passagem a uma nova forma de dominação do capital, cuja especificidade consiste na destruição das relações de produção escravistas, em lugar da sua simples subordinação. (Silva, 1976: 46).

semprenham importante papel na reafirmação do poder da grande propriedade em toda a história do capitalismo brasileiro.

A hipótese geral que guia esta parte do trabalho é que o fracionamento das propriedades agrícolas no período de pós- crise no estado de São Paulo não é um fenômeno generalizado, que consiga abalar o estatuto de uma propriedade concentrada. Ao contrário, a rápida substituição do café por outras culturas comerciais, especialmente o algodão, além da aliança política que se estabelece entre a nascente burguesia industrial e os antigos setores dominantes agrários, viabilizam a manutenção daquela distribuição excludente.

Evidentemente, devem ocorrer remanejamentos na dinâmica interna regional do estado, e creio que é nesse sentido que devem ser tomadas as afirmações acerca do retalhamento das grandes propriedades cafeeiras no período.

Citemos alguns exemplos:

“Há (...) uma circunstância que vem apressar a ruína da fazenda: são as crises econômicas. Nessa matéria, o exemplo dos últimos anos é frisante. A divisão das propriedades, sua venda em lotes, constitui em muitos casos a última solução da situação criada pela queda dos preços dos produtos agrícolas e pelas dificuldades de financiamento da fazenda”. (Prado Jr., 1935: 63).

“A pequena propriedade desenvolveu-se efetivamente em São Paulo em consequência das crises do café. O esgotamento dos solos, a queda dos preços, as dificuldades de exportação; estes são os verdadeiros fatores que contam. É deles que provém a ruína das fazendas e grandes domínios, e em consequência, seu retalhamento, último recurso para sair das dificuldades (...). É sobretudo depois da grande crise de 1929 que o processo de retalhamento das fazendas se precipita”. (Prado Jr, 1963: 236).

“Uma primeira observação pode ser feita, a rigor, a de que a pequena propriedade se tem desenvolvido num ritmo de fato promissor, bem mais acentuado que o das outras classes. Por outro lado, o latifúndio cresce mais lentamente e contribui com uma importância cada vez menor para o conjunto das propriedades do Estado”. (Milliet, 1939: 116).

“(O sistema latifundiário) ao ver escapar de suas mãos o privilegiado domínio da exploração da terra, que até certa época era exclusivamente seu, não pôde evitar uma consequência irreversível: a ruptura do antes monolítico monopólio da propriedade territorial.

“Nos últimos sessenta anos, a fronteira agrária dilatou-se consideravelmen-

te, numerosos latifúndios foram desmembrados, a propriedade rural, abalada por sucessivos terremotos, retalhou-se em incontáveis torrões”. (Guimarães, 1968: 202).

Martins, (1978: 51), baseado em Milliet e Prado Jr. e referindo-se à crise de 1929, conclui que “a crise acentuou a proliferação de pequenas propriedades, não só pela divisão das grandes fazendas em sítios menores (pois, com a crise a terra perdeu, ainda que apenas por algum tempo, quase todo o seu ‘valor’) vendidos aos antigos colonos, como o avanço sobre as novas terras da fronteira agrícola foi conduzido pelos especuladores imobiliários de forma a atender uma aguda demanda de pequenas propriedades agrícolas que já vinha dos anos vinte. De um lado, os colonos puderam efetivar a sua ânsia pela terra investindo as economias penosamente feitas no colonato. De outro lado, muitos fazendeiros descobriram que poderiam transformar suas terras, quase destituídas de preço após a crise, em capital que poderia ser aplicado em outros setores da economia”.

A visão de “efeitos democratizantes” da crise sobre a estrutura agrária permeia com maior vigor ainda o político da época. O discurso proferido por Armando de Salles Oliveira, “por ocasião da homenagem que lhe prestaram as classes conservadoras (sic!) de São Paulo, no Teatro Municipal”, em 24 de janeiro de 1937, revela a otimista versão “oficial” da crise:

“Pequeno interesse econômico e social teria a expansão rural de São Paulo se essa prosperidade tivesse alcançado apenas os grandes lavradores, em detrimento dos pequenos. Mas é o contrário que se observa. Ano após ano, fragmentam-se os últimos restos do latifúndio rural. A agricultura paulista encaminha-se a passos acelerados para o regime da pequena e da média propriedade. Essa importante modificação econômica não se processou, como em outros países, a golpes de força, nem pela imposição de decretos ditatoriais. A ‘revolução verde’, a que a maioria das nações européias teve de recorrer, para evitar o comunismo agrário das massas sequiosas de terra, aqui se processou evolutiva e pacificamente. Elevaram-se à categoria de proprietários os que realmente se mostravam, pelo seu espírito de luta e iniciativa, capazes dessa função. Há dezesseis anos, em 1920, o recenseamento geral acusava a existência de 80.921 propriedades rurais. Em 1934, segundo o censo aqui levantado, os estabelecimentos rurais de São Paulo estavam triplicados e atingiam a 274.740 propriedades.

“Os Estados Unidos apresentam nos últimos tempos um lento processo de desintegração da propriedade. Antigos lavradores, premidos pelas dívidas, perdem as terras, passando a arrendatários, enquanto muitos destes descem a simples assalariados.

“Em São Paulo, ao contrário, o número de proprietários que deixaram de

ser colonos ou arrendatários cresce cada vez mais. A grande propriedade cede lugar à pequena e à média, fortalecendo-se a nossa estabilidade social e econômica.

“Todos os países agrícolas queixam-se do êxodo dos campos para as cidades. Verdadeiras migrações rurais se processam, em benefício da expansão industrial de quase todas as grandes nações modernas. Esse êxodo está em relação direta com o regime e a solidez da propriedade agrícola. A concentração da produção, em forma latifundiária, gerava o deslocamento das massas camponesas. As migrações aumentam onde não se altera o regime dos latifúndios e decrescem onde se multiplicam as pequenas propriedades.

“Apesar dos salários atraentes e de outras sedução das indústrias urbanas, também necessitadas de braços, não se registra, em São Paulo, nos últimos anos, deslocamentos maciços de trabalhadores, do campo para as cidades. Deve-se isso, sem dúvida, ao poder de retenção da pequena propriedade.

“Não foram os latifúndios, nem as grandes propriedades, os mais favorecidos pela expansão agrícola paulista dos últimos anos, mas as dezenas de milhares de pequenos e médios proprietários. Na cultura do algodão havia, segundo o censo de 1934, 64.000 produtores. No ano passado esse número ultrapassou 100.000. O valor da produção algodoeira não ficou acumulado em poucas mãos, mas se distribuiu entre cem mil lavradores.

“Milhares de homens têm em São Paulo acesso todos os anos à posse de terra, da casa ou do bem móvel. Assim se satisfaz a aspiração elementar do homem que trabalha: a aquisição de um mínimo de conforto material, base da vida social e condição inseparável da própria dignidade humana.

“Esses pequenos proprietários são fontes de novas riquezas, criadores de rendas públicas. São, ao mesmo tempo, novas forças para a economia popular, que hoje é o melhor manancial para o crédito público. De seus modestos cofres saíram as contribuições sem as quais nunca o Estado poderia antecipar a realização do meu programa de governo, em que os principais lugares foram reservados para o fomento e a organização técnica da produção, para a higiene e para a escola.

“Uma sociedade assim constituída não poderia nunca tender para qualquer espécie de imperialismo - espectro que a astúcia política agita algumas vezes para atemorizar o povo brasileiro, impregnado de credulidade. A verdade é outra. São Paulo evoluiu sem hesitação para uma democracia econômica de raízes profundas, e sobre essa base começamos a construir a nossa democracia social”. Revista do Instituto de Café, 1937: 30/32). (Todos os grifos são meus).

Não menos reveladora é a opinião de Dantas (1937: 1087), expressa alguns meses depois do pronunciamento oficial de janeiro, mais precisamente em junho do mesmo ano:

“Quando se observa com espírito objetivo o panorama das atividades econômicas paulistas, antes e depois da crise mundial, verifica-se que a tendência para as pequenas unidades, a democratização dos empreendimentos e dos capitais, não é apanágio tão somente de nosso parque manufatureiro. Também a agricultura sofre o mesmo processo evolutivo e tende cada vez mais, à guisa do que se descortina no setor industrial, para o domínio da policultura e para o estabelecimento das médias e das pequenas propriedades, onde outrora campeava e dominava o regime latifundiário.

“Graças aos rumos paralelos, que vão experimentando em nosso organismo tanto a lavoura como a indústria, é lícito antecipar que dentro em breve chegará a época em que São Paulo terá direito a considerar-se uma democracia de pequenos lavradores e de pequenos industriais. Acreditamos não incidir em exagero algum, proclamando que, quando se materializar esse objetivo, São Paulo estará em condições de apresentar um corpo social de uma consistência e de uma durabilidade que só dificilmente se encontraria em não importa que outro rincão da América Latina”.

Vejamos, entretanto, a contra-argumentação apresentada pelos próprios pesquisadores anteriormente citados:

Para Caio Prado Jr., “basta que uma conjuntura favorável restaure a prosperidade agrícola, para que assistamos a um fenômeno inverso do atual: uma nova concentração da propriedade rural. (...) o processo da subdivisão dos grandes domínios não é um fato consumado e fatal. Pode ser interrompido a qualquer momento, e envolver mesmo em sentido contrário. (...) não devemos exagerar a atual marcha da divisão das propriedades. Ela é, apesar de tudo, lentíssima. O número de propriedades rurais paulistas, que em 1930 era de 163.765, subiu em 1940 para 180.472 apenas”. (Prado Jr., 1963: 237-238).

Sérgio Milliet também ressalta a diversidade do processo a nível regional, constatando que somente nas regiões mais antigas, já decadentes em termos do café, há um fracionamento significativo de médias e grandes propriedades. Nas áreas mais novas o fenômeno é diverso: na Paulista e Mogiana assiste-se praticamente a uma estagnação, sem alterações profundas na distribuição das propriedades. Nas regiões pioneiras, que ainda estavam em pleno dinamismo nos meados da década de 30, nada se deduz acerca do fracionamento; ao contrário, há um crescimento mais acentuado da classe das grandes propriedades e latifúndios, em meio ao crescimento geral do número de propriedades.

A análise de A.P.Guimarães conduz também ao mesmo resultado. “A despeito de todos esses acontecimentos, que fizeram estremecer seu imenso poderio, o sistema latifundiário mantém até os nossos dias, com a máxima firmeza, o controle de nossa economia agrária (....). Os instrumentos básicos através dos quais o sistema latifundiário brasileiro exerce, ativa e eficazmente, aqueles controles são os seguintes: em primeiro lugar, o domínio da propriedade e da exploração de metade de nosso território agrícola; em segundo lugar, o domínio de mais da metade das divisas obtidas no comércio internacional por nosso país”. (Guimarães, 1968: 202).

Mais especificamente sobre o período de que estamos tratando, diz o mesmo autor:

“Quer na etapa embrionária da crise, quer na etapa seguinte, da evidência dos fenômenos de decadência, o sistema latifundiário, malgrado os elementos negativos que em seu bojo se formavam e se acumulavam - e em decorrência deles - pôde alargar suas fronteiras, incorporar novas extensões de terras e, assim, aumentar consideravelmente sua produção exportável que era, e é, sua atividade principal ou exclusiva”. (Guimarães, 1968: 160).

Uma das poucas análises da época a reconhecer que a redistribuição fundiária no período da crise é apenas aparentemente favorável às pequenas unidades agrícolas é a de Kingston (1938), que, ao comparar os resultados dos Recenseamentos de 1920 e de 1934, aponta os seguintes resultados:

1º) embora o número e a área total dos pequenos estabelecimentos (até 25 alqueires) tenham crescido significativamente entre 1920 e 1934, sua área média cai de 11,1 alqueires para 7,1 alqueires no período. Paralelamente, assiste-se a um aumento da área média dos estabelecimentos de 25 a 100 alqueires, enquanto que os de mais de 100 alqueires diminuem a área média.

2º) a proporção de pequenos estabelecimentos sobre de 57,0% para 82,4%, embora a área por eles ocupada passe de 8,9% para 18,5% apenas. Os médios e grandes estabelecimentos, ao contrário, sofrem drástica redução no seu número relativo: os médios decaem de 29,7% para 10,9%, e os grandes de 13,3 % para 6,7% do total de estabelecimentos. No entanto, a área total ocupada pelos médios e grandes estabelecimentos mantém-se quase que inalterada no período (de 18,5% para 17,3% nos estabelecimentos médios e de 72,6% para 64,2% nos grandes).

3º) o índice de concentração (limite inferior do índice de Gini) calculado pelo autor variou de 0,748 em 1920 para 0,786 em 1934.

Daí a conclusão derivada pelo autor: "Resulta assim, que no processo distributivo de propriedade rural, as classes de média e grande propriedade foram melhor apanhadas que a das pequenas. Ao invés de uma mais racional distribuição de propriedade fundiária, constata-se um agravamento da concentração agrária". (Kingston, 1938: 36).

Em suma, embora se constatem processos esparsos de mudanças na estrutura agrária no período subsequente à crise (e até se chegue a depositar neles alguma esperança), para a maioria dos autores existe o reconhecimento de que o poder do latifúndio é mais forte.

3.2. A diversificação da produção agrícola.

Dentre as transformações impostas pelo fim da supremacia cafeeira ressalta a importância da quebra da atividade monocultural e a abertura de novas perspectivas para o capital agrário.

Antes de mais nada, cabe esclarecer que a expansão diversificada da agricultura paulista já vinha ocorrendo com alguma intensidade desde o início do século⁽¹⁾, de forma que a afirmação anterior não deve ser absolutizada, isto é, não é somente no período de crise que a diversificação ocorre. Nesse período, digamos, ela passa a ser mais orientada. Orientada pelo capital, tendo em vista a recuperação da sua rentabilidade, anteriormente determinada pela dinâmica cafeeira, por outras atividades substitutas.

Comumente se relaciona de forma direta a diversificação da agricultura paulista com o desmembramento das propriedades cafeeiras, responsabilizando-se unicamente os pequenos proprietários (ex-colonos) pela diversificação dos cultivos de gêneros para o mercado interno. Mais uma vez, devemos tomar com cautela essa transposição mecânica. Principalmente, porque o que está em jogo é o capital, é a sua vitalidade e a sua acumulação. Parece-me, portanto, apressada a conclusão de que o fracionamento das propriedades permite aos antigos colonos desenvolver uma "saúdável policultura", à sua vontade.

Isso porque, em primeiro lugar, os pequenos produtores que surgem e conseguem se manter no período de pós-crise, devem ter-se endividado para adquirir terras e por conseguinte teriam que desenvolver uma atividade agrícola com um grau mínimo de rentabilidade que lhes permitisse pagar a dívida e reproduzirem-se como pequenos produtores. Mesmo

(1) Conforme demonstrou Cano (1977), especialmente Cap. I.

no caso dos arrendamentos, que aumentam bastante seu número no período, a rentabilidade deveria ser suficiente para possibilitar no mínimo o pagamento da renda da terra.

Em segundo lugar, mas não de menor importância, está o fato de que uma das formas que encontra o capital para continuar a reproduzir-se é por meio da subordinação dos pequenos produtores via mercados oligopsônicos e via crédito. Uma ilustração significativa: o algodão. Sabe-se que o controle dos transportes, comércio e financiamento em muitos casos estava nas mãos de grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, donos principalmente de casas bancárias e máquinas de algodão. Só na região da Alta Sorocabana, Noroeste e Alta Paulista, por exemplo, existiam as frimas BRAZCOT (máquinas de beneficiamento, compra e embarque de algodão), BRATAC (Casa Bancária e Algodoeira BRATAC), Anderson Clayton e Sanbra, além de inúmeras Cooperativas. Essas firmas citadas referem-se apenas a uma região e a um caso específico, o dos produtores japoneses, estudado por Vieira (1973), podendo-se inferir que o número de casos em que os produtores ficavam atrelados aos financiamentos e os grupos oligopsônicos, como descreve a referida autora para o caso dos imigrantes japoneses, devia ser bastante expressivo para o estado todo.

Se desde o início do século já vinha se expandindo uma agricultura comercial de alimentos, principalmente para atender o mercado interno imposto pela urbanização, por outro lado, na década de 30, não houve uma política global deliberada de favorecimento à policultura. Segundo Peláez, nessa época “muito se falou acerca da policultura, mas pouco se fez para implantá-la (...). Foi para a produção do algodão que se desviaram os recursos reais do café e o capital nacional durante a segunda metade da década de 1930” (Peláez, 1972: 112-113).

Podemos, pois, distinguir três aspectos na agricultura do pós-crise, centrando algumas questões a serem investigadas:

a) a produção cafeeira: evidentemente, o plantio de novos cafezais deve decrescer, embora a produção possa ter aumentado em determinados momentos, especialmente no início da década, em decorrência dos plantios recentes nas regiões de expansão da fronteira.

b) a produção de alimentos: em crescimento desde o início do século, na década de 30 deve-se observar apenas uma continuação da tendência crescente, porém sem grandes impactos, especialmente no caso dos alimentos básicos.

c) a expansão algodoeira: com a crise de 29 e a violenta queda nos preços do café, altera-se profundamente a estrutura relativa das rentabilidades das diferentes cul-

turas e o algodão ganha um papel extremamente importante na agricultura paulista (Cano, 1977: 67).

Quanto à produção de alimentos, pode-se observar pela tabela 3 que, excetuando o milho e o açúcar, os outros alimentos apresentam um crescimento relativo menor na década de 30 do que na década anterior. Para a maioria dos alimentos o período de mais rápida expansão foram as duas primeiras décadas do século e não o período após a grande crise de 1929.

Dessa maneira, concordamos com a conclusão de Cano (1977: 68), no sentido de que a expansão diversificada da agricultura paulista não ocorreu apenas em função das crises cafeeiras. Ela ocorreu tanto nas crises como nas fases de expansão do café. Segundo o autor, isso se deve à crescente independência que a agricultura praticada fora da propriedade cafeeira ia adquirindo, à medida que o mercado urbano se expandia, em contraposição à agricultura de alimentos praticada pelos colonos internamente aos cafezais. Assim, a expansão urbana e o mercado interno que se ampliava tiveram sua demanda satisfeita por essa agricultura comercial de alimentos que se desenvolvia.

Tabela 3. Expansão de alguns produtos agrícolas e agro-industriais.
Estado de São Paulo, 1901 a 1939. (variação percentual).

Período	Açúcar	Arroz em casca	Batata Inglesa	Farinha de Mandioca	Feijão	Milho	Vinho
1901 - 1903 a	+ 79,7	+ 271,9	...	...	+ 134,4	+ 46,6	+ 200,0
1910 - 1912							
1910 - 1912 a	+ 28,2	+ 156,8	...	...	+ 117,9	+ 62,9	+ 6,7
1919 - 1921							
1919 - 1921 a	+ 119,5	+ 25,8	+ 61,7		+ 2,4	- 5,8	+ 106,3
1928 - 1930							
1928 - 1930 a	+ 127,5	+ 15,8	+ 37,1	+ 39,8	- 18,4	+ 36,6	+ 81,8
1937 - 1939							

Fonte dos dados originais: Cano (1977: 63).

Um outro autor (Servilha, 1977) coloca a questão da diversificação da agricultura em suas relações com a renda da terra destinada ao plantio do café. Isso porque a expansão das culturas alimentares se fazia: 1) juntamente com a expansão da fronteira; ou 2) através da ocupação de terras menos férteis abandonadas. No caso da expansão, a elevada fertilidade das terras novas possibilita o desenvolvimento de culturas intercaladas aos cafezais sem comprometer a produtividade destes, de forma que nas regiões novas a diversificação da agricultura deveria ocorrer preferencialmente dentro das próprias propriedades cafezeiras, sob sistemas de colonato, parceria, etc. Já nas zonas velhas, quando dos períodos de baixa nos preços do café, algumas propriedades abandonavam o cultivo do café, passando a desenvolver uma agricultura comercial de alimentos, quer mantendo a propriedade jurídica da terra, com a utilização da parceria, quer fragmentando-a em pequenos sítios autônomos.

Dessa forma, de uma análise de produção de alimentos na década de 1930 espera-se que aponte para: 1º) uma tendência crescente, como a que se vinha observando desde o início do século, mas não necessariamente em ritmo mais acelerado;

2º) que a tendência à expansão se verifique quer nas zonas velhas, quer nas áreas novas do estado, embora os sistemas de produção num e outro caso possam ser diferentes. Com isso, não se esperaria uma mudança muito expressiva em termos de um remanejamento na divisão regional da produção no estado nesse período, em termos da agricultura de alimentos.

Sobre o algodão, dois pontos são importantes para compreender a sua expansão. De um lado, o ganho relativo de rentabilidade foi possibilitado pelo programa americano de sustentação dos preços de algodão (cf. Peláez, 1972: 124), paralelamente à demanda externa e interna em expansão. Por outro lado, outras condições internas viabilizaram o desenvolvimento da cotonicultura paulista, salientando-se: a eficiente atuação da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, principalmente no sentido de constituir um elo entre o mercado europeu e os produtores nacionais e de introduzir novas técnicas de produção e comercialização e também o grande impulso dado à pesquisa, por via da Seção do Algodão do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) criada em 1923 e que já em 1931 colocava à disposição dos agricultores sementes selecionadas de algodão de fibra melhorada e de maior produtividade.

Nas palavras de Peláez (1972: 117), “enquanto o IAC desenvolvia novas fibras de algodão, a Bolsa de Mercadorias preparou o mercado para o algodão brasileiro. Foi esse programa de desenvolvimento singular na história econômica do Brasil. A maior parte dos ingredientes de programas modernos de assistência técnica estava nele incluída: desenvolvimento de centros de pesquisa, transmissão de tecnologia, conhecimentos financeiros, especialização no exterior e desenvolvimento do mercado. Constituiu, também, uma articulação harmoniosa de instituições privadas e estatais”.

Assim, no período imediatamente posterior à crise existem todas as condições favoráveis a uma rápida substituição do café por algodão em diversas regiões do estado. Adicionalmente, a cultura do algodão possuía as vantagens de uma exigência bem menor de qualidade de terras e de capital em comparação com o café, além de adaptar-se, como o café, à utilização da força de trabalho de mulheres e crianças, especialmente na fase de colheita.

Os mapas seguintes ilustram claramente a expansão algodoeira em São Paulo na década de trinta.

Em dez anos a produção aumenta cerca de trinta vezes, como mostram os dados da tabela 4.

Tabela 4. Produção de algodão em São Paulo, 1930 a 1940.

Safras	Toneladas de algodão em pluma	Índice (1930/31 = 100)
1930/31	10.500	100
1931/32	21.000	200
1932/33	34.700	331
1933/34	102.296	974
1934/35	98.207	935
1935/36	176.800	1.684
1936/37	202.600	1.929
1937/38	248.300	2.365
1938/39	273.264	2.602
1939/40	307.377	2.927

Fonte: Bolsa de Mercadorias de São Paulo (cf. Fleury, 1974: 17).

Mapa 2. Distribuição da lavoura de algodão no estado de São Paulo em 1931.

Fonte: Dantas (1938: 172).

Mapa 3. Distribuição da lavoura de algodão no estado de São Paulo em 1937.

Fonte: Dantas (1938: 173).

Em termos de questões passíveis de uma investigação mais direta neste estudo, julgou-se relevante a hipótese já formulada por Peláez (1972) e por Villela e Suzigan, (1975) segundo a qual teria ocorrido uma transferência de recursos reais das plantações de café para a agricultura de algodão, por meio de quatro maneiras principais:

- 1) plantando algodão entre os cafeeiros;
- 2) substituindo o café em propriedades anteriormente dedicadas a essa cultura;
- 3) transferindo a mão-de-obra do plantio de café para o de algodão;
- 4) transferindo capital, principalmente equipamentos de transportes (inclusive as ferrovias) e algumas máquinas anteriormente utilizadas para o café.

Estarei particularmente interessada nos dois primeiros itens, e para testá-los deveremos observar a distribuição geográfica do café e algodão no período estudado. Tal procedimento já foi utilizado por Peláez (cit. por Villela e Suzigan), que encontrou um elevado coeficiente de correlação ordinal entre as duas séries de produção de café e algodão em dez regiões agrícolas do estado, com dados do Censo Agrícola de 1940, sugerindo que a produção de algodão se expandiu nos mesmos municípios que produziavam café.

Observando os mapas 2 e 3 podemos constatar que realmente a cultura algodoeira expande-se com maior vigor nas áreas tipicamente cafeeiras, ou seja, nas regiões centrais e no oeste do estado. Tal fato, embora bastante sugestivo, não permite todavia concluir automaticamente que a expansão tenha ocorrido apenas em função da transferência de recursos, principalmente a terra, do café para o algodão, como veremos posteriormente.

4. O REENCONTRO COM OS DADOS

Os dados secundários utilizados nesta pesquisa não são os usuais. A maior parte das estatísticas utilizadas atualmente nos estudos da realidade agrária brasileira gira em torno dos Censos Agrícolas do IBGE ou dos Cadastros de Imóveis Rurais do INCRA (estes, disponíveis só a partir de 1967).

Parece-me que o uso repetitivo e não muito cuidadoso dos dados dos Censos de 1920 e 1940, principalmente, tendeu a cristalizar algumas conclusões, como indicamos no início, nem sempre exatas.

Dessa maneira, ao introduzir na análise uma “nova” fonte de dados, creio que só teremos a ganhar, do ponto de vista da pesquisa. Digo “nova”, entre aspas, porque as publicações datam da década de 30, quer dizer, estavam disponíveis mesmo antes do Censo de 1940, embora não muito utilizadas.

4.1. Fonte e limitações

A pesquisa social baseada em dados secundários sempre exige uma certa dose de cautela, tendo em vista as conhecidas dificuldades de coleta, particularmente na área agrícola.

O material aqui utilizado, diríamos que não foge à regra. Refere-se a séries estatísticas publicadas pela antiga Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de

São Paulo, para o período 1930/31 a 1937/38⁽¹⁾, sob o título “ESTATÍSTICA AGRÍCOLA E ZOOTECHNICA”,⁽²⁾ organizada pela Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio.

Após o Recenseamento Agrícola de 1904/1905 e o Censo Agrícola de 1920 esta representa a série estatística mais completa acerca da agricultura paulista. Embora sejam inúmeras as falhas observáveis nos dados, acredito que não são maiores do que as encontradas nas fontes usuais de dados secundários⁽³⁾.

Com isso, pretendo justificar a utilização dos dados publicados na “Estatística Agrícola e Zootécnica”, levando em consideração quatro pontos principais:

1º) a inexistência de qualquer outra fonte mais segura de informações agregadas sobre um período tão importante para a agricultura paulista, atendo-se a maior parte das pesquisas à utilização dos Censos Agrícolas de 1920 e 1940, ficando pois uma lacuna a respeito da década de 30⁽⁴⁾;

2º) o fato de terem sido mantidos os mesmos critérios de coleta até 1937/38, o que possibilita a composição de uma série temporal passível de análise;

3º) a vantagem da regionalização permitida pelos dados, o que tende a enriquecer a análise;

4º) finalmente, a comparação feita com outras fontes de dados não aponta discrepâncias fortes a ponto de se abandonar aquela fonte de informações.

Sobre estes três últimos pontos cabem alguns esclarecimentos.

De 1930/31 a 1937/38, as informações dizem respeito às propriedades agrícolas, tomadas num sentido amplo, como algo semelhante ao conceito de estabelecimento agropecuário utilizado pelo IBGE.⁽⁵⁾ Na coleta de 1939/40 modificou-se tal critério, razão pe-

(1) Referem-se ao ano agrícola que tem início em agosto e vai até julho do ano seguinte. A série é descontínua, dispondo-se dos seguintes anos: 1930/31, 1931/32, 1932/33, 1934/35, 1935/36 e 1937/38.

(2) Doravante será referida simplesmente como EAZ.

(3) São conhecidas as limitações dos Censos do IBGE ou dos Cadastros de Imóveis Rurais do INCRA, principalmente quando se trata de comparar resultados de anos distintos. Apenas como exemplo, poderíamos lembrar as mudanças de critério no conceito de estabelecimento dos Censos Agropecuários, o que prejudica a comparação entre eles. No caso dos Cadastros basta lembrar que a coleta tem finalidade fiscal (para fins de Imposto Territorial Rural), o que já introduz um viés significativo nos possíveis resultados.

(4) Além disso, deve-se ressaltar que os dois Censos não são rigorosamente comparáveis, podendo dar margem a erros de interpretação, como mostramos no capítulo introdutório.

(5) Segundo o IBGE, o estabelecimento agropecuário refere-se a toda exploração agropecuária subordinada a uma única administração (de um proprietário, arrendatário, administrador ou outros), e que se dedique à exploração de lavoura ou criação, por si só ou com auxílio de pessoal remunerado. Essa é a conceituação mais geral de estabelecimento, embora com pequenas variações em cada um dos Censos Agrícolas. Mas o importante a reter é que um estabelecimento pode conter áreas pertencentes a diferentes propriedades (caso mais raro), do mesmo modo que uma propriedade pode ser explorada por meio de vários estabelecimentos, isto é, várias unidades administrativas autônomas.

la qual a análise abrangerá somente os oito anos referidos. Essa mudança pode ser detectada a partir de informação contida no capítulo introdutório do volume de 1939/40:

“A propriedade agrícola, unidade sobre a qual incidiram todas as investigações da coleta realizada, foi definida de modo que, meeiros, arrendatários ou simples colonos não mais figurassem como proprietários de vez que, efetivamente, não passam de acidentais usufrutários de terra alugada. Antes, e não de raro, o proprietário das terras, ao preencher os questionários, neles incluía as informações referentes às atividades de seus arrendatários ou meeiros de maneira a aparecerem, erradamente, duas, três e às vezes mais propriedades distintas, quando, na realidade, era uma única”. (Estatística Agrícola e Zootécnica, 1942:II). (grifo meu).

Embora nos anos anteriores não haja um conceito explícito de propriedade agrícola, pode-se aduzir, da passagem acima, que se tratava de um conceito flexível, próximo do conceito de estabelecimento, do IBGE, por considerar cada lote de meeiro ou arrendatário como uma unidade distinta.

Se isso traz limitações para a análise, podemos, todavia, contorná-las, antes de mais nada tornando explícitos esses limites.

Em primeiro lugar devemos ter claro que trabalharemos com dados de posse da terra, não de **propriedade jurídica** da mesma. Especialmente no período em questão, devem ter ocorrido modificações nas relações entre “estabelecimentos” e propriedades, tanto no sentido de propriedades fracionarem-se em estabelecimentos (por exemplo, pela disseminação do uso do arrendamento e parceria no algodão), como no caso de colonos (estabelecimentos) que passaram a ser proprietários de terra. Dessa maneira, é recomendável manter as conclusões obtidas a nível de posse da terra, embora acreditemos que as tendências mais gerais não seriam muito diferentes caso se dispusesse dos dados de propriedades.

Uma indicação nesse sentido é dada pela comparação entre os dados de 1937/38 (estabelecimentos) e de 1939/40 (propriedades), como mostra a tabela 5.

Tabela 5. Distribuição da posse e da propriedade da terra no estado de São Paulo, 1937/38 e 1939/40 (porcentagens acumuladas).

Estratos de área (alq.)	1937/38 (estabelecimentos)		1939/40 (propriedades)		
	nº	área ^{a/}	nº	área ^{b/}	área estimada ^{c/}
- de 10	57,9	9,6	52,8	7,5	7,3
10 - 25	80,9	21,4	76,9	18,7	17,6
25 - 50	90,7	32,7	88,6	30,5	28,7
50 - 100	95,5	43,7	94,6	42,7	40,2
100 - 250	98,4	58,4	98,1	58,0	54,9
250 - 500	99,4	69,5	99,2	69,9	65,6
500 - 1000	99,8	78,4	99,7	79,9	74,9
+ de 1000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

a/ Estimada através de funções Pareto com dois parâmetros (ver apêndice).

b/ Somente para este ano são disponíveis os dados sobre área total dos estratos, de forma que os valores desta coluna são os verdadeiros, e não estimados.

c/ Área estimada segundo a mesma metodologia utilizada para o ano de 1937/38. Esta coluna serve para dar uma idéia da qualidade do ajustamento obtido, quando comparada com a coluna anterior.

FONTE: EAZ (1939 e 42)

Como podemos observar, as duas distribuições são bastante semelhantes, registrando-se apenas uma ocorrência maior de estabelecimentos nos menores estratos de área, como seria de se esperar, já que são contadas como unidades distintas as parcerias e arrendamentos, geralmente de pequeno tamanho.

Os índices de concentração (índice de Gini), calculados para os dois casos têm como limites, respectivamente, 0,731 e 0,769 para 1937/38 e 0,734 e 0,765 para 1939/1940. ⁽¹⁾

Com isso, pelo menos no final da década, tanto as informações sobre a posse como a propriedade da terra conduzem ao mesmo resultado: um elevado grau de concentração. É interessante notar que os limites do índice de Gini (para propriedades) em São Paulo em períodos mais recentes mostram-se mais elevados do que os encontrados em 1939/1940. Em 1967, os limites são 0,760 e 0,779; e em 1976, 0,766 e 0,777, com base nos Cadastrados de Imóveis Rurais do INCRA. Em outras palavras, o grau de concentração aumenta no decorrer do tempo, revelando a capacidade de resistência (e aumento) do poder da propriedade privada da terra durante o processo de desenvolvimento econômico.

Outra razão a favor do uso dos dados é que a análise da produção agrícola se torna mais interessante quando se usa o conceito de "estabelecimento", tornando mais clara a participação da pequena produção. Além disso, torna-se viável a comparação com os dados de 1920 e 1940, pelo menos a grosso modo (já que não se dispõe de um conceito perfeitamente delimitado de "estabelecimento agrícola").

(1) Os valores do índice para 1939/40 são os calculados levando-se em conta a área real. Com a utilização das áreas estimadas os valores são 0,747 e 0,777.

Quanto à regionalização apresentada, o serviço de Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo utilizava uma divisão do estado em 10 distritos, assim discriminados segundo a denominação oficial em 1937/38.

1º DISTRITO

Sede — São Paulo

Municípios: Atibaia, Bragança, Cabreúva, Capital, Cotia, Guararema, Guarulhos, Indaiatuba, Itapecerica, Itú, Jacareí, Joanópolis, Jundiaí, Juquerí, Mogi das cruces, Nazaré, Paraibuna, Parnaíba, Piracaia, Salesópolis, Salto, Santa Branca, Santa Isabel, São Bernardo, São Roque e Una.

2º DISTRITO

Sede — Taubaté

Municípios: Aparecida, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira, Campos do Jordão, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Jambéiro, Lorena, Natividade, Pindamonhangaba, Pinheiros, Piquete, Queluz, Redenção, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Taubaté e Tremembé.

3º DISTRITO

Sede — Santos

Municípios: Apiaí, Cananea, Caraguatatuba, Guarujá, Iguape, Iporanga, Itanhaém, Jacupiranga, Ribeira, Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba, Vila Bela e Xiririca.

4º DISTRITO

Sede — Itapetininga

Municípios: Angatuba, Bofete, Boituva, Burí, Campo Largo, Capão Bonito, Conchas, Faxina, Guareí, Itaberá, Itapetininga, Itaporanga, Itararé, Laranjal, Pereiras, Piedade, Pilar, Pirambóia, Porangaba, Porto Feliz, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Tatuí, e Tietê.

5º DISTRITO**Sede — Avaré**

Municípios: Assis, Avaré, Bernardino de Campos, Campos Novos, Cândido Mota, Cerqueira César, Chavantes, Fartura, Ipaussu, Itaí, Maracaí, Óleo, Ourinhos, Palmital, Paraguassu, Piraju, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Salto Grande, Santa Bárbara do Rio Pardo, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Anastácio, São Pedro do Turvo, Sapezal e Taquari.

6º DISTRITO**Sede — Campinas**

Municípios: Águas da Prata, Amparo, Anápolis, Araras, Caconde, Campins, Casa Branca, Descalvado, Espírito Santo do Pinhal, Gramma, Itapira, Itatiba, Leme, Limeira, Mococa, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Palmeiras, Pedreiras, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Bárbara, Santa Rita, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande e Vila Americana.

7º DISTRITO**Sede — São Carlos**

Municípios: Araraquara, Bariri, Barra Bonita, Bica de Pedra, Boa Esperança, Borborema, Brotas, Capivarí, Dois Córregos, Dourados, Guariba, Ibitinga, Itápolis, Itirapina, Jaú, Matão, Mineiros, Monte Mor, Pederneiras, Piracicaba, Ribeirão Bonito, Rio Claro, Rio das Pedras, São Carlos, São João da Bocaina, São Pedro, Tabatinga, Taquaritinga e Torrinha.

8º DISTRITO**Sede — Ribeirão Preto**

Municípios: Altinópolis, Barretos, Batatais, Bebedouro, Brodósqui, Cajuru, Colina, Cravinhos, Fernando Prestes, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Monte Alto, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pirangi, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim, São Simão, Serra Azul, Sertãozinho e Viradouro.

9º DISTRITO**Sede — Lins**

Municípios: Agudos, Araçatuba, Avaí, Avanhadava, Bauru, Birigui, Bocaiúva, Botucatu, Café-lândia, Coroados, Duartina, Gália, Garça, Getulina, Glicério, Guararapes, Iacanga, Itatiba, Lençóis, Lins, Marília, Penápolis, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Promissão, São Manoel, Valparaíso e Vera Cruz.

10º DISTRITO**Sede — Catanduva**

Municípios: Ariranha, Cajobi, Catanduva, Cedral, Ibirá, Inácio Uchoa, Itajubi, José Bonifácio, Mirassol, Monte Aprazível, Monte Azul, Mundo Novo, Nova Granada, Novo Horizonte, Olímpia, Palestina, Pindorama, Potirendaba, Rio Preto, Santa Adélia, Tabapuã e Tanabi.

A localização espacial dos distritos pode ser visualizada no Mapa 4.

Mapa 4 - Divisão do estado de São Paulo em distritos de estatística.

Fonte: EAZ (1934).

Devemos lembrar que nesse período houve muitos desmembramentos e anexações de municípios, mantendo-se todavia os limites dos distritos, de forma que a análise não ficou prejudicada. A seguir apresentam-se as modificações ocorridas, antes de tudo para justificar as variações ocorridas no número de municípios em cada distrito nos vários anos. A compatibilização foi feita através da publicação do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo intitulada "Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento das Comarcas" (1948) e das "Tábuas Itinerárias Paulistas" do IBGE (1941)⁽¹⁾:

1º DISTRITO

1930 / 31 : 29 municípios.

31 / 32 : 29 "

32 / 33 : 29 "

34 / 35 : 26 municípios, devido à incorporação de: Araçariguama a São Roque, em 1934;
Igaratá a Santa Isabel, em 1934; Santo Amaro à Capital, em 1935:

35 / 36 : 26 municípios.

37 / 38 : 26 "

2º DISTRITO

1930 / 31 : 27 municípios.

31 / 32 : 27 "

32 / 33 : 27 "

34 / 35 : 23 municípios devido à incorporação de: Buquira a São José dos Campos, em 1934;
Jataí a Cachoeira, em 1934; Lagoinha a Cunha, em 1934; Pinheiros a Queluz,
em 1934.

35 / 36 : 23 municípios

37 / 38 : 24 municípios, devido ao desmembramento de: Queluz e Pinheiros, em 1937

3º DISTRITO

1930 / 31 : 15 municípios.

31 / 32 : 15 "

32 / 33 : 15 "

34 / 35 : 12 municípios, devido à incorporação de: Capoeiras a Apiaí em 1934 e a Faxina,
em 1935; Iporanga a Apiaí, em 1934; Ribeira a Apiaí e Itapeva, em 1934.

(1) Quando se mantêm constantes os números de municípios estão sendo mantido os mesmos municípios.

3º DISTRITO (cont.)

35 / 36 : 13 municípios, devido ao desmembramento de Ribeira, novamente constituindo um município.

37 / 38 : 15 municípios, devido ao desmembramento de: Iporanga, que volta a ser município e Guarujá, que anteriormente pertencia a Santos.

4º DISTRITO

1930 / 31 : 25 municípios

31 / 32 : 25 "

32 / 33 : 25 "

34 / 35 : 20 municípios, devido à incorporação de: Campo Largo a Sorocaba; Guareí a Tatuí; Pilar a Piedade; Ribeirão Branco a Faxina; Ribeirão Vermelho a Itaporanga; Sarapuí a Itapetininga e desmembramento de Anhembi em Anhembi e Pirambóia.

35 / 36 : 21 municípios, devido ao desmembramento de Piedade em Piedade e Pilar.

37 / 38 : 25 municípios, devido a: Guareí volta a ser município em 1936; Boituva desmembra-se de Porto Feliz; Campo Largo desmembra-se de Sorocaba; Sarapuí desmembra-se de Itapetininga.

5º DISTRITO

1930 / 31 : 29 municípios

31 / 32 : 29 "

33 / 34 : 29 "

34 / 35 : 28 municípios, devido à incorporação de: Bom sucesso a Itaí; Espírito Santo do Turvo a Santa Cruz do Rio Pardo; Platina a Assis; e desmembramento de: Presidente Bernardes de Presidente Prudente; Regente Feijó de Presidente Prudente. O município de Conceição de Monte Alegre passa a denominar-se Sapezal.

35 / 36 : 29 municípios, devido ao desmembramento de: Rancharia, de Quatá.

37 / 38 : 29 municípios.

6º DISTRITO

1930 / 31 : 31 municípios.

31 / 32 : 31 "

32 / 33 : 31 "

34 / 35 : 30 municípios, devido à incorporação de: Santa Cruz da Conceição a Leme.

6º DISTRITO (cont.)

35 / 36 : 30 municípios.

37 / 38 : 31 municípios, devido ao desmembramento de: Águas da Prata (pertencia a São João da Boa Vista).

7º DISTRITO

1930 / 31 : 28 municípios.

31 / 32 : 28 "

32 / 33 : 28 "

34 / 35 : 29 municípios, devido ao desmembramento de: Itirapina (pertencia a Mogi-Mirim).

35 / 36 : 29 municípios.

37 / 38 : 29 "

8º DISTRITO

1930 / 31 : 29 municípios.

31 / 32 : 29 "

32 / 33 : 29 "

34 / 35 : 33 municípios, devido ao desmembramento de: Fernando Prestes, de Monte Alto; Morro Agudo, de Batatais; Pirangi, de Jaboticabal; Pontal, de Sertãozinho.

35 / 36 : 33 municípios.

37 / 38 : 33 "

9º DISTRITO

1930 / 31 : 26 municípios.

31 / 32 : 26 "

32 / 33 : 26 "

34 / 35 : 27 municípios, devido ao desmembramento de: Getulina, de Lins; Vera Cruz, de Marília.

35 / 36 : 27 municípios.

37 / 38 : 29 municípios, pelo desmembramento de: Guararapes e Valparaíso, que pertenciam a Araçatuba.

10º DISTRITO

1930 / 31 : 21 municípios.

10º DISTRITO

31 / 32 : 21 municípios.

32 / 33 : 21 "

34 / 35 : 21 "

35 / 36 : 21 "

37 / 38 : 22 municípios, devido ao desmembramento de: Palestina, que pertencia a Nova Granada.

Como se pode observar, as modificações nos diversos anos se devem apenas à questão de denominação de municípios, mantendo-se as mesmas unidades de coleta, já que não faltam municípios e não aparecem municípios novos em áreas não anteriormente ocupadas.

Para finalizar estas considerações sobre os dados utilizados cumpre tecer alguns comentários sobre a qualidade dos dados quanto às magnitudes apresentadas. Para tanto, podemos comparar alguns resultados globais com os Censos de 1920 e 1940 e com o "Recenseamento Agrícola — Zootécnico" realizado em 1934 para o ano agrícola 1933/34, através da Comissão Central do Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola - Zootécnico da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Esse Recenseamento, publicado em 1936 (resultados definitivos), apresenta um "estudo dos estabelecimentos agrícolas, segundo a nacionalidade dos proprietários e a extensão territorial", além de um completo conjunto de informações acerca da produção agrícola e pecuária, e do valor incorporado aos estabelecimentos (máquinas, instrumentos agrários, terra e benfeitorias), constituindo preciosa fonte de dados sobre a agricultura paulista, embora quase que totalmente desconhecida.

Com essas comparações podemos obter algum grau de controle sobre a qualidade dos dados, na medida em que não haja discrepâncias muito fortes com relação a outras fontes de dados já consagradas.

Tabela 6. Número e área do total de estabelecimentos agrícola e dos estabelecimentos cafeicultores em São Paulo, 1920 e 1940.

Total de Estab.	1920 ^{a/}	1930/31 ^{b/}	1933/34 ^{c/}	1934/35 ^{b/}	1937/38 ^{b/}	1940 ^{a/}
número	80.921	163.765	274.740	248.760	235.960	252.615
área total (mil ha)	13.883	14.692	21.118	21.135	17.176	18.580
área média (ha)	171,6	89,7	76,9	85,0	72,8	73,5
Est. Cafeicultores						
número de est.	21.341	n.d.	82.305	86.968	75.099	72.378
número de cafeeiros em produção (mil pés)	823.943	1.265.152	1.480.433	1.560.490	1.322.538	1.072.898

a/ Censos Agrícolas de 1920 e 1940.

b/ Estatística Agrícola e Zootécnica, 1932, 1936 e 1939.

c/ Recenseamento Agrícola e Zootécnico, 1936.

n.d. = dado não disponível.

Inicialmente, tomando como extremos 1920 e 1940, seria de se esperar que tanto a área total como o número de estabelecimentos nos anos intercalares (década de 30) estivessem compreendidos entre os dois valores extremos, já que nesse período boa parte do estado estava sendo ocupada, havendo assim uma tendência natural ao aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada.

Tomando o número total de estabelecimentos do estado de São Paulo, obtemos uma série até certo ponto coerente com a expectativa acima enunciada.

O dado referente a 1933/34 possivelmente se deve a uma coleta mais abrangente, e não propriamente a um crescimento real no número de estabelecimentos.

Quanto à área ocupada pelos estabelecimentos, devemos observar com cautela tanto o valor de 1934/35 como o de 1937/38. Isso porque o primeiro provavelmente está superestimado (note que o número de estabelecimentos nesse ano é menor do que o indicado para 1933/34 e no entanto a área é maior) e o segundo subestimado, pois é de se admitir como improvável uma redução tão grande da área anteriormente ocupada. Pequenas variações são possíveis, porém neste caso o valor absoluto da área que “diminuiu” é bastante elevado, fazendo com que acreditemos em possíveis falhas de coleta, mais do que em variações reais.

Outro aspecto interessante a comparar é a área média dos estabelecimentos nesse período, para a qual, ressaltando o ano de 1934/35, podemos observar uma tendên-

cia plausível de decréscimo da área média ⁽¹⁾, que merecerá uma discussão mais aprofundada nos capítulos subsequentes.

A comparação a respeito dos estabelecimentos cafeicultores também auxilia nossa tentativa de controle sobre a fonte de dados. Refere-se ao número de estabelecimentos produtores de café e ao número de cafeeiros em produção, informações relevantes para o período em questão.

Também neste caso as informações são coerentes, ou seja, temos um crescimento da atividade cafeeira até 1934/35, devido aos grandes plantios verificados em 1928 e a partir daí um arrefecimento, consequência da crise instaurada a partir de 1929.

A partir das evidências apontadas concluímos que, apesar das possíveis limitações e deficiências a que está sujeito o material utilizado, podemos traçar algumas tendências e linhas gerais de análise sem comprometer os resultados alcançados.

Nesse mesmo sentido, e visando ao melhor aproveitamento dos dados, será excluído da análise o ano de 1932/33 quando envolver a região denominada 9º DISTRITO. A justificativa para tal procedimento reside no fato seguinte: no 9º Distrito, observam-se variações muito acentuadas na área total dos estabelecimentos, que só podem ser explicadas por inconsistência dos dados, em 1932/33, como se vê pela Tabela 7.

Tabela 7. Número e área dos estabelecimentos agrícolas no 9º DISTRITO, 1930/31 a 1937/38.

	1930/31	1931/32	1932/33	1934/35	1935/36	1937/38
número	12.518	30.175	40.570	35.999	41.137	34.904
área total (mil ha)	1.537	3.699	10.475	4.162	3.062	2.491
área média (ha)	122,8	122,6	258,2	115,6	74,4	71,4
área do 9º DISTRITO/ área do restante do estado (%)	11,6	25,1	71,6	24,5	18,7	17,0

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

(1) Lembrando que em 1920 o conceito de estabelecimento é bem mais restritivo.

A área total em 1932/33 (10.475.461 ha) é praticamente inadmissível quando em confronto com as áreas dos outros anos, e mesmo quando comparada aos distritos vizinhos mais semelhantes, que seriam o 5º e o 10º. Mesmo somando-se as áreas destes dois últimos não se obtém um valor daquela magnitude: a área total do 5º e 10º DISTRITOS equivale a 4.417.855 ha, ou seja, menos da metade da área registrada para o 9º Distrito.

A proporção da área do 9º DISTRITO sobre o restante do estado (excluindo-se o 9º DISTRITO) também revela, em 1932/33, um valor completamente discrepante dentro da série, e certamente improvável.

Para se ter uma idéia da grandeza do erro, basta dizer que a área total dos imóveis rurais cadastradas pelo INCRA em 1972, na região a grosso modo correspondente ao 9º DISTRITO⁽¹⁾, era de 4.977.126 ha, menos da metade do valor de 1932/33. Ou ainda, os 10.475.461 ha de 1932/33 equivalem ao dobro da superfície territorial das microrregiões que compõem o 9º DISTRITO (segundo o IBGE, 5.260.300 ha), o que é obviamente uma aberração.

Creio estar demonstrado, com isso, que existe com certeza um erro muito grande envolvido nos dados do 9º DISTRITO em 1932/33. E mesmo a brusca diminuição da área a partir de 1932/33 seria incompatível com o fato dessa região estar sendo ocupada exatamente nesse período. Segundo Milliet (1939: 59-60), a região da Noroeste (correspondente ao 9º DISTRITO), estava em franca ocupação em 1935: "Os altos preços de 1928 é que lhe provocam o rush agrícola e o impulso então tomado se mantém com a decadência do resto do Estado". A população cresce de 136.454 habitantes em 1920 para 608.027 em 1935, e a produção cafeeira passa de 10.832 toneladas para 188.161 no mesmo período.

Devemos, agora, analisar as alternativas que se impunham na decisão de incluir ou não o 9º DISTRITO na pesquisa.

Em primeiro lugar, apresentava-se a alternativa, pelo menos em princípio, de eliminar o erro, buscando a sua origem. Por exemplo, poderia ser um erro de soma (já que o total do distrito é obtido por soma dos municípios), ou mesmo de impressão gráfica, ou ainda estar concentrado em um ou poucos dos 26 municípios que compunham o distrito (os quais poderiam, assim, ser eliminados). Outra possibilidade seria um erro na delimitação do distrito, de modo que pudessem ter sido englobadas áreas pertencentes aos distritos limítrofes (1º, 4º, 5º, e 10º), o que ocasionaria uma subestimação na área destes últimos naquele ano.

(1) Soma das microrregiões homogêneas 607, 608, 616, 617, 621, 622, 629, o que é uma superestimação do 9º DISTRITO (ver INCRA, 1974).

Quanto às duas primeiras possibilidades, foram logo descartadas pela simples aferição dos resultados. O mesmo se diz da possibilidade de concentração do erro em alguns municípios. Ao contrário, a comparação entre as áreas dos municípios de um ano para o seguinte mostra que a superestimação (de 1931/32 para 1932/33) e o decréscimo (de 1932/33 para 1934/35) encontram-se diluídos no conjunto, não permitindo esse tipo de correção.

Finalmente, a comparação entre a área do 9º DISTRITO e a dos distritos vizinhos nos três anos não permite concluir que houvesse erro nos limites, já que as áreas dos quatro distritos não acusam discrepâncias suficientes para compensar a do 9º DISTRITO, como se vê pela tabela 8.

Tabela 8. Comparação entre as áreas totais dos distritos limítrofes ao 9º Distrito, 1931/32 a 1934/35 (em mil hectares).

Distritos	1931/32	1932/33	1934/35
1º	1.170	1.292	1.293
4º	1.418	1.457	1.508
5º	2.183	2.051	2.784
10º	2.438	2.367	3.244

Fonte: EAZ (1933, 1934 e 1936).

Uma possibilidade, sobre a qual não se tem nenhum controle, é que poderia ter havido dupla contagem de algumas áreas do 9º DISTRITO em 1932/33, por exemplo, recontando estabelecimentos de arrendatários e parceiros que já tivessem sido declarados pelo proprietário. Isso tem algum fundamento, já que essa região foi importante produtora de algodão nesse período, principalmente através dos sistemas de parceria e arrendamento, e diante da possibilidade de dupla contagem levantada na própria Estatística de 1939/40 (p. II); como referido anteriormente.

A última alternativa que se apresentava seria buscar uma **estimativa** da área total, por exemplo, ajustando uma função de Pareto à distribuição do número de estabelecimentos segundo a área. Isso não foi feito porque a correção apenas da área traria, por sua vez, limitações a toda a parte de produção agropecuária nesse distrito, comprometendo os resultados para o total do estado. Como se observa pela tabela 9, as informações sobre produção em 1932/33 quase sempre escapam à tendência apresentada nos outros anos.

Tabela 9. Índices de produção agropecuária no 9º DSITRITO, 1930/31 a 1937/38 (1930/31 = 100).

Produtos	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38
arroz	100	195	144	206	200	211
feijão	100	206	221	163	180	152
milho	100	251	254	189	168	143
batata	100	342	633	238	242	717
café	100	172	150	162	216	195
algodão	100	667	1.435	2.133	4.588	7.336
açúcar	100	758	627	564	359	263
bovinos	100	119	243	229	202	198
suínos	100	140	294	240	254	201

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Como se pode deduzir de todos esses fatos, existe uma séria limitação ao uso dos dados do 9º DISTRITO referentes a 1932/33.

Agora, a opção que se coloca é a seguinte: excluir o 9º DISTRITO da análise em todos os anos (para manter a comparabilidade) ou excluir o ano de 1932/33, perdendo-se as informações referentes a outros distritos nesse ano.

As implicações da primeira opção acredito serem mais restritivas, pois seria excluída uma faixa significativa do estado, limitando posteriormente todas as comparações com outras fontes de dados com relação ao estado de São Paulo como um todo. Por outro lado, a eliminação de um ano intermediário na série não compromete os resultados, na medida em que estaremos interessados nas tendências mais gerais da década.

Além do mais, como se verá a seguir, devido à regionalização a ser utilizada, não será necessário excluir os dados referentes a 1932/33 de forma total, pois em quatro das cinco regiões delimitadas não há interferência do erro do 9º DISTRITO.

Um outro problema de inconsistência dos dados foi observado no município de Mogi das Cruzes em 1930/31.

A distribuição do número de estabelecimentos segundo os estratos de área apresenta-se, para esse ano, da seguinte maneira, do referido município:

Tabela 10. Número de estabelecimentos agrícolas em Mogi das Cruzes, 1930/31.

Estratos de área (alq)	Número de estabelecimentos
até 10 alq.	2.759
10 — 25	326
25 — 50	56
50 — 100	29
100 — 250	7
250 — 500	4
500 — 1000	-
mais de 1000	-

Fonte: EAZ (1932).

Se considerássemos que todos os estabelecimentos tivessem a área igual ao limite superior do estrato onde se encontram (o que já é bastante improvável), teríamos uma área total de:

$$(2.759 \times 10) + (326 \times 25) + (56 \times 50) + (29 \times 100) + (7 \times 250) + (4 \times 500) = 45.190 \text{ alq.}$$

(109.360 hectares).

No entanto, a área total representada pela EAZ é de 61.592 alq. (149.053 ha), ou seja, só pode haver erro. E esse erro está na área (não no número de estabelecimentos) como se deduz facilmente das informações seguintes:

Antes de mais nada, a área total dos imóveis rurais cadastrados pelo INCRA em 1972 em Mogi das Cruzes é de 85.189 hectares, ou seja, pouco mais da metade da área registrada para os estabelecimentos em 1930/31, o que já é um forte indicador de que o dado de 1930/31 é falho.

A área total dos estabelecimentos é obtida, em todos os anos, e para todos os distritos (e municípios), através da soma das áreas dos estabelecimentos agrícolas distribuídos segundo a nacionalidade dos proprietários (Quadro A da Estatística Agrícola e Zootécnica). Em 1930/31, aparecem, como pertencentes a portugueses, 340 estabelecimentos, ocupando 40.033 alqueires (96.880 hectares) em Mogi das Cruzes. No ano seguinte, apresentam-se 190 estabelecimentos com 1.277 alqueires (3.090 hectares). Em 1932/33, 219 estabelecimentos e 1.437 alqueires (3.478 hectares).

Em primeiro lugar, seria bastante difícil diminuir mais de 30 vezes a área desses estabelecimentos de um ano para o seguinte, assim como a área total do município, que teria caído, segundo os dados originais, de 149.053 ha em 1930/31 para 62.230 ha no ano seguinte.

Em segundo lugar, a área dos estabelecimentos de portugueses em 1930/31 (96.880 ha) não alcança semelhante magnitude em nenhum dos 29 municípios do 1º DISTRITO (aliás, em nenhum outro município do estado de São Paulo, na mesma data). A maior área de estabelecimento de portugueses, no 1º DISTRITO, ocorre em Jundiaí nesse ano e corresponde a 1.800 hectares, distribuídos em 90 estabelecimentos.

Dessa forma, podemos concluir, com ampla margem de segurança, que o erro verificado na área total do município se deve ao erro apontado na área de estabelecimentos de portugueses.

Face a essa constatação, impõem-se dois caminhos: eliminar o município de Mogi das Cruzes da análise em todos os anos (para permitir comparações) ou corrigir o erro estimando o valor da área correspondente aos supostos 96.880 ha.

Considerando que os 340 estabelecimentos em questão representavam apenas 1% do total de estabelecimentos do 1º DISTRITO em 1930/31, e que em 1931/32 o total de estabelecimentos de Mogi das Cruzes representava apenas 6,7% do número total de estabelecimentos do 1º DISTRITO, ocupando 5,3% da área total, podemos optar pela correção do dado, visto que a estimativa, mesmo que não rigorosa, não afetará seriamente a análise do 1º DISTRITO como um todo.

Uma maneira simples de obter essa estimativa é através da área média dos estabelecimentos em Mogi das Cruzes.

Calculando-se a área média dos estabelecimentos em Mogi das Cruzes em 1930/31, exclusive os 340 estabelecimentos pertencentes a portugueses, obtemos um valor de 18,4 ha por estabelecimento. Multiplicando-se pelo número de estabelecimentos de portugueses temos 6.256 ha, valor bem mais plausível do que os 96.880 ha iniciais.

Dessa forma, a área total dos estabelecimentos de Mogi das Cruzes em 1930/31 fica corrigida para 58.429 ha e a do 1º DISTRITO para 1.025.795 ha, valor que será utilizado em toda a análise que se segue.

É bom alertar que não foram notadas outras discrepâncias desse tipo para

as demais informações referentes a Mogi das Cruzes (área cultivada, valor, etc.), bem como aos outros distritos que constarão da análise.

4.2 Regionalização

Como já foi destacado anteriormente, a divisão espacial inicial do estado com que trabalhamos é aquela apresentada no Mapa 4. Aproveitando essa mesma divisão foi feita a regionalização que servirá de base a esta análise, e que consta do Mapa 5.

Os dez distritos iniciais foram reduzidos a cinco regiões, assim denominadas:

Zona Velha, equivalente ao 2º DISTRITO.

Zona Sul, compreendendo o 3º e o 4º DISTRITOS.

Zona Central, compreendendo o 6º, o 7º e o 8º DISTRITOS.

Zona da Capital, equivalente ao 1º DISTRITO.

Zona Nova, compreendendo o 5º, o 9º e o 10º DISTRITOS.

Essa regionalização está vinculada com aquela proposta por Milliet (1939), e baseia-se no mesmo critério geral, isto é, no caminho da expansão cafeeira no estado de São Paulo. Como se observará pelo Mapa 7, embora semelhante, as regionalizações mostram algumas discrepâncias. Estas se devem ao fato de que aproveitei os dados agregados a nível dos distritos de estatísticas e não dos municípios, como o fez Milliet.

Ao mesmo tempo, mantém-se, a grosso modo, a diferenciação regional das zonas cafeeiras segundo o custo de produção do café, que, em última instância, reflete a existência de diferenciais de produtividade. Isso pode ser visualizado no Mapa 6, que apresenta o estado de São Paulo dividido em quatro zonas cafeeiras (Revista do Instituto de Café, 1936: 34-40):

— a zona A, que corresponde basicamente à Zona Velha, com as seguintes características (em 1936):

média das despesas de custeio por cafeeiro = \$ 330.

média do custo de produção por saca = 73\$ 320.

média de produção por 1.000 cafeeiros = 18 arrobas.

- a zona B, onde aqueles valores são, respectivamente, \$500, 71\$440 e 29 arrobas.

- a zona C, com \$600, 70\$560 e 34 arrobas.

As zonas B e C equivalem, em grande parte, à Zona Central.

- a zona D, correspondente à Zona Nova, onde os valores são \$700, 56\$000 e 50 arrobas.

Na classificação de Milliet (ver mapa nº 7), a Zona Norte representa a área cuja atividade cafeeira estava em decadência no período 1920-1935. As zonas da Central, Mogiana e Paulista apresentavam uma expansão da cafeicultura nesse período, embora com uma diminuição do ritmo relativamente aos anos anteriores a 1920. As zonas da Araraquarense, No-

Mapa 5. Divisão do estado de São Paulo em Zonas.

roeste e Sorocabana são as áreas novas, que iniciam praticamente a expansão em 1920. E o litoral Sul é a região que não participa efetivamente do ciclo do café.

Acredito, todavia, que a aproximação feita continua sendo válida para as finalidades do trabalho e não se comete nenhuma distorção significativa da história do café e da agricultura paulista. Ao contrário, a agregação, além de melhorar naturalmente a qualidade dos dados, pode auxiliar a análise por imprimir-lhe maior significado histórico.

O que denominei Zona Velha abrange praticamente os municípios do Vale do Paraíba e foi a primeira a ser ocupada pelo café.

Mapa 6. Divisão do estado de São Paulo em Zonas Cafeeiras (de acordo com o custo de produção

Fonte: Revista do Instituto do Café (1936: 34).

Devido principalmente à qualidade das terras, teve um abandono relativamente rápido, e praticamente não se recupera após a crise de 29, passando apenas gradativamente à exploração da pecuária leiteira e de algumas culturas alimentícias para abastecimento dos centros urbanos⁽¹⁾.

(1) As informações referentes às zonas foram extraídas dos Diagnósticos sobre as Regiões Administrativas do Estado (Secretaria de Economia e Planejamento, SP, 1973).

Mapa 7. Zonas de penetração do café no estado de São Paulo segundo períodos de ocupação (1836/1935), segundo Milliet (1939).

A Zona Sul é aquela que praticamente não foi atingida pelo surto cafeeiro, tendo participado mais diretamente: em culturas como arroz, chá e banana (no Vale do Ribeira e litoral Sul); em atividades relacionadas com a exportação, porém centradas na região urbana (Baixada Santista); na cultura de algodão, desde 1930, sem ser atividade substitutiva do café (Itapeva, Capão Bonito, Apiaí, Ribeira). Entretanto, alguns municípios, em menor parcela, tiveram certo destaque na marcha do café para o oeste, como Botucatu e Avaré, embora já se apresentassem em franca decadência entre 1920 e 1940. Outros ainda, como Sorocaba, Tatuí e Itapetininga haviam sido parcialmente atingidos pela marcha do café, mas já o estavam substituindo pela cana-de-açúcar e o algodão na década de 30.

A zona Central foi importante produtora de café, tendo apresentado a maior expansão até 1905. A partir daí, embora mantendo-se como grande produtora, há uma relativa estabilidade da atividade cafeeira e a região "apresentou também um processo significativo de diversificação de culturas (...), a permanência de algumas culturas de exportação diminui a intensidade do parcelamento das propriedades que via de regra acompanhava o abandono do café" (Maluf, 1978: 6).

Ainda na Zona Central, muitas áreas, localizadas ao longo da Mogiana, mantiveram uma estrutura de grandes propriedades, especialmente Ribeirão Preto, Franca, Ituverava e São Joaquim da Barra, "Tal fato se explica, primeiro, pelo arrefecimento da cultura cafeeira ter

sido mais lento aí do que em outras áreas do Estado e, em segundo lugar, por contar esta zona com grande contingente médio de cabeças de gado, possibilitando a conservação da grande propriedade que transformou pouco a pouco as grandes fazendas de café em fazendas de criação” (Secretaria de Economia e Planejamento, Diagnóstico da 6ª Região Administrativa, 1972:3/5).

A zona da Capital caracteriza-se também pela reduzida participação na cafeeicultura, embora a acelerada urbanização aí verificada estivesse em larga medida relacionada com os capitais gerados pela atividade cafeeira e aplicados na industrialização. Dos anos 30 até a 2ª Guerra Mundial as áreas de concentração industrial localizam-se ao longo dos eixos da E.F. Santos-Judiaí, da Sorocabana e da E.F. Central do Brasil, acelerando a urbanização dessas áreas. Com isso, desenvolve-se nessa zona a atividade hortifrutícola, que já vinha sendo impulsionada desde o início do século principalmente pelos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos aí radicados.

Finalmente, a Zona Norte faz parte da fronteira em expansão no período. A ocupação pelo café iniciara-se aproximadamente em 1920, e a crise encontra a região no auge da produção. O desenvolvimento da cafeeicultura nessa região esteve bastante relacionado com a expansão das ferrovias, que às vezes precediam a exploração agrícola (caso da região de Presidente Prudente), às vezes a acompanhavam (como em São José do Rio Preto) ou a ela se seguiam (como na região de Marília). Outra particularidade nessa expansão é a presença concomitante das pequenas propriedades e das grandes unidades dedicadas à criação de gado.

Os dados da tabela 11, sobre a evolução da área cultivada e da área total dos estabelecimentos, mostram como se deu a expansão da fronteira agrícola nas diferentes regiões do estado.

Podemos considerar o aumento da área total dos estabelecimentos como uma medida do avanço da fronteira agrícola externa, enquanto o aumento da área cultivada em relação à área total fornece indicação sobre a expansão da fronteira interna dos estabelecimentos, ao representar a intensificação da utilização da terra. O aumento absoluto da área cultivada aparece como resultado desses dois movimentos.

O indicador da área cultivada aqui utilizado refere-se à soma das áreas com as culturas mais comuns na época (café, arroz, feijão, milho, batata e algodão), que é o único cálculo permitido pelos dados. Ficam excluídas, assim, as áreas com produtos hortifrutícolas e com reflorestamento (esta última devido às dificuldades de comparação com o Censo de 1920). Quanto às áreas com pastagens, foram propositadamente excluídas por não representarem um bom indicador da intensificação da agricultura, já que, na grande maioria dos casos, são pastagens naturais, utilizadas sem quaisquer melhorias. O mesmo foi feito com as áreas de matas

nativas.

É sabido que o sentido de desenvolvimento capitalista na agricultura é o de intensificá-la, de maneira que a área total do estabelecimento, isolada, passa a ser um indicador secundário da magnitude do estabelecimento do ponto de vista da produção capitalista. É assim que um pequeno estabelecimento, do ponto de vista da área que possui, pode tornar-se uma grande unidade de produção, pela utilização de maquinaria, fertilizantes, rotação de culturas, etc. Em outras palavras pela intensificação do capital nessa área⁽¹⁾.

Nesse sentido, a área cultivada dos estabelecimentos também representa um importante indicador da intensificação da agricultura, na medida em que, ao alargar-se, vai tornando produtivas as terras anteriormente em desuso, dentro da própria unidade de produção, sem se necessitar, com isso, de um alargamento da fronteira externa dos estabelecimentos.

É preciso, todavia, analisar com cautela esse indicador, para não extrair dele conclusões falsas. Isso porque, se, como dissemos, o aumento da área cultivada possa representar o avanço das forças produtivas e a intensificação capitalista da agricultura, ele pode refletir, também, um processo totalmente diverso. Este processo consiste em estender a área de cultivo até os limites das possibilidades de aproveitamento da área disponível dos estabelecimentos como forma de pressão e de resistência dos pequenos estabelecimentos, não como fruto da capitalização do empreendimento, mas, ao contrário, intensificando apenas o uso da força de trabalho familiar, incorporando mulheres e crianças ao trabalho, como forma de compensar a perda de rendimento causada pela incorporação progressiva de terras de qualidade inferior, e de absorver o excedente populacional comprimido nesses exíguos estabelecimentos.

Esse é o processo descrito por Sá Jr. (1975) na economia agrícola do Nordeste brasileiro, em que, evidentemente, seria errôneo concluir sobre uma possível intensificação da agricultura pelo capital. No caso do Nordeste, o mecanismo parece estar muito mais próximo daquele descrito por Boserup (1965), em que a principal variável é a **pressão populacional**: para a autora, essa variável é que determina a frequência com que um pedaço de terra é utilizado ou mesmo a existência de terras em descanso ou ainda a extensão das terras consideradas "inaproveitáveis". Quando a população cresce, estando esgotada a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, as terras tendem a ser cultivadas numa intensidade maior, que se traduz tanto pela maior frequência de cultivo (por exemplo, várias colheitas por ano), como pela utilização de terras anteriormente consideradas "inaproveitáveis".

(1) Ver Lênin (1917) para uma análise detalhada desse processo na agricultura norte-americana.

Dessa forma, o indicador área cultivada, embora represente a ocupação produtiva ou intensiva do solo, pode ter determinações diversas conforme o caso.

A evolução da área total mostra, para o estado como um todo, um crescimento maior entre 1930/31 e 1937/38 (16,9%) do que na década de 20 (8,6%), indicando uma importância maior da ocupação extensiva no primeiro caso. O inverso se dá com a evolução da área cultivada (27,3% entre 1930/31 e 1937/38 contra 78,0% na década de 20). Isso significa que o período mais importante para a nossa análise, a década de 30, caracteriza-se por um movimento maior da fronteira externa da ocupação extensiva pela agricultura, do que por uma intensificação do uso da terra. O que, aliás, pode ser perfeitamente visualizado através da relação área cultivada/área total, que praticamente estaciona entre 1930/31 e 1937/38 (25,4% e 26,1%, respectivamente, em média).

Essa é uma característica comum às cinco zonas estudadas. O maior acréscimo na relação área cultivada/área total se dá na década de 20, sendo no segundo período bem menos expressivo, chegando mesmo a decrescer (de 28,3% para 27,7%) na Zona Nova⁽¹⁾.

É importante observar que os índices de crescimento da área cultivada sempre superam os de expansão da área total, confirmando que a fronteira agrícola externa aos estabelecimentos e/ou às regiões em que eles se situam é menos elástica que a fronteira interna, representada pela área cultivada com lavouras, como também constata Szmrecsányi (1978: 4), ao analisar os dados dos Censos Agrícolas de 1920 a 1975.

Quanto aos espaços em processo de ocupação ainda na década de 30, podemos identificá-los pelo aumento na área total nas Zonas Nova e Sul, nesta com menor intensidade (39,3% e 11,6% respectivamente). As outras Zonas mostram que a posse da terra já estava bastante consolidada por essa época. Ao contrário, a ocupação produtiva da terra exibe um dinamismo maior, destacando-se as Zonas Sul (47,1%), Capital (13,5%) e Nova (36,6%), embora todas elas em ritmo bem mais moderado que na década anterior.

É interessante observar ainda que, na década de 30, a relação "área de pastos e campos/área total" tende a aumentar em todas as regiões, o que de certa forma confirma a menor tendência à intensificação do uso da terra nessa década, o que é coerente com as expectativas de baixa rentabilidade dos investimentos no período, de forma que era mais vantajoso assegurar a propriedade da terra por meio de pastagens extensivas. A evolução pode ser vista

(1) No caso da área cultivada e da relação área cultivada/área total, pode-se argumentar que, em parte, as diferenças verificadas entre 1930/31 e 1920 se devem ao conceito mais restritivo de estabelecimento em 1920. Porém, acreditamos que as magnitudes das diferenças observadas são suficientes para permitirem tirar as conclusões anteriores sobre o sentido da expansão da fronteira nos dois períodos.

Tabela 11. Evolução da área cultivada e área total entre 1920 e 1937/38. Estado de São Paulo. O índice (entre parênteses) para 1930/31 tem o valor de 1920 como base e o índice de 1937/38 tem o valor de 1930/31 como base.

ZONAS	Área total (hectares)		Área cultivada ^{a/} (hectares)		Área cultivada/Área total (%)	
	1920b/	1930/31	1920b/	1930/31	1920	1930/31
Velha	811.429	868.419	95.456	163.679	11,8	18,8
	(100)	(107,0)	(100)	(171,5)		20,6
Sul	1.941.756	2.069.214	122.575	234.574	6,3	11,3
	(100)	(106,6)	(100)	(191,4)		15,0
Capital	869.917	1.025.795 ^{c/}	124.679	238.022	14,3	23,2
	(100)	(117,9)	(100)	(190,9)		26,6
Central	5.166.073	5.209.118	1.171.520	1.538.823	22,7	29,5
	(100)	(100,8)	(100)	(131,4)		29,4
Nova	4.737.889	5.519.567	465.229	1.560.156	9,8	28,3
	(100)	(116,5)	(100)	(335,4)		27,7
ESTADO	13.527.064	14.692.113	1.979.459	3.524.254	14,6	25,4
	(100)	(108,6)	(100)	(178,0)		26,1

a/ Áreas com café, arroz, feijão, milho, batata e algodão.

b/ Os dados originais por distrito para 1920 são de Maluf (1978: 10).

c/ Em 1930/31 foi corrigida a área total de Mogi das Cruzes (ver seção 4.1).

Fonte: Maluf (1978) e EAZ (1932 e 1939).

na tabela 12.

Tabela 12. Área de pastos e campos em relação à área total. São Paulo, 1930/31 e 1937/38 (porcentagens).

Zonas	1930/31	1937/38
Velha	40,3	45,5
Sul	25,1	43,4
Capital	22,8	26,5
Central	47,2	55,9
Nova	26,9	29,6
Estado	34,3	45,0

Fonte: EAZ (1932 e 1939).

Feita essa rápida caracterização das cinco Zonas abrangidas por este estudo, passamos a seguir a uma análise mais detalhada sobre cada uma delas, tanto em termos da posse da terra como da produção agropecuária na década de 30.

5. A POSSE DA TERRA

“Em nosso país, ao contrário dos outros, a agricultura se inicia tendo por base a grande propriedade: das suas primitivas ‘jugadas’ do tempo dos reis, lavráveis em um dia, para os grandes latifúndios da época das conquistas (....) Nós, desde o início, temos sido um povo de latifundiários: entre nós, a história da pequena propriedade pode-se dizer que data apenas de um século (....). Só (a grande propriedade) aparece e campeia; só ela cria e domina: toda a trama da nossa história ela é que fia e entretece, estende e recama”

F.J. Oliveira Vianna, O povo brasileiro e sua evolução. (Recenseamento do Brasil, realizado em 01 de setembro de 1920. Introdução. 1922, p. 282).

O chamado “papel” da agricultura no desenvolvimento capitalista (leia-se: na industrialização das economias capitalistas) já foi tema de inúmeras discussões. O que devemos recordar aqui são apenas alguns pontos bem gerais, no sentido de encaminhar o assunto em questão.

A industrialização das economias capitalistas hoje ditas “maduras” foi um processo que demandou transformações precedentes ou concomitantes da agricultura, de forma a prepará-la para fornecer matérias-primas, alimentos, capitais e mão-de-obra para a transformação industrial e ao mesmo tempo ampliar o mercado interno para a indústria. Ou seja, a revolução industrial se fez acompanhar (ou preceder) da revolução agrícola. Nesses países, tal processo implicou, outrossim, em alterações profundas na estrutura da posse da terra vigente, modificando-a para a produção capitalista.

Por exemplo, é bastante conhecido o processo de cercamento e limpeza das propriedades agrícolas dos camponeses na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX e a violência

da expropriação que o acompanha⁽¹⁾. Na Inglaterra, “a transformação foi revolucionária, vio - lenta, mas a violência sendo empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercida sobre as massas camponesas, que foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, desalojadas, que se foram extinguindo ou emigraram. Na América do Norte, a transformação foi violenta relativamente às glebas escravistas dos Estados do Sul. Exerceu-se ali a violência contra os latifundiários feudais. Suas terras foram fracionadas; a grande propriedade agrária feudal se converteu em pequena propriedade burguesa” (Lênin, 1954: 79). Nos Estados Unidos as modificações, embora em sentido contrário, isto é, no sentido da criação de propriedades familiares⁽²⁾, visavam aos mesmos interesses do desenvolvimento das forças produtivas, interesses do capitalismo.

No entanto, essas não são as únicas formas do desenvolvimento capitalista. “O desenvolvimento burguês pode (também) verificar-se tendo à frente as grandes fazendas dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burgueses, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses (....). Implica a manutenção ao máximo da sujeição e da servidão (adaptada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo” ... (Lênin, 1954: 35 e 39). É a denominada via prussiana de desenvolvimento capitalista.

No Brasil, evidentemente, não estamos tratando de passagem de feudalismo a capitalismo, ou coisa que o valha, nem transpondo mecanicamente uma via prussiana para o caso brasileiro. Queremos, sim, salientar que o tipo de desenvolvimento capitalista aqui verificado não imprimiu à agricultura um caráter revolucionário, mas guarda semelhança com o último processo descrito, em que as transformações capitalistas ocorrem mantendo praticamente inalterada a estrutura fundiária vigente, ou seja, a predominância do latifúndio.

Quando, a partir de 1930, muda o eixo da acumulação, impulsionando-se a industrialização, não se requer uma transformação radical da agricultura. Ao contrário, devido ao próprio caráter da industrialização substitutiva de importações, impõe-se a necessidade da agricultura permanecer a mesma, para continuar gerando divisas para a indústria. A agricultura continua tendo o mesmo caráter anterior, de uma “agricultura de exportação”, e com isso as grandes propriedades mantêm seu poder. Daí ter sido fundamental manter a agricultura de exportação lucrativa, por meio dos planos governamentais de valorização e proteção do café, já apontados anteriormente.

Por outro lado, sabemos que na década de 30 houve um fenômeno de fra-

(1) Ver Marx, 1975 (828-894), especialmente o cap. XXIV.

(2) Especialmente por meio do Homestead Act, promulgado em 1862. Segundo essa lei, cada cidadão americano tinha direito a receber do Estado, por um preço ínfimo, um lote de terra que podia ter até 160 acres (65 hectares).

cionamento de propriedades, normalmente apontado como consequência da crise, e em benefício dos antigos colonos do café, que conseguem tornar-se proprietários.

Dois pontos devem ser assinalados com respeito a essa questão:

Em primeiro lugar, esse fracionamento deve ser visto como fenômeno conjuntural, isto é, relacionado com o movimento da economia como um todo e reflexo de movimentos ao nível do mercado internacional, à Depressão e às dificuldades de exportação do café. Diferentemente do processo “clássico” ocorrido na Inglaterra, por exemplo, a industrialização brasileira não requereu mudanças drásticas na estrutura da propriedade da terra vigente. É nesse sentido que afirmamos que as mudanças que ocorreram ligaram-se a fatores conjunturais, mais que a uma necessidade imposta pela industrialização.

Na verdade, o que ocorre é uma redistribuição da posse, e não da propriedade da terra. E o sentido dessa redistribuição é justamente manter intocada a propriedade: nos períodos de crise, em que cai a rentabilidade do capital investido na produção, o proprietário da terra (que é ao mesmo tempo o capitalista) pode facilitar o acesso de outros produtores à posse temporária da mesma (por exemplo, arrendando-a ou dando em parceria) com o objetivo de assegurar-se a garantia de um rendimento que lhe permita “sobreviver” enquanto proprietário-capitalista durante a crise. Em outros termos, garantindo a mesma estrutura de propriedade que vigorava antes da crise.

Em segundo lugar, e em decorrência justamente das razões acima apontadas, é preciso relativizar a magnitude desse processo, pois, embora tenha crescido significativamente o número de pequenos estabelecimentos nesse período, não se pode dizer que a estrutura da propriedade da terra mais geral tenha se alterado.

Utilizando os dados indicados anteriormente, será feita, neste item, uma caracterização geral da posse da terra no estado de São Paulo e nas cinco regiões delimitadas, tentando-se apreender os pontos mais importantes de sua evolução no período 1930/31 a 1937/38.

Uma ressalva inicial se faz necessária. Infelizmente, os dados disponíveis sobre a estrutura fundiária só trazem o número de estabelecimentos por estrato de área, e não a área respectiva, o que limita bastante a análise⁽¹⁾. Todavia, permitem explorar algumas hipó-

(1) Como se verá mais adiante, as áreas podem ser estimadas segundo a metodologia apresentada no apêndice.

Tabela 13. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total. Estado de São Paulo. 1930/31 a 1937/38. (Número de estabelecimentos e porcentagens).

Estratos de área total (hectares ^{a/})	1930/31	1931/32	1934/35	1935/36	1937/38	Varição: 1930/31 a 1937/38(%)
até 24,2 b/	85.287 (52,1)	112.771 (55,2)	148.181 (59,6)	157.301 (60,5)	136.582 (57,9)	+ 60,1
24,2 – 60,5	38.841 (23,7)	47.157 (22,1)	53.242 (21,4)	54.797 (21,1)	54.208 (23,0)	+ 39,6
60,5 – 121	19.714 (12,0)	22.453 (11,0)	23.700 (9,5)	24.212 (9,3)	23.280 (9,9)	+ 18,1
121 – 242	10.316 (6,3)	11.065 (5,4)	12.173 (4,9)	12.187 (4,7)	11.225 (4,8)	+ 8,8
242 – 605	6.179 (3,8)	6.756 (3,3)	7.263 (2,9)	7.161 (2,8)	6.903 (2,9)	+ 11,7
605 – 1210	2.077 (1,3)	2.396 (1,2)	2.515 (1,0)	2.527 (1,0)	2.309 (1,0)	+ 11,2
1210 – 2420	890 (0,5)	1.037 (0,5)	1.067 (0,4)	1.065 (0,4)	921 (0,4)	+ 3,5
mais de 2420	461 (0,3)	560 (0,3)	619 (0,2)	616 (0,2)	532 (0,2)	+ 15,4
Total de Estabelecimentos.	163.765	204.195	248.760	259.866	235.960	+ 44,1
Total de área (mil ha)	14.692	18.425	21.135	19.476	17.176	+ 16,9
Área média (ha)	89,7	90,2	85,0	74,9	72,8	– 18,8

a/ Os valores originais dos limites dos estratos eram apresentados em alqueires (2,42 hectares)

b/ Os estratos, com exceção do último, são fechados à direita.

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

teses e indicar tendências gerais.

A tabela 13 mostra a distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total para o estado de São Paulo, além da evolução do número e área do total dos estabelecimentos para o período considerado.

A primeira observação diz respeito ao acréscimo no número total de estabelecimentos, quase três vezes maior que o acréscimo na área, permitindo supor que o incremento se deve principalmente à multiplicação de pequenas unidades. O que, aliás, é perfeitamente evidenciado pela variação na área média (-18,8%) e pelo crescimento do número de estabelecimentos de menos de 24,2 hectares (+60,1%).

No entanto, quando se observa a participação relativa dos pequenos estabelecimentos (de menos de 24,2 hectares) nos vários anos, vê-se que as modificações não se mostram tão espetaculares: passam de cerca de 52% para 58% ao final do período. Se considerarmos os dois primeiros estratos (até 60,5 ha), sua participação passa de 76% para 81%, apenas.

Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1.210 ha também crescem em termos absolutos (de 1.351 para 1.453, tendo atingido 1.686 em 1934/35) e mantendo uma participação relativa praticamente estável no período.

Chama a atenção o acréscimo no número de estabelecimentos de mais de 2.420 ha (mais de 15%), o qual supera todos os acréscimos verificados nos estabelecimentos de mais de 60,5 ha.

O que parece ocorrer é que o surgimento dos pequenos estabelecimentos, afora o que se deve à ocupação de novas áreas, vincula-se antes ao desmembramento ou divisão de propriedades médias a grandes e não das muito grandes. Note-se a pequena variação ocorrida no estrato intermediário de 121 a 242 ha. (+8,8%) e também que a participação relativa dos estratos intermediários tendeu a decrescer mais. Por exemplo, de 12,0% para 9,9% nos estabelecimentos de 60,5 a 121 ha; de 6,3% para 4,8% no estrato seguinte, etc.

Mesmo com o grande acréscimo no número de pequenos estabelecimentos, podemos observar que a distribuição como um todo não se modifica muito nesse período. Diríamos, não mais que durante outra década qualquer, por exemplo, entre 1950 e 1960 ou de 1960 a 1970. Não que o sentido das mudanças seja sempre o mesmo. E sim, que a sua magnitude não chega a abalar o estatuto de uma posse da terra altamente concentrada.

É o que se dá na década de 30. Embora em termos absolutos aumente a presença da pequena produção, não diríamos que se tenha abalado o poder da grande propriedade (leia-se do grande proprietário ou do capital na agricultura).

Além disso, é bom insistir na idéia de que não se trata de redistribuição da propriedade da terra, mas da sua posse, e esta, na maioria dos casos apresneta-se como acesso temporário à terra, principalmente sob a forma de parceria ou arrendamento (que são considerados como estabelecimentos, assim como as áreas sob administração dos proprietários diretamente).

Para ter uma idéia da importância numérica dos estabelecimentos com base na posse transitória da terra, apresentamos alguns dados extraídos do Censo de 1940 e da EAZ de 1939/40. Segundo o Censo, dos 252.615 estabelecimentos agrícolas em 1940, 66.930, ou seja, 26,5% eram estabelecimentos dirigidos por arrendatários; esses estabelecimentos ocupavam 1.600.854 hectares (8,6% da área total). Segundo a EAZ, em 1939/40 havia um total de 64.889 arrendatários, dos quais 33.628 com pagamento em dinheiro e 31.261 com pagamento em produtos. Os arrendamentos em dinheiro distribuam-se, segundo o valor, conforme a tabela 14.

Tabela 14. Distribuição do número de arrendatários, segundo classes de preços de arrendamento da terra. Estado de São Paulo, 1939/40.

Classes de preços de arrendamento (em mil-réis/alqueire).	Número de arrendatários	%
Até 200	21.209	64,9
mais de 200 até 400	10.161	30,2
mais de 400 até 600	863	2,6
mais de 600 até 800	187	0,6
mais de 800 até 1.000	150	0,5
mais de 1.000 até 1.200	80	0,3
mais de 1.200 até 1.400	16	0,1
mais de 1.400 até 1.600	92	0,3
mais de 1.600 até 1.800	16	0,1
mais de 1.800 até 2.000	48	0,1
mais de 2.000	198	0,6

Fonte: EAZ (1942).

Podemos observar, por esses dados, que a explicação anterior, de que em grande parte o aumento do número de pequenos estabelecimentos se deve à multiplicação dos casos em que o produtor tem acesso apenas temporário à posse da terra, não é destituída de fundamento, pois o número de arrendatários (ou de estabelecimentos de arrendatários) ao final da década é suficientemente grande para conter o número de pequenos estabelecimentos que aumentou (cerca de 60.000 contra 50.000, que é o aumento no primeiro estrato, conforme a tabela 13). Adicionalmente, pela tabela 14 podemos constatar que a grande maioria dos estabelecimentos de arrendatários em 1939/40 provavelmente ocupava as terras piores das propriedades. Podemos observar que, dos arrendamentos em dinheiro, mais de 95% estão nos dois primeiros estratos de valor, enquanto que os arrendamentos de maior valor (que provavelmente supõem melhores áreas) são bem raros.

Um elemento importante na expansão do número de explorações agrícolas sob arrendamento foi o surto algodoeiro. Segundo o estudo de Schmidt (1943), vários motivos contribuíram para que tal ocorresse: os altos preços alcançados pelas terras, colocando-as fora do alcance daqueles que quisessem tornar-se proprietários e estabelecer-se por conta própria; o “espírito de aventura” que levou muitos residentes das cidades a tentarem a sorte na agricultura; e a certeza de grandes lucros, foram os principais fatores a impulsionar a difusão do arrendamento na década de 30. O mesmo autor mostra que em 1937/38 havia 64.517 produtores de algodão, dos quais 31,3% eram arrendatários, e que essa percentagem tendeu a crescer significativamente nos anos seguintes. Quanto à parceria, constata que a proporção entre arrendatários e parceiros no algodão era de 8:1, mas que nas outras culturas (inclusive o café) a parceria era forma predominante em relação ao arrendamento, e também largamente utilizada. Tanto a parceria quanto o arrendamento eram encontrados em médias e grandes propriedades, normalmente em número maior que um por propriedade, o que ilustra expressivamente o fenômeno que apontamos anteriormente de fracionamento de propriedades em estabelecimentos, e não em propriedades menores.

Para ter uma idéia do controle dos grandes proprietários sobre a terra podemos tentar uma aproximação da distribuição da área total entre os estabelecimentos, tendo em vista que a distribuição verdadeira não é disponível, por falta de dados. Com essa finalidade, foi utilizada a função de Pareto com dois parâmetros para estimar as áreas totais dos estratos, metodologia já consagrada quando se dispõe apenas da distribuição do número de estabelecimentos (ou pessoas) e da área total (ou renda total), tendo sido bastante utilizada nos estudos sobre distribuição de renda. Além disso, a curva de Pareto tem sido utilizada em outros campos “tais como a distribuição das firmas segundo seu capital, vendas ou número de empregados e o ajustamento obtido tem sido satisfatório” (Graziano da Silva, 1976: 40). Uma exposição detalhada sobre o assunto pode ser encontrada em Hoffmann (1971), Duarte (1971), Hoffmann (1974) e Graziano da Silva (1976).

Deve-se alertar que os ajustamentos obtidos baseiam-se na pressuposição de que a área média do primeiro estrato é de 5 alq ⁽¹⁾ (12,1 ha) tanto em 1930/31 como em 1937/38, o que pode ser uma hipótese otimista, pois, devido ao grande aumento do número de estabelecimentos de até 10 alq (24,2 ha) nesse período, é provável que a sua área média tenha diminuído devido ao fracionamento de estabelecimentos que já eram pequenos. Nesse sentido, os resultados apresentados na tabela 15 podem desviar-se um pouco da realidade, mas acredito que não a ponto de invalidar a análise.

Tabela 15. Estimativa da distribuição da área total entre os estabelecimentos agrícolas. Estado de São Paulo, 1930/31 e 1937/38.

Estratos de área total (ha)	Porcentagem acumulada da área	
	1930/31	1937/38
até 24,2	7,0	9,6
24,2 — 60,5	17,0	21,4
60,5 — 121	28,2	32,7
121 — 242	40,0	43,7
242 — 605	55,4	58,4
605 — 1210	67,1	69,5
1210 — 2420	77,0	78,4
mais de 2420	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: EAZ (1932 e 1939).

A distribuição da área total entre os estabelecimentos mostra a elevada desigualdade que caracteriza a estrutura agrária. O que se tem é mais da metade dos estabelecimentos (os menores de 24,2 ha) ocupando menos de 10% da área, enquanto que aqueles com mais de 242 ha, que representam apenas 5% dos estabelecimentos, detêm quase 60% da área total.

Quanto à evolução do grau de concentração da posse da terra de 1930/31 a 1937/38 não se pode concluir que tenha ocorrido qualquer mudança, dado que os intervalos

(1) Embora não se dispusesse de qualquer informação segura sobre a validade de tal procedimento, a escolha do valor 5 alq prendeu-se a duas questões. Primeiro, a necessidade de ser um valor compreendido no terço médio do estrato, exigido pelo ajustamento estatístico (portanto, entre 3,3 e 6,7 alq) e, segundo, porque os dois outros valores testados (4,5 e 5,5 alq) mostraram que os resultados praticamente não se modificavam frente a esse tipo de variação.

do índice de Gini se superpõem, como mostra a tabela 16.

Se as áreas totais por estrato fossem dadas, os dois valores apresentados para o índice de Gini (limite inferior e superior) delimitariam um intervalo que necessariamente contém o verdadeiro valor do índice. Este valor verdadeiro só pode ser calculado quando se dispõe das observações individualizadas, e não agrupadas em estratos, como se dá no caso presente. Dessa forma, só se pode afirmar com certeza que houve alteração no grau de concentração no período analisado quando os intervalos (delimitados pelos limites inferior e superior) não se superpõem.⁽¹⁾ Por exemplo, considerando os índices em 1930/31 e 1937/38, podemos observar que os valores que vão de 0,745 a 0,769 são comuns aos dois anos. Assim, como o verdadeiro valor pode estar nessa faixa, não podemos afirmar que se tenha alterado no período.

Também se vê, pela distribuição decílica da área, que as alterações de um ano para outro são insignificantes: a maior fração da área total continua nas mãos dos grandes, enquanto que os pequenos estabelecimentos permanecem com uma reduzidíssima parcela da área total.

A tabela 16 mostra uma evolução “ilustrativa” da concentração da posse da terra de 1920 a 1940. Digo “ilustrativa” devido às dificuldades de comparação dos dados e porque em 1920 e 1940 se dispõe do total de área por estrato, não havendo necessidade do ajustamento que foi feito em 1930/31 e 1937/38.

Quanto à comparação entre 1920 e 1940, devemos lembrar que a mudança no conceito de estabelecimento, já apontada anteriormente, é uma das causas das diferenças nas distribuições. Por exemplo, a percentagem da área correspondente aos 50% dos menores estabelecimentos (os 50^o) teria diminuído de 6,1% para 5,8% entre 1920 e 1940. Entretanto, tal fato certamente é devido, em alguma medida, àquela mudança de conceituação, pois os 50^o em 1940 provavelmente seriam estabelecimentos de menor tamanho que os 50^o em 1920 (já que neste ano o conceito mais restritivo de estabelecimentos tendeu a eliminar preferencialmente os menores).

Mas, em linhas gerais, a extrema desigualdade que marca a estrutura agrária não sofre alteração expressiva no período. Mesmo na década de 30, quando pudemos constatar um grande crescimento absoluto no número de pequenos estabelecimentos, a distribuição geral parece não se modificar: os 50% que representam os menores estabelecimentos continuaram confinados em menos de 10% da área, enquanto que os 10% dos maiores estabelecimentos

(1) No caso da distribuição da posse da terra em 1930/31 e 1937/38 há a complicação adicional causada pelo fato das áreas totais por estrato terem sido estimadas.

Tabela 16. Concentração da posse da terra. Estado de São Paulo, 1920 a 1940.

Índice de Gini ^{a/}	1920	1930/31	1937/38	1940
Limite inferior	0,748	0,745	0,731	0,763
Limite superior	0,773	0,774	0,769	0,776
Distribuição decílica da área (%)				
20 ⁻	1,0	1,0	1,1	0,9
50 ⁻	6,1	6,5	7,2	5,8
10 ⁺	68,1	68,6	68,4	69,1
5 ⁺	55,8	57,5	57,8	57,5
1 ⁺	32,7	35,1	35,8	34,3

a/ Limites qualquer que seja a distribuição intra-estratos.

Fonte dos dados básicos: Censos agrícolas de 1920 e 1940 (IBGE) e EAZ (1932 e 1939).

dispõem de quase 70% da área total. A área média dos 50⁻ passa de 11,7 ha em 1930/31 para 10,5 ha em 1937/38 e a dos 10⁺ passa de 615,4 ha para 497,9 ha no mesmo período.

Os intervalos estimados para o índice de Gini não permitem afirmar sobre qualquer mudança no padrão da distribuição no período, dado que existem faixas de superposição entre todos eles.

Um outro tipo de dado também ilustrativo é a evolução das terras pertencentes a estrangeiros. Como se sabe, é corrente na literatura a afirmação de que após a crise de 29 a compra de terra por colonos (na grande maioria estrangeiros) foi facilitada devido ao fracionamento de muitas propriedades cafeicultoras em pequenos sítios.

Embora a tabela 17 seja um caminho bastante grosseiro para avaliar tal fenômeno, permite ao menos levantar a necessidade de estudos mais profundos para medir a magnitude do processo.

O que os dados da tabela 17 nos revelam é que nos anos 30 não houve ne-

nhuma melhoria relativa para os estrangeiros em termos de posse da terra.⁽¹⁾ Novamente, embora o número absoluto de estabelecimentos e a área a eles pertencentes tivesse crescido, a sua participação relativa não se altera praticamente (cerca de um terço do número de estabelecimentos e um quarto da área total).

É interessante notar que em 1920 essa participação era bem menor, suscitando pelo menos duas possibilidades: ou a participação dos estrangeiros na posse da terra cresceu “instantaneamente” entre 1929 e 1930, em rápida resposta à crise, ou então ela cresceu paulatinamente durante toda a década de 20, em decorrência de fato oposto. Isto é, como os anos 20 foram anos de preços bons para o café (notadamente de 1923 a 1929), a “prosperidade” pode ter alcançado também alguns colonos, permitindo-lhes adquirir lotes de terra, talvez mais em função do movimento de ocupação das áreas novas do estado, do que em decorrência do fracionamento de grandes fazendas de café.

Devemos alertar que persiste, ainda, a possibilidade de não se poder comparar rigorosamente as duas fontes de dados. Todavia, a semelhança dos resultados em 1937/38 (32,0% dos estabelecimentos e 26,0% da área) e em 1940 (32,3% dos estabelecimentos e 26,6% da área) parece constituir um indicador aceitável da precisão dos dados das duas fontes.

Em resumo, a análise dos dados agregados sobre a posse da terra no estado de São Paulo no período imediatamente posterior à crise do café não indica modificações substanciais dessa estrutura. Há um aumento no número de pequenos estabelecimentos, um certo decréscimo na área média, mas o grau de concentração da distribuição praticamente não se altera.

Podemos observar mais de perto as características que assume a estrutura agrária com suas várias nuances regionais estudando cada uma das zonas do estado separadamente.

A tabela 18 mostra algumas características gerais das cinco regiões estudadas, tendo como referencial a participação de cada uma delas nos totais do estado.

Inicialmente, devemos observar que a participação das diversas regiões em termos do número e área dos estabelecimentos guarda uma certa correspondência, exceção feita à Zona da Capital, onde a proporção da área (menos de 10%) corresponde a menos da metade da proporção do número de estabelecimentos (pouco mais de 20%), indicando a elevada

(1) Talvez se devesse pesquisar aqui se nessa época os potenciais compradores de terras eram os imigrantes mesmo ou se já eram seus filhos, alguns dos quais já seriam registrados como brasileiros. Tal informação, a nível global, é praticamente impossível de ser conseguida.

Tabela 17. Terras pertencentes a estrangeiros: Estado de São Paulo, 1920 a 1940.

	1920 (a)	1930/31 (b)	1931/32 (b)	1933/34 (c)	1934/35 (b)	1935/36 (b)	1937/38 (b)	1940 (a)
Nº estabelec. (% sobre o total)	22.065 (28,9)	56.540 (34,5)	70.920 (34,7)	82.104 (29,9)	80.820 (32,5)	82.003 (31,6)	75.594 (32,0)	64.969 (32,3)
Área (ha) (% sobre o total)	1.914.457 (16,3)	3.694.781 (25,1)	4.866.772 (26,4)	5.566.741 (26,4)	5.097.118 (24,1)	4.717.967 (24,2)	4.466.928 (26,0)	3.462.057 (26,6)

Fonte: (a) Censos Agrícolas do IBGE (1920 e 1940)
 (b) Estatística Agrícola e Zootécnica (1932 a 1939).
 (c) Recenseamento Agrícola-Zootécnico (1936).

presença das pequenas unidades nessa região. O que, aliás, pode ser perfeitamente visualizado pela comparação da área média dos estabelecimentos na Zona da Capital com as demais regiões e o que se deve provavelmente à presença dos estabelecimentos hortifrutícolas circundantes ao centro urbano da Capital.

Quanto à evolução das participações relativas, não ocorrem mudanças expressivas, devendo-se registrar apenas um ligeiro aumento na participação da Zona Nova (o que seria esperado, por tratar-se justamente da área em ocupação) e também a tendência ao aumento da participação do número de estabelecimentos nas Zonas Velha e Sul sem haver a contrapartida do aumento da participação na área. Como veremos em seguida, isso se deve a um crescimento do número de pequenos estabelecimentos nessas regiões. Embora essa seja uma tendência comum às cinco regiões, podemos verificar, pela tabela 19, que nessas duas zonas as diminuições da área média são bastante significativas.

A Zona da Capital é a que apresenta a menor variação da área média, seguida pela Zona Central e Zona Nova.

Tabela 18. Número e área dos estabelecimentos agrícolas em cinco regiões do estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38. (Número absolutos e porcentagens em relação ao total do estado).

Zonas	1930/31	31/32	34/35	35/36	37/38					
Número de estabelecimentos										
Velha	9.696	(5,9)	11.612	(5,7)	14.919	(6,0)	14.794	(5,7)	13.727	(5,8)
Sul	28.372	(17,3)	30.954	(15,2)	49.106	(19,7)	49.831	(19,2)	43.564	(18,5)
Capital	37.508	(22,9)	44.609	(21,8)	49.902	(20,1)	50.273	(19,3)	40.356	(17,1)
Central	42.992	(26,3)	46.978	(23,0)	51.217	(20,6)	52.221	(20,1)	50.735	(21,5)
Nova	45.197	(27,6)	70.042	(34,3)	83.616	(33,6)	92.747	(35,7)	87.578	(37,1)
Área dos estabelecimentos (mil ha)										
Velha	868	(5,9)	1.021	(5,5)	986	(4,7)	1.002	(5,1)	853	(5,0)
Sul	2.069	(14,1)	2.259	(12,3)	2.747	(13,0)	2.469	(12,7)	2.309	(13,4)
Capital	1.026	(7,0)	1.170	(6,4)	1.293	(6,1)	1.124	(5,8)	1.014	(5,9)
Central	5.209	(35,5)	5.655	(30,7)	5.920	(28,0)	5.513	(28,3)	5.311	(30,9)
Nova	5.520	(37,6)	8.320	(45,2)	10.190	(48,2)	9.368	(48,1)	7.689	(44,8)
Área Média por estabelecimento (ha)										
Velha	89,6		87,9		66,1		67,7		62,2	
Sul	72,9		73,0		55,9		49,5		53,0	
Capital	27,3		26,2		25,9		22,4		25,1	
Central	121,2		120,4		115,6		105,6		104,7	
Nova	122,1		118,8		121,9		101,0		87,8	

Fonte dos dados básicos: EAZ (1932 a 1939).

Tabela 19. Variação da área média dos estabelecimentos em cinco regiões do estado de São Paulo, de 1930/31 a 1937/38 (percentagens).

Zonas	Variação: 1930/31 a 1937/38 (%)	
Velha	—	30,6
Sul	—	27,3
Capital	—	8,1
Central	—	13,6
Nova	—	28,1

Fonte dos dados básicos: Tabela 18.

Uma primeira constatação já pode ser retirada dessas informações: excluindo-se a Zona da Capital, por suas características peculiares (de grande urbanização), é justamente nas áreas onde o café não havia penetrado (Zona Sul) ou já estava decadente (Zona Velha) que parece ocorrer uma evolução favorável à formação de pequenos estabelecimentos após a crise de 29. Ao contrário, nas áreas onde o café se expandia o fenômeno apresenta-se bem mais débil.

Cabe observar que, embora na Zona Nova também haja um grande decréscimo na área média (-28,1%), o valor absoluto da mesma (87,8 ha em 1937/38) continua superando os das Zonas Velhas, Sul e da Capital. Mas esse valor passa a ser superado pelo da Zona Central (104,7 ha), invertendo-se, portanto, as posições verificadas em 1930/31. Como veremos posteriormente, tal fato se deve possivelmente à grande expansão dos arrendamentos para cultivo de algodão na Zona Nova nessa década, o que teria contribuído para o fracionamento das fazendas de café em estabelecimentos (e não propriedades) menores.

Podemos levantar maiores evidências sobre esse aspecto acompanhando a distribuição da posse da terra nas cinco regiões com mais detalhes. Para tal, foram elaboradas as Tabelas 20 a 24.

Considerando os dados relativos a 1935/36 com certa restrição, pois é bastante improvável que o número de estabelecimentos com mais de 605 ha tenha crescido para 210 nesse ano contrariando a tendência geral dos outros anos, pode-se constatar um expressivo aumento do número de pequenos estabelecimentos na Zona Velha. Os menores de 24,2 ha

Tabela 20. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total. Zona Velha, 1930/31 a 1937/38. (números absolutos e porcentagens).

Estratos de área (ha)	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Varição 1930/31 a 1937/38 (%)
até 24,2	4.154 (42,8)	4.514 (38,9)	6.723 (50,4)	8.349 (56,0)	8.132 (55,0)	8.795 (64,1)	+ 111,7
24,2 – 60,5	2.876 (29,7)	3.506 (30,2)	3.631 (27,2)	3.467 (23,2)	3.506 (23,7)	2.413 (17,6)	- 16,1
60,5 – 121	1.340 (13,8)	1.975 (17,0)	1.505 (11,3)	1.620 (10,8)	1.661 (11,2)	1.196 (8,7)	- 10,7
121 – 242	698 (7,2)	899 (7,7)	826 (6,2)	833 (5,6)	835 (5,6)	729 (5,3)	+ 4,4
242 – 605	441 (4,5)	536 (4,6)	481 (3,6)	475 (3,2)	450 (3,0)	426 (3,1)	- 3,4
mais de 605	187 (2,0)	182 (1,6)	184 (1,3)	175 (1,2)	210 (1,3)	168 (1,2)	- 10,2
Total	9.696 (100,0)	11.612 (100,0)	13.350 (100,0)	14.919 (100,0)	14.794 (100,0)	13.727 (100,0)	+ 41,6

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

mais que dobram em número e também aumenta significativamente sua participação relativa no total de estabelecimentos (de 42,8% para 64,1%). Em compensação, todos os estabelecimentos de mais de 24,2 ha diminuem sua participação relativa ao longo do período. Pela variação apresentada na última coluna da tabela 20 é plausível a explicação de que a origem dos pequenos estabelecimentos nesta região estaria mais ligada ao fracionamento dos médios (que foram os que mais diminuiram no período). Como no estrato de 121 a 242 ha a variação foi positiva (+ 4,4%), poder-se-ia pensar num processo em que os grandes estabelecimentos fracionam-se num primeiro momento, aumentando a participação dos estabelecimentos médios; num segundo momento estes se fracionariam dando origem aos pequenos sítios.

É interessante registrar ainda que a menor participação dos pequenos estabelecimentos verifica-se em 1931/32, paralelamente a uma maior participação dos médios, especialmente dos estabelecimentos de 60,5 a 121 ha, que passam de 13,8% para 17,0% do total. Logo no ano seguinte estes últimos caem para 11,3% enquanto o número dos de menos de 24,2 ha sobe cerca de 49% em relação ao ano anterior. Com isso, pode ser reforçada a argumentação de que o surgimento das pequenas unidades estaria mais vinculado ao movimento das unidades médias do que às grandes fazendas.

Quanto à Zona Sul, os resultados da Tabela 21 mostram uma certa semelhança com aqueles relatados para a Zona Velha, no sentido do grande aumento do número de estabelecimentos de menos de 24,2 hectares.

No entanto, existem elementos distintos na evolução para um e outro caso. Na Zona Sul, os estabelecimentos do segundo estrato (24,2 a 60,5 ha) não diminuem sua participação relativa no período, à diferença do ocorrido na Zona Velha. Além disso aumenta em quase 50% seu número absoluto. Por outro lado, as grandes variações negativas aparecem nos últimos estratos, para os quais diminui também a participação relativa. Esses resultados sugerem que o processo de formação de pequenas unidades agrícolas nesta região esteve ligado à divisão dos grandes estabelecimentos na década de 30, inclusive possibilitando a permanência de unidades de tamanho médio (de 24,2 a 121 hectares).

Essa especificidade poderia decorrer do grau menor de dependência ao café que assumiu esta Zona, de modo a ter mantido uma certa vitalidade das pequenas e médias propriedades em função da produção de gêneros para o mercado interno. Esse aspecto poderá ser explorado mais detalhadamente quando tratarmos da produção agrícola nas diversas regiões.

Bastante diversa das anteriores já se apresenta a magnitude das mudanças na Zona da Capital, como mostra a tabela 22.

Tabela 21. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total. Zona Sul, 1930/31 a 1937/38 (números absolutos e porcentagens).

Estratos de área (ha)	Variação: 1930/31 a 1937/38 (%)						
	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	
até 24,2	14.680 (51,7)	17.093 (55,2)	21.160 (55,3)	32.766 (66,7)	34.364 (69,0)	27.145 (62,3)	+ 84,9
24,2 – 60,5	7.152 (25,2)	7.570 (24,5)	10.105 (26,4)	9.726 (19,8)	9.503 (19,1)	10.623 (24,4)	+ 48,5
60,5 – 121	3.681 (13,0)	3.761 (12,2)	4.173 (10,9)	3.775 (7,7)	3.508 (7,0)	3.578 (8,2)	- 2,8
121 – 242	1.771 (6,2)	1.468 (5,7)	1.668 (4,4)	1.689 (3,4)	1.488 (3,0)	1.318 (3,0)	- 25,6
242 – 605	713 (2,5)	710 (2,3)	791 (2,1)	746 (1,5)	648 (1,3)	613 (1,4)	- 14,0
mais de 605	375 (1,3)	352 (1,1)	400 (1,1)	404 (0,8)	320 (0,6)	287 (0,7)	- 23,5
Total	23.372 (100,0)	30.954 (100,0)	38.297 (100,0)	49.106 (100,0)	49.831 (100,0)	43.564 (100,0)	+ 53,5

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Tabela 22. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo a área total. Zona da Capital, 1930/31 a 1937/38. (Números absolutos e porcentagens).

Estratos de área (ha).	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	variação 1930/31 a 1937/38 (%)
até 24,2	29.021 (77,4)	35.967 (80,6)	38.907 (81,4)	41.454 (83,1)	42.249 (84,0)	32.002 (79,3)	+ 10,3
24,2 – 60,5	5.152 (13,7)	5.697 (12,8)	5.639 (11,8)	5.465 (11,0)	5.306 (10,6)	5.400 (13,4)	+ 4,8
60,5 – 121	2.115 (5,6)	1.748 (3,9)	2.015 (4,2)	1.808 (3,6)	1.633 (3,2)	1.795 (4,4)	- 15,1
121 – 242	793 (2,1)	730 (1,6)	801 (1,7)	750 (1,5)	686 (1,4)	733 (1,8)	- 7,6
242 – 605	314 (0,8)	333 (0,7)	308 (0,6)	311 (0,6)	281 (0,6)	312 (0,8)	- 0,7
mais de 605	113 (0,3)	134 (0,3)	119 (0,2)	114 (0,2)	118 (0,2)	114 (0,3)	+ 0,9
Total	37.508 (100,0)	44.609 (100,0)	47.789 (100,0)	49.902 (100,0)	50.273 (100,0)	40.356 (100,0)	+ 7,6

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Em primeiro lugar, esta região pode ser realmente caracterizada como uma região de pequenas unidades agrícolas. Estas perfazem cerca de 80% do número total e, mesmo em termos absolutos seu número supera os de todas as outras regiões, embora a Zona da Capital seja uma das menores do estado.

Durante o período a participação relativa dos diversos estratos praticamente não se altera. Pode-se registrar apenas uma leve tendência ao aumento do número dos pequenos estabelecimentos, mas que parece interromper-se no penúltimo ano da série. As variações observadas entre o último ano e o primeiro mostram-se inexpressivas se comparadas às regiões anteriormente referidas.

Em suma, para esta Zona a década de 30 representa um período de estabilidade em termos da estrutura da posse da terra, aparentando não terem sido muito fortes os reflexos da crise. É plausível a explicação de que esta região, já consolidada antes da crise como área de produção de hortifrutícolas ao redor da cidade de São Paulo, não tenha experimentado retrocessos com a crise. Ao contrário, iria fortalecer essa pequena agricultura especializada, especialmente em vista da aceleração do processo de industrialização-urbanização que aí se desenrolava.

A região Central do estado mostra um tipo de evolução marcada por um aumento geral dos estabelecimentos em todos os estratos de área, enquanto que a participação relativa dos diversos estratos mantém-se bastante estável. O maior acréscimo dá-se entre os estabelecimentos de menos de 24,2 ha, que passam de 44,3% para 47,4% do número total de estabelecimentos, como mostra a tabela 23.

Quanto à variação no número de estabelecimentos, surgem dois aspectos diferenciais em relação às outras regiões. Em primeiro lugar, todos os estratos experimentam uma variação positiva, que em parte pode ser decorrente da ocupação de novas áreas, em parte pode advir de uma utilização mais intensiva da terra, dando origem ao surgimento de vários "estabelecimentos" dentro das propriedades. A primeira alternativa deve ter menor peso do processo, já que a área total no período cresceu apenas 1,9%. Já a segunda é bastante aceitável tendo em conta o grande dinamismo alcançado pela produção algodoeira nessa região em substituição à cafeicultura e o fato bastante comum nessa época de se cederem áreas das fazendas de café em arrendamento e parceria de algodão, inclusive aos antigos colonos do café. Como veremos posteriormente, a produção de algodão cresce mais de 2.900% nesse período na Zona Central.

Garcia (1972: 32), estudando o arrendamento e parceria em São Paulo relata o seguinte:

Tabela 23. Distribuição dos estabelecimentos segundo a área total. Zona Central, 1930/31 a 1937/38. (Números absolutos e porcentagens).

Estratos de área (ha)	Variação:1930/31 a 1937/38 (%)									
	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38				
até 24,2	19.031 (44,3	21.398 (45,5)	22.801 (46,6)	24.109 (47,1)	25.493 (48,8)	24.049 (47,4)				+ 26,4
24,2 – 60,5	10.639 (24,7)	11.587 (24,7)	12.198 (24,9)	12.657 (24,7)	12.422 (23,8)	12.200 (24,0)				+ 14,7
60,5 – 121	5.724 (13,3)	6.214 (13,2)	6.272 (12,8)	6.264 (12,2)	6.332 (12,1)	6.446 (12,7)				+ 12,6
121 – 242	3.490 (8,1)	3.608 (7,7)	3.548 (7,3)	3.795 (7,4)	3.708 (7,1)	3.709 (7,3)				+ 6,3
242 – 605	2.623 (6,1)	2.592 (5,5)	2.632 (5,4)	2.828 (5,5)	2.745 (5,3)	2.823 (5,6)				+ 7,6
mais de 605	1.485 (3,5)	1.579 (3,4)	1.460 (2,9)	1.564 (3,1)	1.521 (2,9)	1.508 (3,0)				+ 1,5
Total	42.992 (100,0)	46.978 (100,0)	48.911 (100,0)	51.217 (100,0)	52.221 (100,0)	50.735 (100,0)				+ 18,0

Fonte:EAZ (1932 a 1939).

“A crise de 1929 trouxe a derrocada da economia cafeeira do Estado. Sendo as fazendas paulistas essencialmente monocultoras, e organizadas socialmente para o pico de suas necessidades de mão-de-obra, a crise envolveu não só os fazendeiros, mas também os colonos e empregados que viviam em sua dependência. A miséria e o desemprego era um fator geral. Aos contingentes de desempregados na roça vinham ainda se juntar os desempregados urbanos. O preço do braço rural caiu a níveis ínfimos.

“Os fazendeiros, contando com poucos recursos para tocar a lavoura por conta própria, entregavam as terras e colonos e camaradas para serem cultivadas em parceria ou em arrendamento, e os parceiros ou arrendatários, dadas as pequenas despesas que a cultura requeria, podiam empreendê-las desde que encontrassem um pequeno auxílio para a subsistência durante alguns meses. Intensificou-se, assim, o uso do arrendamento e da parceria. (...) Operava-se, desse modo, uma transformação na organização do trabalho agrícola. As grandes fazendas se mantiveram, mas sob um sistema bastante diferente das antigas fazendas de café”. (Garcia, 1972: 33).

Este é o ponto-chave: durante a crise do café o arrendamento e a parceria serviram como forma de manter o sistema de grandes propriedades, evitando o seu fracionamento em propriedades menores.

Houve constituição de pequenas propriedades, mas esse não é o caso geral dos pequenos estabelecimentos que se formavam. O acesso à terra deu-se frequentemente sob formas precárias, transitórias, como a parceria e o arrendamento, sem comprometer a estrutura de propriedade vigente.

Dáí a importância, também, de compreender a diferença entre o “complexo cafeeiro capitalista” de São Paulo e a velha cafeicultura escravista da região oriental fluminense e do Vale do Paraíba. No primeiro caso, a lógica da acumulação capitalista é que subordina e condiciona o acesso à terra, forjando as formas que mais lhe convierem. Exemplos típicos são as formas de organização do trabalho utilizadas na cafeicultura do “Oeste Paulista”, como os “contratos de formação”, a parceria e o colonato. Todas elas supunham que o trabalhador tivesse, *transitoriamente*, o acesso à terra (seja como cultivos intercalares aos cafezais, seja como áreas de subsistência separadas dos cafezais), sem com isso comprometer a sobrevivência dos cafeicultores enquanto proprietários e capitalistas, e ao mesmo tempo garantindo a presença da força de trabalho necessária à expansão da atividade.

Nesse sentido, é bastante sugestiva a colocação do IPARDES (1978: 29), ao tratar das relações entre o capital e o sentido das transformações que sofre a estrutura fundiária: “Em épocas ‘difíceis’, o capital permite que os produtores diretos tenham acesso à terra:

na formação dos cafezais, após uma geada que os tenha devastado, ou em épocas de queda dos preços internacionais do produto, o capital se utiliza de formas de acesso à terra, como a parceria e o arrendamento, como um meio de dividir os riscos da produção. Isto ocorre também em casos de desmatamento, de formação de pastagens. Passado o 'risco', torna-se desnecessário dividi-lo, principalmente se a agricultura estiver se capitalizando, paralelamente a um processo de valorização das terras. É necessário então expropriar os produtores diretos, torná-los livres, para que possam servir ao capital como assalariados, vendendo-lhe sua força de trabalho".

É preciso ter em mente que não se trata de imputar ao capital uma racionalidade absoluta ao manejar as suas condições de reprodução. Ao contrário, devemos estar atentos às contradições que aí são geradas e que conferem a um processo tal como o que foi acima referido um caráter essencialmente tenso. É extremamente elucidativo, por exemplo, recordar que houve um aumento assustador do número de conflitos pela posse da terra no Paraná, na época de que trata o trabalho do IPARDES.

O processo de compartilhar os "riscos" é observável nas tabelas anteriores, se notarmos que exatamente no período crítico da crise (mais ou menos até 1935⁽¹⁾) é que cresce o número dos pequenos estabelecimentos, passando a diminuir no final da década, paralelamente a uma revitalização dos grandes estabelecimentos (estes últimos, na maioria das vezes, devem corresponder a grandes propriedades). É importante lembrar que é nesses anos finais da década que se firma realmente a cultura algodoeira, quer dizer, não há mais muito "risco" em plantá-la, principalmente tendo em vista as boas perspectivas para exportação do produto.

É justamente nesse sentido que ganham relevâncias as observações de Prado Jr. (1960: 181-205) acerca da dinâmica da exploração agrícola:

"Seja onde for, e seja qual for, a grande exploração de tipo comercial (....) tende, quando a conjuntura lhe é favorável, a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. (....)

"É na medida em que a grande exploração rural se expande e prospera, ou pelo contrário se retrai e entra em decadência, que inversamente o setor secundário [refere-se às atividades secundárias na agricultura] se restringe (no primeiro caso), e no outro se estende e ganha terreno. É que quando a grande exploração se fortalece e prospera, ou em outras palavras, se torna rendoso 'negócio', ela tende a se ampliar e absorver um máximo de extensão

(1) Ver a observação da Revista do Instituto do Café (1934: 1151-1152) no capítulo 1.

territorial e força de trabalho. Sobrarão tanto menos espaço e tempo disponíveis para os trabalhadores cuidarem de outras atividades. Inversamente, é na medida em que se deteriora o negócio que a grande exploração realiza, que ela se torna menos exigente e é obrigada a fazer maiores concessões àquelas atividades secundárias que se desenvolvem à sua sombra”.

É fundamental notar que não se trata (exclusivamente e nem principalmente) de dividir a **propriedade de terra**, mas sim de ceder **temporariamente** o seu uso, como forma de dividir os riscos do “negócio” em deterioração e assegurar o futuro suprimento de força de trabalho para a próxima fase de expansão.

Esse elemento teve grande influência na Zona Central (e na Zona Nova, como veremos a seguir), diferentemente do ocorrido na região mais velha e na região sul do estado. No Vale do Paraíba, por exemplo, a terra tornou-se extremamente subdividida, como pudemos constatar, devido principalmente ao fato de que os grandes proprietários, à procura de terras mais rendosas, realmente vendiam as fazendas, que se subdividiam em pequenos sítios. Neste caso, tenderíamos a interpretar o grande acréscimo verificado no primeiro estrato (mais de 100%) como resultado do aumento do número de pequenas **propriedades** realmente. Já na Zona Central tenderíamos a interpretá-lo como aumento do número de **estabelecimentos**, de unidades de produção e não de propriedade, correspondendo justamente aos arrendamentos e parcerias originados com o surto algodoeiro.

Segundo Maluf (1978: 6), essa região conseguiu reter boa parte da mão-de-obra nela existente após a crise, através da diversificação de culturas. Paralelamente, “a permanência de algumas culturas de exportação diminui a intensidade do parcelamento das propriedades que via de regra acompanhava o abandono do café”.

Finalmente, a Zona Nova exhibe uma dinâmica do tipo daquela da região Central, porém em escala muito maior. Referimo-nos, de um lado à grande estabilidade na distribuição dos estabelecimentos entre os vários estratos de área (com ligeiro aumento na participação do primeiro estrato), e de outro, aos incrementos positivos em todos os estratos em termos do número de estabelecimentos. Os resultados encontram-se na tabela 24.

Em comparação com as outras regiões, o que mais chama a atenção aqui são os elevados incrementos observados nos últimos estratos. Em outras palavras, eles são positivos por tratar-se um caso nítido de ocupação de novas áreas, e são elevados porque essa ocupação se fez nos moldes tradicionais de expansão cafeeira, à base de grandes estabelecimentos.

Todavia, como entender que num período de crise como esse se mantivesse a vitalidade das grandes explorações?

Tabela 24. Distribuição dos estabelecimentos segundo a área total. Zona Nova, 1930/31 a 1937/38. (Números absolutos e porcentagens).

Estratos de área (ha)	1930/31	31/32	34/35	35/36	37/38	Variação: 1930/31 a 1937/38 (%)	
até 24,2	18.401 (40,7)	33.799 (48,3)	41.503 (49,6)	47.063 (50,7)	44.591 (50,9)	+ 142,3	
24,2 – 60,5	13.022 (28,8)	18.797 (26,8)	21.927 (26,2)	24.060 (25,9)	23.572 (26,9)	+ 81,0	
60,5 – 121	6.854 (15,2)	8.755 (12,5)	10.233 (12,2)	11.078 (11,9)	10.265 (11,7)	+ 49,8	
121 – 242	3.564 (7,9)	4.360 (6,2)	5.106 (6,1)	5.470 (5,9)	4.736 (5,4)	+ 32,9	
242 – 605	2.088 (4,6)	2.585 (3,7)	2.903 (3,5)	3.037 (3,3)	2.729 (3,1)	+ 30,7	
mais de 605	1.268 (2,8)	1.746 (2,5)	1.944 (2,3)	2.039 (2,2)	1.685 (1,9)	+ 32,9	
Total	45.197 (100,0)	70.042 (100,0)	83.616 (100,0)	92.747 (100,0)	87.578 (100,0)	+ 93,8	

Fonte: (1932 a 1939).

Algumas pistas podem ser indicadas: em primeiro lugar, devido à fertilidade superior das terras recém-desbravadas, a maior produtividade nessas explorações conduzia à formação de um lucro suplementar que, por sua vez, garantia uma rentabilidade mínima do capital empregado, mesmo em períodos de baixa do preço do café, como já foi apontado anteriormente. Outro elemento explicativo reside no desenvolvimento da atividade pecuária nessa região, contribuindo para a manutenção das grandes unidades produtivas. Como veremos mais adiante, o rebanho bovino cresce mais de 100% entre 1930/31 e 1937/38 na Zona Nova, o maior aumento verificado em todo o estado. Nas palavras de Milliet (1939: 107), “não há correlação alguma, aqui, entre a crise e o desenvolvimento da pequena propriedade. Esse acompanha o surto econômico da região e subsiste após as primeiras depressões do mercado cafeeiro, como que tomado de um movimento ascensional irreprimível. Em verdade a região toda foi, dentro do Estado inteiro, a que menos sofreu com a derrocada do café. A esplêndida produção por mil pés deixa-lhe margem maior de resistência (....)”.

A idéia nos parece interessante no sentido de ajudar a compreender o menor impacto da crise na Zona Nova, na medida em que, mesmo com a baixa do preço, os produtores ainda mantinham a lucratividade do empreendimento. Nessas áreas novas, os custos de transportes mais elevados em relação às zonas velhas tenderiam a absorver grande parte da vantagem diferencial dada pela fertilidade das terras virgens. É só quando aparece a ferrovia, reduzindo os custos de transporte, que as zonas novas “eliminam” as velhas. Essa “eliminação” não se dava pela erradicação dos cafezais, mas simplesmente pelo seu abandono, de forma que, quando os preços se elevassem, esses cafezais seriam reincorporados à produção. Com isso, tanto os proprietários das zonas velhas poderiam acionar mecanismos de defesa para manter suas propriedades intactas (por exemplo dando os cafezais velhos em parceria⁽¹⁾), como os proprietários das zonas novas conseguiam reproduzir-se enquanto tais, devido à elevada renda diferencial que podiam auferir.

Estudos detalhados dos arrendamentos que surgem nessa época sugerem que era mais vantajoso para o proprietário alugar suas terras (tornando-se rentista e comerciante) do que aplicar diretamente seu capital na exploração agrícola. Um exemplo interessante pode ser encontrado no estudo de Vieira (1973), cujo tema central, embora seja a imigração japonesa e não especificamente a economia cafeeira, suscita algumas questões importantes. A autora mostra, na caracterização da frente de expansão paulista, que, após a crise de 29, os loteamentos, principalmente na Noroeste, se multiplicam. Segundo suas palavras, “desde que os loteamentos proporcionavam fortes lucros e a abertura das vias de comunicação valorizava as terras, os proprietários eram levados a vender parte de suas propriedades. Por outro lado, os

(1) Stein (1961: 328), descrevendo a situação das fazendas de café no Vale do Paraíba logo após a abolição da escravatura, mostra que o sistema de parceria já fora uma das formas predominantes para solucionar os problemas de mão-de-obra, sem tocar também na propriedade da terra: “Um fato que comprova as vantagens do sistema foi que os fazendeiros evitaram a divisão de seus latifúndios. Completo domínio sobre a terra e as colheitas continuou sendo a regra”.

imigrantes europeus e japoneses, descontentes com o trabalho nas fazendas, estavam dispostos a adquirir os lotes que lhes permitiriam cultivar por conta própria.

“Os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as ‘glebas’, cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires e que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Por sua vez, os próprios fazendeiros procediam à fragmentação de suas terras, reservando-se as melhores porções, os espigões, para o café e vendendo as regiões impróprias, os fundos de vale, para os sitiantes” (Vieira, 1973: 65).

Note bem: os fazendeiros fracionavam suas terras mas **reservando a si as melhores porções.**⁽¹⁾ Em outros termos, as que poderiam prover-lhe um lucro suplementar.

Por ocasião da crise de 29, “na Alta Paulista e Alta Sorocabana não só os loteamentos se multiplicaram mas também os arrendamentos, fornecendo aos proprietários uma renda anual e garantindo-lhes a posse da terra e seu aproveitamento futuro” (Vieira, 1973: 66). Esses arrendamentos destinavam-se principalmente ao cultivo do algodão.

Por essa forma, nos períodos de crise o fazendeiro passava a desfrutar preferencialmente da sua posição de proprietário (rentista) ou comerciante (especialmente no caso de parceria, ao comercializar o produto da parceria).

Voltando ao objeto mais imediato deste item, que é uma descrição geral da estrutura da posse da terra, uma última ilustração pode ainda ser feita.

Conforme vimos, a estrutura da posse da terra apresentou uma evolução diferenciada nas cinco regiões, sem no entanto romper com padrão tradicional de um elevado grau de concentração e de extrema desigualdade entre pequenos e grandes estabelecimentos. Para dar uma idéia da sua redistribuição espacial, a tabela 25 permite uma rápida caracterização, fornecendo a participação dos estabelecimentos segundo o seu tamanho em relação ao total do estado, no início e no fim do período.

Embora as modificações ocorridas não sejam de ordem muito grande, parecem mostrar que os pequenos estabelecimentos tendem a se distribuir mais uniformemente entre as regiões, ao passo que os médios e grandes tendem a centralizar-se nas Zonas Central e Nova.

(1) Como foi sugerido anteriormente pelos dados da tabela 14.

Tabela 25. Participação relativa dos estabelecimentos pequenos, médios e grandes em cinco regiões do Estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38.

ZONAS	1930/31				1937/38		
	Pequenos (até 24,2 ha)	médios (24,2 - 242 ha)	Grandes (mais de 242 ha)		Pequenos (até 24,2 ha)	Médios (24,2 - 242 ha)	Grandes (mais de 242 ha)
Velha:							
Sul	4,9	7,1	6,5		6,4	4,9	5,6
Capital	17,2	18,3	11,3		19,9	17,5	8,4
Central	34,0	11,7	4,4		23,4	8,9	4,0
Nova	22,3	28,8	42,8		17,6	25,2	40,6
	21,6	34,1	35,0		32,6	43,4	41,4
Total	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0

Fonte: EAZ (1932 e 1939).

A conclusão que se pode retirar da análise da posse da terra no período que sucede a última e mais violenta crise do café é que ela sofre mudanças inexpressivas. A rigidez de uma estrutura agrária desigual e excludente revela-se maior do que a força no sentido de alterá-la em benefício da maioria dos agricultores, desencadeada pela crise. É importante frisar que essa força, embora fundamentada em aspectos “econômicos”, envolve ainda aspectos políticos bastante complexos.

Nesse sentido, são cabíveis as observações de Maluf (1978: 18) a respeito da maior capacidade da agricultura paulista de responder às crises, em comparação com outros complexos regionais, fruto da maior vinculação ao processo de acumulação de capital:

“Certamente o nível geral das atividades se via afetado por essas conjunturas desfavoráveis do mercado internacional, dada a importância do café na determinação do ritmo da acumulação principalmente até a primeira metade do nosso século. O que queremos dizer é que a diversificação de atividades geradas inicialmente pelo café, bem como a proximidade dos principais polos de acumulação de capital no País, deram à agricultura paulista uma maior capacidade de resposta às crises que sistematicamente se colocam à economia capitalista.

“Essa flexibilidade que estamos apontando deve ser entendida como uma decorrência do fato da produção agrícola estar mais estreitamente vinculada à acumulação de capital. (...) A crescente formação de capital na própria agricultura, a valorização constante das terras, os estímulos devidos à proximidade dos grandes centros industriais, enfim o maior nível de acumulação do capital prevalecente no estado refletiam-se na agricultura pela necessidade de obter retornos crescentes na exploração agrícola. Todos esses fatores imprimiram à agricultura paulista um movimento de contínuo avanço e modernização, que acentuará ainda mais os seus contrastes com as demais regiões do País”.

Essa “necessidade de obter retornos crescentes” na agricultura, para garantir o nível da acumulação, orienta a forma da política econômica adotada pelo Estado no período, de permanente defesa dos cafeicultores. Esta desempenha “o papel fundamental, ao assegurar a remuneração do café a preços internos que puderam, ao menos, cobrir os custos monetários variáveis e o consumo capitalista de grande parte das empresas cafeeiras intra-marginais, e, deste modo, sustentando relativamente o nível de operação e de renda do segmento urbano do complexo exportador”. (Mello, 1975: 190). Em outras palavras, amortecendo o impacto da crise sobre o ritmo da acumulação.

Dessa maneira, a necessidade de manter a acumulação de capital em nível adequado, e a forma concreta que assumiu, refletiram-se na agricultura sem romper com o padrão tradicional de “atividade de exportação”. Portanto, ausente a necessidade econômica de

um rearranjo na estrutura da posse da terra e, mais que tudo, na presença dos interesses políticos em mantê-la, ela não sofre efetivamente grandes alterações no período.

6. A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

- “— O café dá para tudo. Isso de plantar mantimento é estupidez. Café, só café.
 - Mas, com seu perdão, major, se algum dia, que Deus nos livre, o café baixar e ...
 - O café não baixa e se baixar sobe de novo. Vocês não entendem dessa história — e depois, olhe, eu não admito idéias revolucionárias em minha casa, já ouviu?”
- (Diálogo de um “atrevido” com um cafeicultor tradicional, o major Mimbuia. Cidades Mortas, Monteiro Lobato, 1946).

6.1 CAFÉ

Conforme foi visto anteriormente, a produção cafeeira em São Paulo realizou-se sempre em função de conjunturas mais e menos favoráveis do mercado internacional, refletindo-se internamente em episódios de avanços e crises, das quais a mais violenta desencadeia-se a partir do colapso da economia mundial registrado em 1929.

Na década que sucede a crise algumas regiões do estado já apresentavam uma evidente decadência em termos da cafeicultura, enquanto que em outras a atividade ainda se encontrava em expansão. De qualquer forma, os anos trinta representam um grande impacto à produção cafeeira em todo o estado, diminuindo o seu ritmo, quando não interrompendo-o completamente.

A tabela 26 mostra a evolução da atividade nas cinco regiões do estado no período imediatamente posterior à crise.

Tabela 26. Produção de café em cinco regiões do estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38. (em toneladas).

Zonas	1930/31	31/32	34/35	35/36	37/38	Variação 1930/31 a 37/38 (%)
Velha	15.698	19.636	11.646	10.000	5.718	- 63,6
Sul	11.043	14.816	9.623	7.277	6.013	- 45,5
Capital	25.167	41.746	29.798	28.980	17.044	- 32,3
Central	403.823	526.215	340.820	330.922	334.429	- 17,2
Nova	318.796	493.275	427.267	573.594	522.246	+ 63,8
Total do Estado	774.527	1.095.688	819.154	950.773	885.450	+ 14,3

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

A análise da tabela 26 sugere imediatamente uma primeira questão: os efeitos da crise parece não terem sido tão desastrosos, pois a produção de café, oito anos após a crise, chega a aumentar 14,3% para o estado como um todo. Relativizemos o argumento: em primeiro lugar, por tratar-se de uma cultura perene, de longo ciclo, o café plantado na década anterior à crise ainda continuava a produzir, de modo que não se poderia esperar uma quebra brusca na produção, a não ser que os cafezais tivessem sido destruídos, o que de maneira nenhuma constitui regra. Podemos lembrar que de 1931 a 1938 foram destruídas cerca de 65 milhões de sacas de café⁽¹⁾ pelo governo brasileiro, mas nada tendo a ver com destruição de cafezais. Como destacamos anteriormente, nas épocas mais difíceis os cafezais eram abandonados, podendo sua exploração ser reiniciada nos períodos favoráveis.

Em decorrência justamente desses fatos, o volume da produção não seria um bom indicador do arrefecimento do ritmo da cafeicultura, mas sim a evolução do cultivo, como se verá a seguir.

Quanto às diferentes zonas, observa-se que as maiores quedas se dão nas regiões mais velhas, evidentemente, onde a cultura já estava em decadência, e chegando mesmo a crescer mais de 60% na Zona Nova.

(1) Cf. Peláez (1973: 285), 64.733 mil sacas.

Gostaria aqui de ampliar um pouco mais o argumento meramente “físico”, o de esgotamento das terras, na explicação da decadência da cafeicultura nas regiões mais velhas. Na verdade, o que tinha se abalado e decaído era a própria forma de produção nessas áreas, baseada no trabalho escravo e nas técnicas tradicionais, e que não conseguiu se revitalizar para concorrer com as novas formas sob as quais ocorreu a “marcha para o oeste”.

Diferentemente da “cafeicultura escravista” que havia dominado o Vale do Paraíba, nas regiões novas a atividade cafeeira desenvolveu-se à base de grandes empreendimentos capitalistas. Além da maior vinculação ao capital comercial e financeiro, as fazendas normalmente dispunham de modernos sistemas de beneficiamento e secagem de café (maior nível de capital constante) e já se haviam implantado sob uma nova forma de relações de produção, baseadas no trabalho “livre” dos colonos. Assim, a melhor qualidade do produto obtido, os menores custos unitários (devidos em parte também à maior produtividade obtida nas terras férteis), enfim, a maior eficiência desses empreendimentos, parecem conferir às áreas centrais e novas uma capacidade maior de resistência à crise.

Alguns dados gerais das cinco regiões referentes à evolução da cafeicultura no pós-crise já sugerem algumas diferenças interessantes.

A tabela 27 mostra como evolui o número dos estabelecimentos que possuíam plantas de café em produção. Embora a média do estado reflita uma variação pouco expressiva (- 7,7%), podemos observar que especialmente as regiões Velha e Sul mostram diminuições bastante significativamente. Já as Zonas Central e Nova, que concentram efetivamente a grande maioria dos estabelecimentos cafeeiros, exibem uma resistência maior: na Zona Central a diminuição é pequena (- 8,2%), enquanto na zona Nova observa-se um aumento de quase 5,0%. Na verdade, essa resistência não implica em que as fazendas tenham se mantido intactas. Pode ter ocorrido, por exemplo, que algumas tenham abandonado a produção e outras tenham se fracionado em vários estabelecimentos menores, compensando a exclusão daqueles e conferindo assim certa estabilidade ao total.

Nas Zonas Velha e Sul, ao contrário, o sentido da exclusão mesmo de muitas propriedades parece ter sido maior do que um possível rearranjo entre estabelecimentos, devido à magnitude das variações sofridas. Não devemos descartar, todavia, a hipótese de uma ligeira centralização, isto é, da reunião de dois ou mais estabelecimentos menores de forma a compor uma só unidade produtiva, e com isso acusar um decréscimo no número total de estabelecimentos nessas áreas.

Quanto à Zona da Capital, apresenta-se numa situação intermediária, diminuindo de 16,0% o número de estabelecimentos com produção cafeeira.

Tabela 27. Número de estabelecimentos cafeicultores em cinco regiões do estado de São Paulo: 1931/32 a 1937/38^{a/}.

ZONAS	1931/32	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 1937/38 (%)
Velha	4.316	3.546	3.207	1.830	- 57,6
Sul	5.657	5.457	6.155	3.539	- 37,4
Capital	4.790	6.007	5.528	4.027	- 15,9
Central	29.375	29.675	29.584	26.966	- 8,2
Nova	37.113	42.283	43.756	38.737	+ 4,4
Total	81.321	86.968	88.230	75.099	- 7,7

a/ 1930/31 - dados inexistentes.

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

É interessante notar que o grande decréscimo se dá a partir de 1935/36, mesmo na Zona Nova, que viera apresentando sucessivos aumentos até essa data.

A evolução do número médio de cafeeiros (em produção) por estabelecimentos, apresentada na tabela 28, aponta também uma diferenciação regional importante.

As regiões Velha e Sul são aquelas que apresentam o menor tamanho médio dos cafezais, especialmente a região Sul (menos de 4.000 cafeeiros por estabelecimento), enquanto que nas Zonas Central e Nova os valores são bem mais elevados (cerca de 15.000 a mais de 20.000 pés por estabelecimento). Nestas últimas, diríamos que a expansão cafeeira se fez à custa de médios e grandes empreendimentos, ou seja, grandes capitais.

Por outro lado, o sentido da evolução nos dois casos tomou rumos opostos: nas duas primeiras regiões observamos uma tendência de aumento no tamanho dos cafezais (2,0% e 20,0%, respectivamente), enquanto que na Zona Central registra-se uma tendência decrescente (- 21,2%). Uma explicação para tal movimento pode ser levantada a partir da relação que cada região mantinha com a expansão cafeeira e com a acumulação em geral: nas áreas mais velhas, onde a cafeicultura já estava em declínio, provavelmente já ocorrera um fracionamento das propriedades agrícolas antes da década de 30, de modo que os estabelecimentos remanescentes que ainda se dedicavam ao café já eram menores. Os grandes latifúndios escravistas já não existiam e há indicações de que os proprietários que dispunham de um grande volu-

Tabela 28. Número médio de cafeeiros em produção por estabelecimento em cinco regiões do Estado de São Paulo: 1931/32 a 1937/38.

ZONAS	1931/32	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 1937/38 (%)
Velha	9.242	9.000	7.084	9.429	+ 2,0
Sul	3.300	3.261	2.640	3.960	+ 20,0
Capital	12.104	9.505	9.710	9.764	- 19,3
Central	24.218	22.813	21.822	19.088	- 21,2
Nova	16.463	18.369	17.198	17.553	+ 6,6
Total	17.694	17.943	16.898	17.611	- 0,5

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

me de capital haviam migrado para o oeste à busca de melhores terras⁽¹⁾. Com a crise, muitos daqueles estabelecimentos remanescentes não resistem e abandonam a atividade ou são absorvidos por outros, fazendo com que o tamanho médio dos que persistiram aumente. Ou seja, são os pequenos que menor capacidade de resistência opõem à crise e desaparecem.

Na Zona Sul o fenômeno é ainda mais acentuado. Nesta região, que praticamente não havia participado do surto cafeeiro, os estabelecimentos produtores eram os menores do estado, mas não se desmembram após a crise. Ao contrário, aumenta seu tamanho em 20,0%, em termos médios. Isto é, aqueles que ficaram após a crise é que aumentaram o seu tamanho. Como vimos anteriormente, houve um decréscimo de quase 40,0% no número de estabelecimentos produtores de café no período nessa região. Esta área foi a que esteve menos diretamente vinculada à acumulação cafeeira, de forma que muitos dos pequenos estabelecimentos de café que aí se formaram não tinham à frente grandes capitalistas (fazendeiros e comerciantes). O aumento do tamanho médio dos cafezais parece indicar, portanto, que aí também os menores devem ter desaparecido ou por abandonarem a atividade ou por um processo de centralização a partir dos estabelecimentos um pouco maiores.

Dessa maneira, o aumento do tamanho médio dos cafezais nessas áreas aponta a fraqueza dos pequenos capitais durante a crise, que tendem a deixar lugar para os maiores, com maior capacidade de suportá-la, ou por disporem de melhores condições técnicas de produção, ou melhores terras, ou maiores recursos financeiros, etc.

(1) Ver Cano (1977: 56).

Nas demais regiões (Capital e Central), as coisas se passam de maneira diversa, havendo uma tendência de decréscimo no tamanho dos cafezais em produção.

Na Zona da Capital, havíamos visto anteriormente que predominavam os estabelecimentos pequenos, com as menores áreas médias do estado (cerca de 25 ha), e no entanto o número de cafeeiros por estabelecimentos revela-se relativamente elevado (cerca de 10.000 pés por estabelecimento). Pode-se concluir, portanto, por uma elevada concentração da produção cafeeira em poucos e grandes estabelecimentos, os quais representavam apenas pouco mais de 10,0% do total de estabelecimentos, como se pode ver na tabela 29.

Na Zona Central mais da metade dos estabelecimentos dedicavam-se ao cultivo do café e também aqui observam-se diminuições no seu tamanho médio (- 21,2%). Nesta área, o que parece ter ocorrido é uma relativa estabilidade dos menores estabelecimentos, paralelamente a uma diminuição naqueles muito grandes. Se bem que o tamanho médio já fosse elevado, foram os maiores que se fracionaram, provavelmente dando lugar a arrendamentos para outras culturas, especialmente algodão; ou então, os novos empreendimentos que haviam se instalado no início da década de 30 (como veremos, há uma expansão de novos cafezais nessa data) já o fizeram em escala menor, embora superior à existente nas regiões mais antigas.

Tabela 29. Proporção de estabelecimentos cafeicultores em relação ao total de estabelecimentos, em cinco regiões do estado de São Paulo: 1931/32 a 1937/38. (porcentagens).

ZONAS	1931/32	34/35	35/36	37/38
Velha	37,2	23,8	21,7	13,3
Sul	18,3	11,1	12,4	8,1
Capital	12,8	12,0	11,0	10,0
Central	62,5	57,9	56,7	53,2
Nova	53,0	50,6	47,2	44,2
Total	39,8	35,0	34,0	31,8

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Na Zona Nova, embora aumentem tanto o número de estabelecimentos cafeicultores como o número médio de cafeeiros por estabelecimento, decresce a sua participação relativa sobre o total de estabelecimentos da Zona. Como se vê, os dois primeiros indicadores refletem a maior resistência desta região à crise, mesmo quando se trata dos próprios estabelecimentos cafeicultores.

Finalmente, a participação relativa dos estabelecimentos cafeicultores no total dos estabelecimentos serve para ilustrar a importância diferenciada da cafeicultura nas várias zonas, e o sentido de sua evolução.

Para o estado como um todo, essa participação cai de 39,8% para 31,8%. Em termos regionais, os grandes decréscimos ocorrem nas Zonas Velha e Sul, de forma que estas duas regiões ficam quase que definitivamente marginais na atividade cafeeira. Nas Zonas Central e Nova, onde ocorriam os maiores valores da relação número de estabelecimentos cafeicultores/número total de estabelecimentos (62,5% e 53,0%, respectivamente), as quedas são menores, mantendo ainda valores expressivos (53,2% e 44,2%). A Zona da Capital exibe uma grande estabilidade quanto a esse aspecto (12,8% para 10,0%) no período.

Vejamos a seguir como se apresenta o dinamismo do cultivo do café nas várias regiões.

Uma característica comum às cinco Zonas é o rápido declínio e desaparecimento de cafezais novos, ainda sem produção. De um lado, era totalmente improvável que num período de violenta crise de superprodução alguém se aventurasse a plantar mais café. De outro, os plantios estavam realmente proibidos desde 1932, de forma que a tendência apresentada pelos cafeeiros novos nas cinco Zonas reflete apenas o óbvio. Os valores absolutos, por seu lado, reforçam a regionalização adotada, mostrando nas Zonas mais dinâmicas (Central e Nova) o grande volume de plantios que se haviam efetuado na passagem da década.

A evolução do número de cafeeiros produzindo já tende a diversificar-se segundo a região: na Zona Velha, o maior decréscimo observado (55,0%); na Zona Nova, um expressivo incremento positivo (mais de 46,0%).

Na Zona Velha, em que a maior parte dos cafezais já estava no final de sua vida produtiva, a diminuição dos cafezais deve estar associada à sua não reposição. Quer dizer, conforme iam envelhecendo, os cafezais eram substituídos por outras culturas. O número de cafeeiros abandonados atinge um total de quase 24 milhões de pés na Zona Velha, nos oito anos que se seguiram à crise. Temos, assim, um grande declínio da cafeicultura na década de 30: os cafeeiros produtivos já vinham se esgotando desde épocas anteriores e praticamente não estavam sendo repostos (a proporção de cafeeiros novos em relação ao total dos cafeeiros produzindo mais os novos era de apenas 11,4% em 1930/31) paralelamente a um crescente abandono de cafezais.

Na Zona Sul, o número de cafeeiros em produção, que já era bastante pequeno, sofre um decréscimo menos acentuado (de 16,3%), em função dos plantios recentes do

Tabela 30. Evolução da cafeicultura em cinco regiões do estado de São Paulo: 1930/31 a 1937/38 (mil pés)

ZONAS	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38
VELHA						
Cafeeiros produzindo	38.322	39.886	40.928	31.913	22.719	17.255
Cafeeiros novos	4.935	4.597	2.544	908	284	--b/
Cafeeiros abandonados ^{a/}	3.493	3.236	2.617	3.319	7.460	3.701
SUL						
Cafeeiros produzindo	16.744	18.667	19.236	17.794	16.246	14.014
Cafeeiros novos	4.592	2.805	2.553	594	452	--
Cafeeiros abandonados	771	1.579	773	764	1.392	1.411
CAPITAL						
Cafeeiros produzindo	54.956	57.980	59.989	57.097	53.677	39.318
Cafeeiros novos	5.332	5.073	3.403	2.206	176	--
Cafeeiros abandonados	1.141	1.384	818	2.524	3.190	5.140
CENTRAL						
Cafeeiros produzindo	689.914	711.394	710.184	676.973	645.572	572.004
Cafeeiros novos	79.532	45.818	23.013	7.795	2.930	--
Cafeeiros abandonados	32.162	32.023	26.512	30.520	32.999	52.688
NOVA						
Cafeeiros produzindo	465.216	610.990	673.700	776.714	752.685	679.947
Cafeeiros novos	229.056	182.106	173.999	36.735	14.022	--
Cafeeiros abandonados	11.406	22.664	28.415	8.447	18.521	17.435
ESTADO						
Cafeeiros produzindo	1.265.152	1.438.916	1.504.035	1.560.490	1.490.900	1.322.538
Cafeeiros novos	323.447	240.399	205.511	48.236	17.865	--
Cafeeiros abandonados	48.973	60.886	59.134	56.280	63.561	80.376

a/ Cafeeiros abandonados ou cortados durante o ano.

b/ O traço aparece na publicação original e não especifica se os valores são desprezíveis ou se há ausência de informações.

FONTE: EAZ (1932 a 1939).

início da década (a proporção de cafeeiros novos sobre o total era de 21,5% em 1930/31). O total de cafeeiros abandonados até 1937/38 atinge cerca de 6,5 milhões de pés, valor bastante significativo se considerado o pequeno peso da cafeicultura nessa região.

A região da Capital apresenta-se intermediária entre as duas anteriores. Os cafezais produtivos decrescem em 28,5% e abandonam-se mais de 14 milhões de cafeeiros nesse período.

A Zona Central exhibe um decréscimo de 17,1% nos cafeeiros produtivos e

os cafezais abandonados atingem cerca de 207 milhões de pés. É interessante observar que até 1935/36 o número de cafeeiros abandonados anualmente mantém-se praticamente inalterado, aumentando significativamente no último ano; o mesmo fenômeno se nota da região da Capital. Possivelmente tal fato se relacione com a maior resistência dessas regiões nos primeiros anos da crise possibilitada por melhores condições da produção do que as zonas Velha e do Sul do estado, tais como fertilidade do solo, tecnificação, etc, operando portanto com um nível maior de produtividade.

Na Zona Nova a dinâmica é bastante diversa, assistindo-se a um acréscimo de 46,2% do número de cafeeiros em produção, decorrente dos recentes plantios que se haviam instalado no início da década. Em 1930/31 os cafeeiros novos representavam 33,0% do total de cafeeiros. Paralelamente, o número de cafeeiros abandonados anualmente mostra-se bem menor se considerado relativamente às outras regiões. Atingem no total 107 milhões de pés aproximadamente.

Em síntese, o declínio da cafeicultura se faz evidente em todo o estado, acentuando-se na segunda metade da década. No entanto, o seu ritmo é menos intenso na Zona Central e na região de expansão da fronteira, onde a atividade cafeeira mantinha ainda uma certa vitalidade, em comparação com as demais regiões. Os reflexos na média geral do estado são assim atenuados, mostrando apenas um acréscimo de 4,5% no número de cafeeiros em produção. O total de cafeeiros abandonados chegou a mais de 350 milhões (369.210 mil).

Vistos esses aspectos gerais da produção cafeeira, é importante estudarmos agora como se apresenta a dimensão dos empreendimentos cafeicultores nas diversas regiões. Isso pode ser feito a partir da distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo o tamanho dos cafezais, de maneira semelhante à que se fez com a posse da terra. Em última instância, teremos uma medida da concentração do capital (representado pelo café) e de sua variação regional.

Considerando inicialmente o total do estado de São Paulo, já se pode constatar imediatamente uma grande semelhança com a distribuição da posse da terra; a grande maioria das explorações pertence aos menores estratos do número de cafeeiros, e nos maiores estratos concentram-se umas poucas explorações. Essa semelhança não é algo tão óbvio, que devesse necessariamente ocorrer. Isto porque, embora a cafeicultura fosse a atividade mais importante do setor agrícola nessa época, somente pouco mais de um terço dos estabelecimentos a ela se dedicavam, conforme os dados apresentados anteriormente.

Poderia acontecer, por exemplo, que os estabelecimentos cafeicultores fossem igualmente grandes ou igualmente pequenos, paralelamente a uma distribuição desigual da área para o total dos estabelecimentos. É evidente, porém, que tal não ocorre. A distribuição

do capital cafeeiro reflete idêntico padrão que o da posse da terra. É bastante desigual e concentrado, como mostram as tabelas 31, 32 e 33.

Tabela 31. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas segundo o número de cafeeiros em produção. Estado de São Paulo, 1931/32 a 1937/38. (números absolutos e porcentagens sobre o total)

Estratos (mil pés)	1931/32		32/33		34/35		35/36		37/38		Variação 1931/32 a 37/38 (%)	
menos de 5	34.343	(42,2)	36.238	(41,9)	35.827	(41,2)	37.674	(42,7)	29.532	(39,3)	-	14,0
5 — 10	18.809	(23,1)	20.281	(23,5)	20.877	(24,0)	20.916	(23,7)	18.624	(24,8)	-	1,0
10 — 20	14.066	(17,3)	14.884	(17,2)	15.384	(17,7)	15.345	(17,4)	13.950	(18,6)	-	0,8
20 — 50	8.794	(10,8)	9.456	(10,9)	9.539	(11,0)	9.146	(10,4)	8.364	(11,1)	-	4,9
50 — 100	3.042	(3,7)	3.263	(3,8)	3.159	(3,6)	3.060	(3,5)	2.799	(3,7)	-	8,0
100 — 250	1.799	(2,2)	1.846	(2,1)	1.783	(2,1)	1.678	(1,9)	1.482	(2,0)	-	17,6
mais de 250	468	(0,6)	480	(0,6)	399	(0,5)	411	(0,5)	348	(0,5)	-	25,6
Total	81.321	(100,0)	86.448	(100,0)	86.968	(100,0)	88.230	(100,0)	75.099	(100,0)	-	7,7

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Quase metade dos estabelecimentos possuíam menos de 5 mil cafeeiros em produção cada um, enquanto que os de mais de 100 mil representavam cerca de 3,0% do total de estabelecimentos. Deve-se registrar que o último estrato (mais de 250 mil pés) foi composto a partir da agregação de três estratos originais (de 250 a 500 mil, de 500 mil a 1 milhão, e de mais de 1 milhão de cafeeiros), de forma que dentro daqueles 3,0% de estabelecimentos existiam, por exemplo, 14 estabelecimentos com mais de 1 milhão de cafeeiros tanto em 1931/32 como em 1937/38.

Nos anos subseqüentes à crise, a participação relativa dos diversos tamanhos de estabelecimentos cafeeiros na distribuição total sofre reduzidas alterações: o decréscimo na participação relativa dos menores que 5 mil pés (de 42,2% para 39,3%) é acompanhado por um aumento nos estabelecimentos de 5 mil a 10 mil (23,1% para 24,8%), de forma que a participação dos pequenos, considerados até 10 mil pés de café, passa de 65,3% para 64,1% em seu conjunto. Da mesma maneira, se considerarmos os estabelecimentos de mais de 50 mil pés, eles passam de uma participação de 6,5% para 6,2% do total de estabelecimentos. Com isso, quem ganham são os estratos intermediários, se bem que todas as mudanças sejam de pequena magnitude.

Isso se reflete nas variações percentuais do número de estabelecimentos em cada estrato, mostrando que os extremos diminuíram mais, enquanto que os estratos intermediários têm a sua participação praticamente estável.

A diminuição verificada no primeiro estrato (-14,0%), provavelmente se deve à exclusão de estabelecimentos muito pequenos que, não tendo possibilidade de resistir à crise, abandonaram a cafeicultura, substituindo-a por outros cultivos comerciais ou envolvendo à subsistência.

Quanto aos estabelecimentos maiores, já vimos que além da substituição do café por outras culturas ou pela pecuária restava ainda a alternativa de alugar (ou mesmo lotear) determinadas frações das propriedades. Dessa forma, a diminuição de 25% nos estabelecimentos de mais de 250 mil cafeeiros não significa necessariamente o seu total desaparecimento, mas sim o seu desaparecimento enquanto estabelecimento único. Fleury (1974: 20) aponta, por exemplo, a importância das propriedades que cultivam algodão em São Paulo em 1949, mas cuja cultura mais importante era o café: o grande proprietário cafeicultor vendia, ou cedia em regime de parceria parte das terras, as menos adequadas ao café, para com isso garantir algum capital e mão-de-obra disponível para o café. Embora a autora faça referência a um período posterior, há evidências de que a parceria e o arrendamento foram práticas bastante comuns no pós-crise⁽¹⁾.

Com isso, alguns grandes estabelecimentos (de mais de 100 mil pés, por exemplo) poderiam fracionar-se em vários estabelecimentos menores, mantendo inclusive as plantas de café. Villela e Suzigan (1975: 187), por exemplo, apontam que a prática de plantio de algodão entre os cafeeiros foi generalizada nos anos trinta. Assim, alguns dos estabelecimentos que se formam à base do arrendamento para algodão poderiam ter mantido ainda por algum tempo parcelas dos antigos cafezais em produção.

Peláez (1972: 66) observa ainda que o Brasil tivera um enfraquecimento de sua vantagem relativa na produção de café devido ao crescente peso da concorrência de outros países, principalmente a Colômbia e a África, que produziam café de alta qualidade à base de pequenas lavouras e com mão-de-obra barata. "Os técnicos cafeeiros de São Paulo observaram esse fato. As grandes plantações eram incapazes de resolver os problemas técnicos da produção de cafés de melhor qualidade. Um grande número delas foi fragmentado em propriedades menores ou simplesmente desapareceram. Os dados agrícolas de São Paulo também confirmam essa mudança. No decorrer da década dos 30, o número de plantações de café aumentou. Grande parte desse aumento correspondeu a culturas de menos de 10 mil cafeeiros. Comparativamente, houve sensível declínio do número de grandes fazendas". Continuando, o autor ressalta a influência da crise como incentivo ao aprimoramento dos métodos de produção, pois durante o programa de sustentação da Depressão, o cafeicultor passara a depender bem mais para a sua sobrevivência da eficiência de sua operação individual.

(1) Ver, entre outro, Garcia (1972).

Fazendo um reparo quanto ao aumento das culturas de menos de 10 mil cafeeiros (como vimos, os que menos diminuíram foram os estabelecimentos de 5 a 20 mil cafeeiros), o argumento de Peláez é sugestivo para mostrar que o fracionamento dos estabelecimentos cafeeiros não se ligava apenas a falências e crises dos grandes fazendeiros do café, mas também a motivos do próprio capital, no sentido de maior racionalização da produção.

Utilizando os dados da tabela 31 e a mesma metodologia já indicada anteriormente para a estimativa dos índices de concentração da posse da terra, podemos fazer um paralelo interessante entre a distribuição da terra e a distribuição da riqueza representada pelos cafezais.

As estimativas basearam-se numa distribuição teórica esperada, tal como foi feito para a distribuição da posse da terra, por meio do ajustamento da função Pareto com dois parâmetros. Para tanto, foi necessário fixar o número médio de cafeeiros do primeiro estrato e isso foi feito considerando um valor de 2.500 pés. Esse valor baseou-se nos dados apresentados por Buescu (1974), que são reproduzidos na tabela 32.

Tabela 32. Estrutura agrária cafeeira. Estado de São Paulo, 1927.

Estratos	(pés)	número de estabelecimentos (%)	cafeeiros (%)	tamanho médio (nº de pés de café)
menos de 5.000 pés		34,4	3,0	2.502
5.000 — 20.000		39,3	15,4	11.079
20.000 — 100.000		20,2	33,4	46.863
100.000 — 500.000		5,8	39,3	192.997
mais de 500.000		0,3	8,9	842.500
Total		100,0	100,0	28.325

Fonte: Buescu (1974: 126).

O autor ressalta que em 1927 mais de 70% dos estabelecimentos estavam abaixo do tamanho médio do setor, possuindo apenas 18,4% do total de cafeeiros enquanto 6,1% dos estabelecimentos detinham 48,2% desse total, ou seja, uma distribuição bastante desigual.

Os resultados encontrados acham-se nas tabelas 33 e 34.

Tabela 33. Estimativa da distribuição do número de cafeeiros entre os estabelecimento cafeicultores. Estado de São Paulo, 1931/32 e 1937/38.

Estratos (mil pés)	1931/32	1937/38
	Porcentagem acumulada do nº de cafeeiros.	
até 5	6,0	5,6
5 — 10	15,1	15,4
10 — 20	28,7	30,0
20 — 50	47,3	49,2
50 — 100	61,8	63,7
100 — 250	80,0	79,9
mais de 250	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: EAZ (1933 e 1939).

Embora exista a diferença de datas, julgamos razoável manter os mesmos 2.500 pés como média do primeiro estrato, principalmente devido à falta de outras informações mais seguras e também à necessidade de manter um valor compreendido no terço médio

do intervalos do estrato, exigido pelo ajustamento estatístico.⁽¹⁾

Em todo o caso, trata-se de estimativas que enriquecem bastante a análise, permitindo delinear um movimento geral da evolução da atividade cafeeira no pós-crise.

Observando a distribuição obtida para os dois anos, podemos de início constatar o seu elevado grau de desigualdade: enquanto mais de 40,0% dos estabelecimentos (de menos de 5.000 pés) possuíam apenas 6,0% do total de cafeeiros, mais da metade desse total concentrava-se em 6,5% dos estabelecimentos (os de mais de 50 mil pés). Da mesma forma, a distribuição decílica da tabela 34 revela que a metade dos estabelecimentos, os de menores tamanhos, detinham menos de 10% dos cafezais, enquanto que os 10% maiores tinham em suas mãos cerca de 60% dos mesmos. Realmente, é um grau de desigualdade do mesmo padrão que o observado para a posse da terra. Além disso, uma grande semelhança marca a evolução nos dois casos: o grau de desigualdade e concentração da posse da terra não se altera praticamente no período, conforme discutido anteriormente, e a estrutura agrária cafeeira apresenta a mesma característica.

O tamanho médio dos cafezais da metade inferior dos estabelecimentos (os 50-) passa de 2.973 cafeeiros em 1931/32 para 3.170 cafeeiros em 1937/38. Por sua vez, 1% dos estabelecimentos (os maiores) consegue, apesar da crise, aumentar o tamanho médio de seus cafezais de 444.127 para 461.398 cafeeiros produtivos.

Tabela 34. Concentração do capital cafeeiro. Estado de São Paulo, 1931/32 e 1937/38 (em termos dos cafezais em produção).

Índice de Gini	1931/32	1937/38
Limite inferior	0,686	0,675
Limite superior	0,713	0,701
Distribuição decílica do nº de cafeeiros (%)		
20-	1,3	1,4
50-	8,4	9,0
10 ⁺	60,7	59,5
5 ⁺	47,9	47,3
1 ⁺	25,1	26,2

Fonte: EAZ (1933 e 1939).

(1) Foram também experimentados os valores 2.250 e 2.750, porém os resultados obtidos foram bastante semelhantes nos três casos.

No período de 1931/32 a 1937/38 há um ligeiro fortalecimento dos estabelecimentos médios, especialmente de 20 mil a 100 mil cafeeiros, mas sem alterar muito a distribuição total. Na verdade, o índice de Gini não se modifica sensivelmente na década.

Deve-se notar que o tamanho médio do primeiro estrato (2.500 pés) foi mantido nos dois anos, da mesma maneira que havíamos feito para a área dos estabelecimentos. Porém, como seria de se esperar que qualquer alteração ocorrida entre as duas datas deveria ter tido o mesmo sentido (devido à estreita correlação entre tamanhos dos cafezais e área dos estabelecimentos), é lícito admitir que as comparações são válidas.

Isso posto, pode-se admitir, com certa margem de segurança, que após a crise de 29, a riqueza representada pelos cafezais não tendeu a desconcentrar-se, e, da mesma forma que a estrutura da posse da terra, manteve sua rigidez tradicional, quando se considera o estado de São Paulo como um todo.

Utilizando ainda a distribuição dos estabelecimentos agrícolas estratificados segundo o número de cafeeiros, vejamos como se deu a evolução nas cinco Zonas em que dividimos o estado.

Na Zona Velha, conforme a tabela 35, a participação relativa dos estabelecimentos segundo o tamanho dos cafezais produtivos apresenta dois movimentos: até 1932/33 a participação dos maiores aumenta, paralelamente a um decréscimo nos menores estratos; a partir de 1934/35 os estabelecimentos de menos de 5.000 cafeeiros tendem a aumentar relativamente ao período anterior, enquanto que os intermediários e grandes diminuem gradativamente sua participação. De 1935/36 para 1937/38 essa tendência muda novamente, porém o resultado final mostra que houve um aumento na participação relativa dos pequenos estabelecimentos, em comparação com 1931/32.

Tabela 35. Distribuição dos estabelecimentos segundo o número de cafeeiros em produção. Zona Velha, 1931/32 a 1937/38. (números absolutos e porcentagens).

Estratos (mil pés)	1931/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 37/38 (%)
menos de 5	2.179 (50,5)	1.597 (47,6)	2.299 (64,8)	2.318 (72,3)	1.105 (60,4)	- 49,3
5 — 10	968 (22,4)	692 (20,6)	598 (16,9)	433 (13,5)	311 (17,0)	- 67,9
10 — 20	636 (14,7)	514 (15,3)	369 (10,4)	246 (7,7)	213 (11,6)	- 66,5
20 — 50	355 (8,2)	381 (11,4)	209 (5,9)	139 (4,3)	157 (8,6)	- 55,8
50 — 100	145 (3,4)	130 (3,9)	55 (1,6)	59 (1,8)	37 (2,0)	- 74,5
mais de 100	33 (0,8)	39 (1,2)	16 (0,5)	12 (0,4)	7 (0,4)	- 78,8
Total	4.316 (100,0)	3.353 (100,0)	3.546 (100,0)	3.207 (100,0)	1.830 (100,0)	- 57,6

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Embora se constate uma variação percentual negativa para todos os tipos de estabelecimentos, a queda no menor estrato é nitidamente inferior aos demais, confirmando a tendência a uma consolidação da pequena produção cafeeira nessa região após a crise, paralelamente a um quase desaparecimento dos grandes latifúndios cafeeiros do passado (após 1931/32 desaparecem todos os cafezais de mais de 500 mil pés).

Esse resultado é coerente com a evolução da estrutura da posse da terra na Zona Velha, que, como vimos, promoveu um maior florestamento dos pequenos estabelecimentos nessa região, comparativamente às demais.

Vale a pena enfatizar novamente que nessa região o café já estava em decadência à época da crise, o que teria facilitado o rápido desaparecimento das grandes propriedades cafeeiras (as de mais de 50 mil pés diminuem em quase 80%), já debilitadas. Em outras palavras, o fracionamento observado na década de 30, tanto na área dos estabelecimentos como no tamanho dos cafezais não foi desencadeado exclusivamente pela crise de 29. Já vinha ocorrendo paulatinamente com o processo de decadência do café e não foi mais que acelerado por ela.

Na Zona Sul, onde a evolução da posse da terra mostrava grande semelhança com a Zona Velha, a estrutura da produção cafeeira ganha novos matizes.

Tabela 36. Distribuição dos estabelecimentos segundo o número de cafeeiros em produção. Zona Sul, 1931/32 a 1937/38. (números absolutos e porcentagens).

Estratos (mil pés)	1931/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Varição 1931/32 a 1937/38 (%)
menos de 5	4.905 (86,7)	4.913 (87,0)	4.866 (89,2)	5.665 (92,0)	3.036 (85,8)	- 38,1
5 - 10	506 (8,9)	490 (8,7)	382 (7,0)	300 (4,9)	363 (10,3)	- 28,3
10 - 20	147 (2,6)	152 (2,7)	119 (2,2)	105 (1,7)	79 (2,2)	- 46,3
20 - 50	66 (1,2)	59 (1,0)	67 (1,2)	65 (1,1)	49 (1,4)	- 25,8
50 - 100	26 (0,5)	24 (0,4)	13 (0,2)	18 (0,3)	11 (0,3)	- 57,7
mais de 100	7 (0,1)	9 (0,1)	10 (0,2)	2 -	1 -	- 85,7
Total	5.657 (100,0)	5.647 (100,0)	5.457 (100,0)	6.155 (100,0)	3.539 (100,0)	- 37,4

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

A primeira diferença diz respeito à clara predominância de estabelecimentos cafeeiros bastante pequenos: em todos os anos, cerca de 85,0% a 90,0% são estabelecimentos com menos de 5 mil cafeeiros. Conseqüentemente, os grandes cafezais são mais ou menos raros na Zona Sul: os de mais de 50 mil pés representam menos de 1,0% dos estabelecimentos.

Além disso, a década de 30 transcorre sem mudanças expressivas nessa estrutura. Salienta-se apenas um ligeiro aumento na participação dos estabelecimentos de menos de 5 mil cafeeiros em 1935/36, provavelmente à custa do fracionamento daqueles do segundo estrato, que nesse mesmo ano passam para 4,9% contra 7,0% do ano anterior. Logo a seguir, em 1937/38, volta-se entretanto quase que à mesma situação anterior, de modo que entre o primeiro e o último ano as variações são pequenas.

Todos os tipos de estabelecimentos sofrem uma redução de número, sendo que os mais atingidos são os maiores, de forma a deixar mais nítida a tendência ao predomínio da pequena produção na Zona Sul.

A Zona da Capital mostra uma situação intermediária entre as duas anteriores, apresentando uma estabilidade ainda maior na estrutura agrária cafeeira. É interessante notar que a despeito da quase exclusividade dos pequenos estabelecimentos (em termos da área), como anteriormente verificado, a participação relativa dos estabelecimentos de menos de 5 mil cafeeiros é menor que a observada na Zona Sul. Disso se infere que a maior parcela dos pequenos estabelecimentos da Zona da Capital devia se dedicar a outras atividades (provavelmente hortifrutícolas), enquanto que a atividade cafeeira desenvolvia-se em estabelecimentos já um pouco maiores.

Mesmo o número absoluto de grandes estabelecimentos na Zona da Capital é bastante superior ao da Zona Sul, existindo inclusive estabelecimentos de mais de 250 mil pés que resistem durante todo o período, diferentemente do observado na Zona anterior.

Tabela 37. Distribuição dos estabelecimentos segundo o número de cafeeiros em produção. Zona da Capital, 1931/32 a 1937/38 (números absolutos e porcentagens).

Estratos (mil pés)	1931/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 37/38 (%)
menos de 5	3.360 (70,1)	3.559 (65,4)	4.110 (68,4)	3.808 (68,9)	2.767 (68,7)	- 17,6
5 — 10	694 (14,5)	835 (15,3)	834 (13,9)	822 (14,9)	605 (15,0)	- 12,8
10 — 20	313 (6,5)	459 (8,4)	490 (8,2)	442 (8,0)	316 (7,8)	+ 1,0
20 — 50	246 (5,1)	379 (7,0)	365 (6,1)	284 (5,1)	220 (5,5)	- 10,6
50 — 100	106 (2,2)	141 (2,6)	145 (2,4)	107 (1,9)	83 (2,1)	- 21,7
mais de 100	71 (1,5)	67 (1,2)	63 (1,0)	65 (1,2)	36 (0,9)	- 49,3
Total	4.790 (100,0)	5.440 (100,0)	6.007 (100,0)	5.528 (100,0)	4.027 (100,0)	- 15,9

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Quanto à variação entre os anos extremos, constata-se o maior decréscimo no número de estabelecimentos de mais de 100 mil cafeeiros (quase 50,0%) enquanto que nos menores estratos e nos intermediários as variações chegam no máximo a cerca de 20,0%.

Menor variação ainda ocorre na Zona Central, embora a distribuição apresente características diferentes das regiões anteriores.

Tabela 38. Distribuição dos estabelecimentos segundo o número de cafeeiros em produção. Zona Central, 1931/32 a 1937/38 (números absolutos e porcentagens).

Estratos (mil pés)	1931/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 37/38 (%)
menos de 5	11.410 (38,8)	11.958 (40,0)	11.690 (39,4)	12.034 (40,7)	10.899 (40,4)	- 4,5
5 — 10	6.356 (21,6)	6.493 (21,7)	6.638 (22,4)	6.627 (22,4)	6.123 (22,7)	- 3,7
10 — 20	5.005 (17,0)	4.954 (16,6)	5.021 (16,9)	4.896 (16,5)	4.549 (16,9)	- 9,1
20 — 50	3.603 (12,3)	3.569 (11,9)	3.482 (11,7)	3.338 (11,3)	3.026 (11,2)	- 16,0
50 — 100	1.569 (5,3)	1.580 (5,3)	1.528 (5,1)	1.485 (5,0)	1.336 (5,0)	- 14,9
mais de 100	1.432 (4,9)	1.368 (4,6)	1.316 (4,4)	1.204 (4,0)	1.033 (3,8)	- 27,9
Total	29.375 (100,0)	29.922 (100,0)	29.675 (100,0)	29.584 (100,0)	26.966 (100,0)	- 8,2

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Pode-se registrar aqui uma participação mais elevada dos grandes estabelecimentos cafeeiros, que, mesmo sofrendo um ligeiro processo de desagregação no período, mantêm-se bastante acima das outras três regiões analisadas.

A maior variação observada é no último estrato em que de 1.432 estabelecimentos passa-se para um total de 1.033, ou seja, diminuem em 27,9% esses maiores estabelecimentos. Nos demais tipos ocorrem variações bem menos expressivas, especialmente nos menores estratos, de forma a revelar grande estabilidade na distribuição durante o período e em comparação com as regiões Velha, Sul e da Capital.

Finalmente, na Zona Nova, constatamos uma certa semelhança com a Zona Central: a participação dos menores estabelecimentos é menor, e ganham destaque os estabelecimentos dos tipos intermediários, e não aqueles muito grandes, como mostra a tabela 39.

Tabela 39. Distribuição dos estabelecimentos segundo o número de cafeeiros em produção. Zona Nova, 1931/32 a 1937/38. (números absolutos e porcentagens).

Estratos (mil pés)	1931/32	34/35	35/36	37/38	Variação 1931/32 a 1937/38 (%)
menos de 5	12.419 (33,5)	12.862 (30,3)	13.849 (31,7)	11.725 (30,3)	- 5,6
5 — 10	10.285 (27,7)	12.425 (29,4)	12.734 (29,1)	11.222 (30,0)	+ 9,1
10 — 20	7.965 (21,5)	9.385 (22,2)	9.656 (22,1)	8.793 (22,7)	+ 10,4
20 — 50	4.524 (12,2)	5.416 (12,8)	5.320 (12,2)	4.912 (12,7)	+ 8,6
50 — 100	1.196 (3,2)	1.418 (3,4)	1.391 (3,2)	1.332 (3,4)	+ 11,4
mais de 100	724 (2,0)	777 (1,8)	806 (1,8)	753 (1,9)	+ 4,0
Total	37.113 (100,0)	42.283 (100,0)	43.756 (100,0)	38.737 (100,0)	+ 4,4

Fonte: EAZ (1933 a 1939).

Podemos notar que os estratos intermediários, de 5 mil a 50 mil pés, possuem uma participação expressiva (quase 60,0%) comparativamente às demais regiões. Por outro lado, os menores (de menos de 5 mil pés) exibem menor participação (cerca de 30%) na Zona Nova do que em todas as outras regiões. Essas participações relativas evoluem num sentido favorável aos tamanhos intermediários, em ligeiro detrimento do estrato inferior e do superior.

Quanto à variação nos números absolutos, o mesmo fenômeno se revela: as maiores variações positivas ocorrem nos estratos intermediários, ficando os extremos em situação de desvantagem. O menor estrato chega inclusive a diminuir em termos absolutos (- 5,6%).

É possível que esse fortalecimento dos tamanhos intermediários se deva ao ajustamento técnico a que se referia Peláez (1972: 66), com o objetivo de racionalizar a produção, especialmente em se tratando das áreas mais novas do estado, onde a cultura se desenvolvia em moldes mais empresariais.

Sintetizando, podemos observar uma espécie de "continuum" na estrutura agrária cafeeira entre as cinco regiões: à medida que se caminha da região mais velha para o oeste do estado a capacidade de resistência dessa estrutura à crise parece aumentar. Os indicadores que permitiram essa conclusão podem ser assim arrolados:

- a) a produção de café no período, que teve as maiores quedas nas regiões já decadentes, chegando a crescer na Zona Nova;
- b) a evolução do número de estabelecimentos cafeicultores, que obedece ao mesmo padrão acima referido;
- c) a evolução da proporção de estabelecimentos cafeicultores, mostrando o mesmo resultado;
- d) a evolução da distribuição dos estabelecimentos cafeeiros segundo o tamanho dos cafezais, que mostrou uma estabilidade crescente nas regiões à medida que se caminhava para o oeste, ou seja, quanto mais nova a área com relação à expansão cafeeira.

Dessa forma, a crise atinge cada região diferencialmente, em termos de seus efeitos, em função de como se inseria cada uma delas no ciclo da expansão do café.

6.2. ALGODÃO

Conforme já foi destacado anteriormente, a cotonicultura foi a atividade agrícola mais dinâmica no pós- crise, devido à conjunção favorável de diversos fatores tanto de origem interna como externa.

Até os anos trinta a cultura algodoeira em São Paulo desenvolvia-se quase que exclusivamente em função do mercado interno do estado, principalmente as indústrias têxteis que se formavam e cresciam em ritmo cada vez mais rápido. Após a grande geada de 1918 a cultura se expande, aproveitando as condições favoráveis do mercado internacional, substituindo em muitos lugares a lavoura cafeeira, porém sem modificar o quadro dos sistemas de cultivo bastante atrasados.

O grande avanço ocorre após 1930, concorrendo para isso os fatores anteriormente arrolados: a crise da cafeicultura, o progresso da técnica (destacando-se a atuação do Instituto Agrônomo de Campinas), a maior eficiência da comercialização promovida pela Bolsa de Mercadorias de São Paulo e a demanda (interna e externa) favorável ao produto.

Em termos da exportação, o avanço se dá a partir mais especificamente de 1933, como mostram os dados da tabela 40.

Tabela 40. Exportação geral de algodão de São Paulo e do café paulista para os Estados Unidos, em milhares de dólares.

Anos	Algodão	Café
1928	---	185.000
1929	1.500	162.000
1930	---	100.000
1931	---	78.000
1932	---	54.000
1933	2.000	74.000
1934	20.000	87.000
1935	21.000	70.000
1936	40.000	74.000
1937	45.000	69.500

Fonte: Dantas (1938: 171).

Em todas as regiões do estado a produção de algodão aumenta espetacularmente na década de 30., com mais vigor entretanto depois de 1933, como se constata pela tabela 41.

Na Zona Velha a produção praticamente tem início depois de 1933, mas em ritmo acelerado. A Zona Sul é a que apresenta a evolução mais paulatina da produção, embora 445,3% em sete anos já seja um crescimento bastante intenso.

A situação nas Zonas Central e Nova é a mais dinâmica, apresentando um incremento de cerca de 3.000% a mais de 4.000% no volume produzido.

Tabela 41. Produção de algodão em caroço em cinco regiões do estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38 (toneladas).

Zonas	30/31	31/32	32/33 a/	34/35	35/36	37/38	Variação 1930/31 a 37/38 (%) (Exceto Z. Velha)
Velha	-	-	6	213	3.838	2.181	+ 923,9
Sul	9.849	17.595	28.006	45.793	52.047	53.709	+ 445,3
Capital	626	1.887	599	2.558	5.712	9.556	+ 1.426,5
Central	8.108	17.767	32.217	114.557	180.237	241.259	+ 2.875,6
Nova	8.700	31.878	-	113.669	225.885	373.827	+ 4.196,9
Total	27.283	69.127	-	276.789	467.719	680.532	+ 2.394,3

a/ Os dados de 1932/33 foram excluídos para a Zona Nova e para o total por causa de erro no 9º DISTRITO. (ver seção 4.1).

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Enfim, em todo o estado a cotonicultura expande-se vigorosamente na década, com mais intensidade nas Zonas Central e Nova, justamente as que estavam mais relacionadas com a acumulação cafeeira nesse período.

Essa constatação suscita logo a pergunta: o algodão substituiu o café em todas as regiões?

Embora não dispondo de elementos precisos para respondê-la, é possível levantar pelo menos algumas pistas sugeridas pelos dados disponíveis. Para isso podemos estabelecer algumas relações entre as produções de café e de algodão, nas diversas regiões. Inicialmente, apresentamos a tabela 42, que mostra como evoluíram as duas culturas no período.

Essas informações, reconhecidamente precárias para se afirmar sobre uma

Tabela 42. Evolução das áreas cultivadas com: café e algodão em: cinco regiões do estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38 (hectares).

	Zona Velha		Zona Zul		Zona Capital		Zona Central		Zona Nova		Total
	Café	Algodão	Café	Algodão	Café	Algodão	Café	Algodão	Café	Algodão	
1930/31	49.496		26.809	14.043	66.267	1.075	974.311	13.588	971.076	12.923	2.087.958
1931/32	45.929		28.118	27.571	79.330	3.054	1.022.450	27.898	1.075.712	45.949	2.251.540
1932/33	49.145	19	27.665	45.491	76.840	1.037	959.910	43.383	-	-	-
1934/35	39.025	283	22.949	74.471	76.083	4.379	958.642	179.794	1.145.391	156.313	2.176.749
1935/36	27.111	4.431	20.430	77.261	66.185	9.334	821.288	265.769	972.668	293.536	1.907.679
1937/38	21.209	3.565	16.156	84.129	48.272	14.567	710.950	341.048	849.522	391.016	1.646.109
											960.615

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

possível substituição do café pelo algodão, sugerem, pelo menos em alguns casos, que a terra não teria sido um fator limitante à expansão algodoeira.

Em outras palavras, teria sido possível o aumento da área cultivada com algodão sem detrimento do café, pelo menos em três regiões: na Zona Velha, porque a área ocupada pelo algodão ao final do período (3.565 ha) não representa mais do que 12,6% da área abandonada pelo café (28.287 ha) no mesmo período; assim, o ritmo do declínio da cafeicultura foi muito mais intenso que o da expansão algodoeira, tomando a aparência de fenômenos até certo ponto "independentes", embora paralelos. Na Zona Nova, muito provavelmente teve maior peso a ocupação de terras novas com o cultivo do algodão do que as terras abandonadas pelo café. Isso porque a redução na área de café (121.554 ha) não seria suficiente para cobrir o aumento da área com algodão (378.093 ha), ou seja, no mínimo 256.539 hectares de terras adicionais (não cultivadas anteriormente com café) foram ocupados pelo algodão.

Na Zona Sul ocorre fenômeno semelhante, pois embora a área dedicada à cafeicultura sofra uma diminuição de 10.653 ha, a área ocupada pelo algodão aumenta 70.086 ha, no mesmo período.

Vemos então que a expansão algodoeira, embora possa ter absorvido áreas antigas de café, valeu-se de áreas adicionais várias vezes maiores que as áreas deixadas pelo café, nessas três regiões.

Na Zona Central o fenômeno já não é tão nítido: o acréscimo na área cultivada com algodão (327.460 ha) é somente um pouco maior que o decréscimo na área de café (263.361 ha). Lembrando que a área total ocupada pelos estabelecimentos aumenta apenas 101.446 ha, ou a área cultivada total apenas 25.077 ha, para a Zona Central no período considerado, é razoável concluir que nesta região teria ocorrido uma transferência do recurso terra do café para o algodão.

Finalmente, na Zona da Capital o processo é mais difuso ainda: a área deixada pelo café (17.995 ha) seria suficiente para cobrir o acréscimo da área com algodão (13.522 ha). Por outro lado, não são ocupadas novas áreas nessa região, embora a área total cultivada sofra um acréscimo de mais de 30.000 hectares nesse período. Com isso, tanto o algodão poderia ter substituído o café, como poderia ter ocupado parte daquelas novas terras postas em cultivo.

Considerando o total do estado podemos constatar que pelo menos 477.134 hectares de terras não ocupadas anteriormente com café deveriam ser adicionados aos 441.849 hectares abandonados por essa cultura para cobrir o aumento da área cultivada com

algodão, e isso se todas as áreas deixadas pelo café se transferissem para o algodão.

Lembrando ainda que a área total ocupada pelos estabelecimentos agrícolas em 1937/38 era cerca de 17 milhões de hectares, dos quais menos de 5 milhões cultivados, pode-se concluir que, pelo menos em princípio, a expansão algodoeira em São Paulo, na década de 30, não dependeu exclusivamente da transferência das terras anteriormente utilizadas na cafeicultura, mas pareceu adquirir dinamismo próprio, ultrapassando os limites delimitados pelo café.

Cumpramos reforçar que não estamos concluindo que o algodão não possa ter ocupado efetivamente as áreas deixadas pelo café, e, sim, que estas não teriam sido suficientes para a expansão verificada, de modo a não ter constituído a terra uma limitação ao surto algodoeiro.

Para uma conclusão mais completa acerca das transferências de recursos da cafeicultura para a atividade algodoeira haveria ainda que analisar o papel do capital e da mão-de-obra nesse processo, para o que não dispomos de informações nas fontes de dados utilizadas. Fica todavia sugerida a necessidade de maiores estudos regionais para relativizar certas afirmações correntes deduzidas a partir de informações genéricas, que muitas vezes encobrem a real magnitude dos processos econômicos.

Para finalizar esta rápida colocação sobre o desenvolvimento da cotonicultura paulista na década de 30, é interessante observar a evolução do setor industrial ligado a essa atividade. A tabela 43 mostra como evolui o número de máquinas descaroçadoras de algodão no estado, de 1931 a 1937/38.

Tabela 43. Número de descaroçadores de algodão no estado de São Paulo, 1931 a 1937/38.

Zonas	1931	1932	1933	1935	1935/36	1937/38
Velha	1	-	-	-	3	3
Sul	33	36	38	58	61	36
Capital	4	4	5	10	25	10
Central	16	22	31	109	147	117
Nova	12	21	29	101	144	124
Total	66	83	103	278	380	290

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Considerando o último ano da série com certa restrição, pois é improvável que o número total de máquinas sofresse diminuição de tal ordem (de 380 para 290), podemos constatar o peso cada vez maior das Zonas Central e Nova, que de 42,0% do número total em 1931 passam a deter 77,0% em 1935/36 ou 83,0% em 1937/38. Paralelamente, diminui a participação relativa da Zona Sul de 50,0% em 1931 para 12,0% em 1937/38. Mesmo assim, a Zona Sul continua ocupando a terceira posição em 1937/38, constituindo a indústria têxtil, até hoje, uma das mais importantes atividades da região (ver Fleury, 1974: 40).

Dessa forma, diríamos que o capital industrial ligado à expansão algodoeira (considerando somente as máquinas descaroçadoras) tendeu a fortalecer-se e concentrar-se nas Zonas Central e Nova, de um lado aproveitando-se das melhores condições apresentadas pelas regiões do ponto de vista do fornecimento de matéria-prima e, de outro, imprimindo maior vigor e estabilidade à exploração algodoeira durante o pós-crise nessas áreas. Como se verá mais adiante, o mesmo fenômeno ocorre com as usinas de açúcar, de forma também a acelerar a retomada do ritmo de crescimento no pós-crise nessas regiões, principalmente ao dar início ao desenvolvimento de todo um parque industrial voltado para a instalação e manutenção das usinas.

6.3 ALIMENTOS

Já havíamos argumentado que, para o estado de São Paulo como um todo, diversos autores concluíram que a propalada diversificação da agricultura no pós-crise não parece, na verdade, desviar-se de uma tendência histórica que já vinha sendo observada. Ou seja, não parece ter o efeito admirável que muitos lhe atribuem. Outrossim, ressaltam que a expansão da agricultura de alimentos não deve ser encarada unicamente como função das crises da cafeicultura.

Neste tópico gostaria de abordar alguns aspectos gerais ligados à produção de alimentos nas cinco regiões do estado no período que sucede a crise. Infelizmente os dados disponíveis reduzem-se aos volumes produzidos, não possibilitando inferir sobre as formas de produção nem sobre as relações de produção envolvidas.

De qualquer forma, é uma informação a mais no sentido de estudar a agricultura paulista na década de 30.

Iniciando pela Zona Velha, a tabela 44 mostra como evoluem as principais culturas alimentícias e os rebanhos bovino e suíno na década. Devemos esclarecer que

os bovinos incluem os animais de criação, trabalho e engorda, e tanto os bovinos quanto os suínos englobam animais de ambos os sexos e diferentes idades.

Pode-se constatar claramente que, se houve uma tendência à expansão da produção de alimentos na década de 30, ela se apresenta muito tênue, sendo que a magnitude das variações positivas entre os anos extremos é bem pouco expressiva. Apenas um certo desta-

Tabela 44. Produção agrícola, Zona Velha, 1930/31 a 1937/38.

Produtos	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Variação (%) 1930/31 a 1937/38.
Arroz (mil sc)	866	1.804	1.475	744	526	649	- 25,1
Feijão (mil sc)	265	382	290	328	268	536	+ 102,3
Milho (mil sc)	1.231	2.896	2.031	1.013	857	1.194	- 3,0
Batatas (t)	921	3.420	3.310	15.373	10.323	6.221	+ 575,5
Açúcar (t)	443	3.721	646	2.966	3.072	417	- 5,9
Bovinos (mil)	234	286	365	427	408	346	+ 47,9
Suínos (mil)	170	186	326	270	216	179	+ 5,3

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

que registra-se na produção de batatas, que aumenta mais de seis vezes nos sete anos analisados. Para o arroz, milho e açúcar a variação é negativa, porém apenas no caso do arroz e do milho é possível perceber uma tendência decrescente a partir de 1931/32. O açúcar apresenta uma produção muito instável ano a ano para que se possa afirmar qualquer tendência mais precisa.

É interessante notar que a produção de feijão e a pecuária (provavelmente leiteira) já tendem a crescer nessa década, constituindo até hoje duas importantes atividades agrícolas no Vale do Paraíba.

Na Zona Sul, excetuando-se o milho, que decresce menos de 5,0% no período, e o açúcar, para qual a tendência não é muito definida, os demais produtos experimentam uma tendência crescente no período. No entanto, não se está na presença de grandes saltos na produção após 1930; pelo contrário, os acréscimos são relativamente modestos, destacando-se apenas a bovinocultura, cujo rebanho aumenta 46,5% no período, e a produção de batatas, que cresce quase no mesmo ritmo, como se verifica pela tabela 45.

Podemos lembrar que boa parte da Zona Sul constitui-se de solos pobres,

Tabela 45. Produção agrícola, Zona Sul, 1930/31 a 1937/38.

Produtos	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Varição (%) 1930/31 a 1937/38
Arroz (sc)	733	817	964	1.121	734	870	+ 18,7
Feijão (mil sc)	285	342	418	425	356	327	+ 14,7
Milho (mil sc)	3.185	3.524	3.813	3.939	2.866	3.053	- 4,1
Batatas (t)	5.760	7.080	9.859	7.619	12.087	8.418	+ 46,2
Açúcar (t)	1.932	1.765	1.346	1.471	1.494	484	- 74,9
Bovinos (mil)	159	174	206	230	206	233	+ 46,5
Suínos (mil)	424	536	669	496	463	464	+ 9,4

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

os “campos cerrados”, de forma que a pecuária tornou-se uma atividade importante, especialmente nas regiões próximas a Itapetininga: “Com efeito, através de toda a história econômica do Município, é a pecuária sua atividade mais característica, em vista da predominância dos campos. Devastadas as matas e capoeiras, depois de alguns anos de cultivo, o destino das ‘terras de cultura’ sempre tem sido a incorporação periódica ou definitiva à vasta extensão das pastagens ou invernadas” (Nogueira, 1962: 150).

A Zona da Capital mostra um quadro de quase decadência da agricultura: a maioria dos produtos mostra-se em declínio, a bovinocultura aumenta cerca de 30,0% e apenas o arroz e o milho experimentam modestos acréscimos (51,6% e 30,5%, respectivamente). Poder-se-ia argumentar que se tivesse desenvolvido nessa região uma atividade hortigranjeira visando ao abastecimento dos grandes centros urbanos, e também da fruticultura, em função de uma possível diferenciação do consumo nas grandes cidades, já que a produção de alimentos tradicionais não apresenta grande impulso no período. No entanto, a produção de uvas nessa Zona cresce 38,0% entre 1930/31 a 1937/38; a produção de aves diminui cerca de 3,0%; a de laranja diminui 5,0%; a de peras diminui 45,0%; e para várias outras frutíferas ocorre o mesmo fenômeno, ou seja, uma estagnação praticamente generalizada das atividades agrícolas nessa década.

É possível que o fenômeno analisado por Queda et alii (1977), mostrando

Tabela 46. Produção agrícola, Zona da Capital, 1930/31 a 1937/38.

Produtos	1930/31	31/32	32/33	34/35	35/36	37/38	Variação (%) 1930/31 a 1937/38
Arroz (mil sc)	186	220	180	293	202	282	+ 51,6
Feijão (mil sc)	476	529	433	544	392	397	- 16,6
Milho (mil sc)	1.723	2.272	2.201	2.325	1.800	2.249	+ 30,5
Batatas (t)	100.072	101.012	92.284	67.126	48.242	12.822	- 87,2
Açúcar (t)	833	1.312	330	96	134	57	- 93,2
Bovinos (mil)	122	145	177	179	169	158	+ 29,5
Suínos (mil)	310	343	401	339	330	282	- 9,0

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

a grande dependência dos estados mais urbanizados (São Paulo e Rio de Janeiro) quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios provenientes de outras regiões, já se manifestasse, em outra escala, desde os primórdios da urbanização acelerada em São Paulo, fazendo com que nas regiões mais próximas à capital já se revelasse tal dependência.

Não é muito diferente a situação da Zona Central, que retrata uma grande

estabilidade para os sete produtos, como mostra a tabela 47.

Em sete anos não há uma variação total maior do que 45,0% em qualquer das culturas alimentícias e nos rebanhos, inclusive sem alterações bruscas nos anos intermediários, mesmo numa região de grande dinamismo econômico como era a Zona Central.

Finalmente, a Zona Nova é a única em que há uma evolução favorável para quase todos os produtos (a única exceção é o feijão, cuja produção diminui cerca de 10,0% no período), embora o crescimento mostre-se lento e nem de longe comparável à vigorosa expansão da cafeicultura e do algodão nessa Zona.

Tabela 47. Produção agrícola, Zona Central, 1930/31 a 1937/38.

Produtos	1930/31	31/32	32/33	34/35	36/37	37/38	Variação (%) 1930/31 a 1937/38.
Arroz (mil sc)	2.202	2.597	2.231	2.459	1.608	2.140	- 2,8
Feijão (mil sc)	1.022	1.222	1.217	927	870	714	- 30,1
Milho (mil sc)	6.126	7.259	7.129	6.378	5.934	6.554	+ 7,0
Batatas (t)	31.271	55.712	34.228	36.075	35.190	32.269	+ 3,2
Açúcar (t)	5.761	4.746	4.993	8.539	10.220	7.518	+ 30,5
Bovinos (mil)	951	989	1.077	1.271	1.399	1.379	+ 45,0
Suínos (mil)	976	1.093	1.352	1.271	1.169	961	- 1,5

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

O estado como um todo nada mais mostra que um reflexo do ocorrido nas cinco regiões: uma estabilidade muito grande da produção das cinco culturas e dos rebanhos bovino e suíno na década de 30. As variações, tanto positivas quanto negativas, apresentam valores pequenos: a produção de arroz cresce 24,0% nos sete anos, a de milho 26,0%, a pecuária bovina aumenta bastante (67,0%) e a suinocultura cresce 13,0%. Já o feijão, batata e açúcar têm a produção diminuída em 6,0%, 44,0% e 2,0%, respectivamente. Se levarmos em conta que houve um crescimento populacional de aproximadamente 17,0% nesse período⁽¹⁾, podemos concluir que a produção de alimentos mal conseguiu acompanhar esse crescimento e,

(1) Segundo o IBGE (1954), a população presente era 4.592.188 pessoas em 1920 e 7.180.316 em 1940, o que dá uma taxa média de crescimento anual de 2,26%.

em alguns casos, a produção **per capita** tendeu a diminuir.

Tabela 48. Produção Agrícola, Zona Nova, 1930/31 a 1937/38.

Produtos	1930/31	31/32	34/35	35/36	37/38	Variação (%) 1930/31 a 1937/38.
Arroz (mil sc)	3.579	5.638	5.898	4.450	5.413	+ 51,2
Feijão (mil sc)	1.305	1.589	1.281	1.174	1.178	- 9,7
Milho (mil sc)	6.261	10.574	9.095	7.894	10.259	+ 63,9
Batatas (t)	6.339	11.768	11.364	9.204	21.790	+ 243,8
Açúcar (t)	526	1.602	1.622	1.326	825	+ 56,8
Bovinos (mil)	627	747	1.320	1.203	1.368	+ 118,2
Suínos (mil)	1.144	1.818	1.881	1.632	1.530	+ 33,7

Fonte: EAZ (1932 a 1939).

Tabela 49. Evolução da produção agrícola no estado de São Paulo, 1930/31 a 1937/38.
(Índices, 1930/31 = 100)

Produtos	1930/31	31/32	34/35	35/36	37/38
Arroz	100	146	139	99	124
Feijão	100	121	105	91	94
Milho	100	143	123	104	126
Batatas	100	124	95	80	56
Açúcar	100	138	155	171	98
Bovinos	100	112	164	162	167
Suínos	100	131	141	126	113

Fonte: Tabelas 44 a 48.

Essas constatações conduzem, se não a uma conclusão definitiva, ao menos à necessidade de repensar algumas colocações correntes entre os estudiosos da economia paulista do pós-crise, que enfatizam a vinculação entre o desenvolvimento de uma policultura de alimentos em ritmo acelerado e a crise da cafeicultura que se instaura a partir de 1929.

Em outras palavras, não é durante a crise que se “forma” um mercado produtor de alimentos básicos. Nem creio que se possa falar em um momento determinado no qual o mercado de alimentos teria sido criado. Pelo contrário, ele paulatinamente gesta-se e desenvolve-se em todo o ciclo cafeeiro, tanto nos auge como nas crises, e tanto nas zonas velhas

como nas regiões novas, principalmente devido às formas de organização do trabalho que sustentaram a expansão cafeeira em São Paulo, e que vieram suprir a inexistência de um mercado de trabalho após a abolição da escravidão.

De acordo com Brant (1977: 50-51), “como o desenvolvimento do mercado de bens de subsistência e o desenvolvimento do mercado de trabalho são processos associados, o funcionamento da monocultura cafeeira em área previamente despovoada implicava em encontrar sucedâneo para ambos os pressupostos da produção capitalista. A solução mais frequente foi de associar a instalação dos trabalhadores, como moradores, nas próprias unidades produtivas com a inserção, nos interstícios das grandes plantações comerciais, da produção de mantimentos”.

Dessa maneira, o colonato e a parceria, por exemplo, vinham de encontro às necessidades básicas de funcionamento da economia cafeeira. Mas essa produção de mantimentos assim desenvolvida, embora componente fundamental da subsistência das famílias trabalhadoras envolvidas, não era exclusivamente aí consumida. Eventuais excedentes eram vendidos às zonas urbanas em expansão.

“À medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização - decorrente de atividades afins, do comércio, da indústria, etc. - o sistema reclama, também, a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira, operando com seus próprios recursos físicos. Esta modalidade agrícola cresceu mais dinamicamente após 1900, período em que a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos urbanos paulistas se torna evidente”. (Cano, 1977: 60-61).

Este autor alinha ainda, como fatores importantes à expansão da produção de alimentos independente da produção cafeeira: o protecionismo estabelecido a partir de 1905 (Lei 1452 - de 30/12/1905), com a instituição de taxas de importação sobre produtos alimentícios, e a importância da imigração japonesa (a partir de 1908), esta responsável em muitas áreas pela diversificação da agricultura.

Além desses pontos, já havíamos ressaltado também que as formas temporárias de acesso a terra (como o arrendamento e parceria) eram utilizadas nas épocas de crise como meio de dividir “riscos” e manter intocada a propriedade da terra. É sabido que a elas normalmente se associa uma pequena produção de alimentos, seja para autoconsumo, seja destinada ao mercado.

Desse modo, a crise de 29 não parece ter surtido qualquer “efeito espe-

cial” na configuração de um mercado interno de alimentos. Outrossim, uma das pré-condições para a ampliação da agricultura de alimentos em moldes mais avançados, que seria a fragmentação da propriedade da terra (o “mecanismo conversor do uso da terra e transferidor da propriedade”, como o chamou Cano), não se fez presente no pós-crise com grande intensidade, como pudemos constatar nos capítulos precedentes.

Nesse sentido acredito que a interpretação de Martins (1975) sobre como se organiza e se reproduz o “mundo caipira”, é uma pista extremamente rica para ajudar a entender a produção de alimentos. Nas palavras do autor, as relações pelas quais concretamente se determina o mundo caipira “são diversas das típicas relações de mercado porque a mercadoria da sociedade caipira é o excedente e a sua economia é a economia do excedente, que engendra a sociedade e a cultura do excedente. (...) O excedente gera um universo flexível de absorção de crises, irregularidades e tensões e é essa característica da sociedade caipira que responde por uma forma inusitada de acumulação de capital no meio urbano (...)

“Nessas condições, a institucionalização das relações de comercialização do excedente faz-se de forma que o mundo caipira não se desorganize necessariamente nem quando há uma crise econômica no conjunto da sociedade (como a de 1929 e suas consequências durante quase toda a década de 30) nem quando há uma conjuntura favorável no mercado de produtos agropecuários” (Martins, 1975: 106).

O argumento torna-se sugestivo na medida em que se sabe que neste País a produção de alimentos esteve quase sempre ligada à pequena produção⁽¹⁾ (aos pequenos proprietários, colonos, agregados, pequenos arrendatários, parceiros, posseiros, etc.), e quase nunca dominada diretamente pelo grande capital.

Dessa forma, a grande estabilidade observada na produção dos principais alimentos, em contraposição às grandes transformações ocorridas nas produções cafeeira e algodoeira, pode estar diretamente vinculada com as duas formas diferenciadas da produção: a pequena agricultura do excedente⁽²⁾, responsável pelos alimentos para o mercado interno (especialmente os operários urbanos da indústria que se consolidava e a população expulsa do campo após a crise) e a grande produção comercial, responsável pelo dinamismo das exportações, dirigida e dominada pelo grande capital.

(1) Ver entre outros, Queda et alii (1977) e Graziano da Silva, coord. (1978).

(2) É bom deixar aqui explícito que o conceito de excedente que está sendo utilizado não deve ser confundido com “aquilo que sobra do consumo”, e que é comercializado, o que poderia sugerir que o pequeno produtor teria aí um fundo potencial de acumulação. Estou entendendo o excedente como produto não só do sobretrabalho mas em parte também do trabalho necessário, no sentido de que a comercialização de uma parte (cada vez maior) da produção é necessária para garantir a sobrevivência e a reprodução do pequeno produtor, devido às condições que lhes são impostas pelas diferentes formas pelas quais se subordina ao capital (por exemplo, via oligopsonias, cooperativas, etc.).

Como pudemos constatar, o impacto da crise na estrutura agrária e na produção agrícola paulista não trouxe modificações tão profundas a ponto de transformar a estrutura da posse da terra ou o dinamismo da produção para mercado interno.

Para complementar a análise, apresenta-se a seguir a distribuição regional da produção agrícola e pecuária em 1930/31 e 1937/38, segundo a participação relativa de cada uma das Zonas estudadas.

Como veremos, a dinâmica da produção agrícola regionalmente também não sofre grandes alterações no período.

As tabelas 50 e 51 mostram a participação percentual das cinco Zonas na produção agropecuária em 1930/31 e 1937/38.

Quanto à produção cafeeira, nos oito anos seguintes à crise não se altera o panorama da concentração da produção nas Zonas Central e Nova, o que seria esperado, devido à própria regionalização adotada. Elas passam de um total de 93,3% para 96,8% da produção.

Quanto ao algodão, o movimento é muito significativo: o que mais chama a atenção neste caso é o violento declínio da participação da Zona Sul, que perde sua posição de primeira produtora em 1930/31 em favor das Zonas Central e Nova.

O declínio da participação da região Sul do estado intensifica-se depois de 1933, que é o ano de auge da crise para os cafeicultores. Isso é bastante significativo se levarmos em conta que as regiões que ganham terreno após esse ano são exatamente aquelas que eram as mais dinâmicas em termos da cafeicultura, ou seja, as Zonas Central e Nova. Como havíamos visto anteriormente, nessas duas regiões houve um crescimento da produção algodoeira da ordem de 30 a 40 vezes nos sete anos depois de 1930, de modo que ao final do período elas são responsáveis por 90,4% da produção algodoeira do estado, contra os 61,6% do ano inicial. Especialmente na Zona Central, como vimos anteriormente, é bastante provável que para o algodão tenham sido transferidos muitos dos recursos antes utilizados para o café, de forma a manter a vitalidade econômica da região, que até hoje é uma das mais desenvolvidas do estado. Ao contrário, na região Sul os sintomas de "atraso" e decadência caracterizam ainda hoje muitos de seus municípios (por exemplo, do Vale do Ribeira). E, como se deduz das tabelas, apenas nas culturas mais tradicionais de subsistência é que a Zona Sul conseguiu manter seu destaque.

Quanto aos alimentos tradicionais, para o feijão, batata e açúcar ocorrem algumas mudanças; para os demais (arroz, milho, carnes), observa-se uma estabilidade maior.

Tabela 50. Participação relativa de cinco regiões do estado de São Paulo na produção agropecuária em 1930/31 (porcentagens sobre o total do estado).

Zonas	Café	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Batata	Açúcar	Bovinos	Suínos
Velha	2,0	-	11,5	7,9	6,6	0,6	4,7	11,2	5,6
Sul	1,4	36,1	9,7	8,5	17,2	4,0	20,4	7,6	14,0
Capital	3,3	2,3	2,5	14,2	9,3	69,3	8,8	5,8	10,3
Central	52,1	29,7	29,1	30,5	33,1	21,7	60,7	45,4	32,3
Nova	41,2	31,9	47,3	38,9	33,8	4,4	5,5	30,0	37,8

Fonte: EAZ (1932).

Tabela 51. Participação relativa de cinco regiões do estado de São Paulo na produção agropecuária em 1937/38 (porcentagens sobre o total do estado).

Zona	Café	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Batata	Açúcar	Bovinos	Suínos
Velha	0,7	0,3	6,9	17,0	5,1	7,6	4,5	9,9	5,2
Sul	0,7	7,9	9,3	10,4	13,1	10,3	5,2	6,7	13,6
Capital	1,9	1,4	3,0	12,6	9,6	15,7	0,6	4,5	8,3
Central	37,8	35,5	22,9	22,7	28,1	39,6	80,8	39,6	28,1
Nova	59,0	54,9	57,9	37,4	44,0	26,7	8,9	39,3	44,9

Fonte: EAZ (1939).

A distribuição espacial da produção de arroz no estado quase não se altera no período, salientando-se apenas uma diminuição mais expressiva na Zona Velha e um relativo aumento na Zona Nova.

Para o feijão, ao contrário, a Zona Velha passa a ocupar um posto de destaque ao final do período. As Zonas Sul e da Capital mantêm-se como importantes produtoras, enquanto que na Zona Central há uma expressiva queda da participação relativa.

Na produção de milho a única alteração digna de nota é o aumento da participação da Zona Nova e o ligeiro decréscimo das demais regiões.

A produção de batatas mostra uma evolução já bem mais diferenciada regionalmente, apresentando as regiões Velha, Sul e Nova significativos aumentos na participação relativa. Por outro lado, a Zona da Capital, que concentrava quase 70,0% da produção em 1930/31, passa a deter somente 16,0% da produção total em 1937/38. Dessa forma, parece haver uma generalização dessa cultura em outras áreas, de forma a torná-la mais dispersa no estado.

Se podemos nos referir a uma dispersão da produção no caso anterior, o inverso se dá com a produção do açúcar. Infelizmente não se dispõe de dados sobre a cultura canavieira, mas sim sobre a produção de açúcar, o que, em todo caso, deve refletir uma concentração também do cultivo da cana. Essa concentração se dá a favor da Zona Central, que em 1930/31 detinha 60,7% da produção, passando a 80,8% em 1937/38. A Zona Sul, ao contrário, mostra uma queda marcante na participação percentual (de 20,4% para 5,2%) no mesmo período.

Temos que lembrar que o açúcar, embora fosse importante gênero para o mercado interno, também era, nessa época, produto de exportação. No entanto, a maior parte da produção destinava-se ao abastecimento interno, especialmente do Centro-Sul, onde a urbanização se desenvolvia rapidamente.

Segundo o Anuário Açucareiro do Instituto de Açúcar e do Alcool (1942: 97), as exportações de açúcar entre 1911 e 1920 atingiram 615.182 toneladas; entre 1921 e 1930, 810.029 t e entre 1931 e 1940 somaram apenas 393.510 t, sendo o seu valor total em libras cerca de 7 vezes menor que o da década anterior.

Por outro lado, o consumo interno cresceu significativamente nesse período. Basta dizer que em 1937, por exemplo, São Paulo importou 100.394 t de açúcar de outros estados para consumo interno no estado, ao passo que a exportação total de açúcar do Brasil

para o exterior nesse mesmo ano foi de apenas 298 t. Em 1940, São Paulo importava 183.764 t, enquanto que o total exportado pelo país girava em torno de 66.133 toneladas.

Dessa forma, podemos caracterizar o açúcar como importante componente da alimentação básica em São Paulo nesse período, sem perder de vista, todavia, que as especificidades da sua produção (a transformação industrial) imprimem-lhe características diferenciadas.

A tendência à concentração da produção de açúcar na Zona Central vincula-se claramente à concentração espacial das usinas, como se deduz dos dados apresentados na Estatística Agrícola e Zootécnica: em 1931 existiam 23 usinas de açúcar em São Paulo, das quais 20 estavam localizadas na Zona Central, perfazendo 87,0% do valor da produção. Em 1938, das 34 usinas existentes, 32 localizavam-se na Zona Central, com um valor da produção correspondente a 86,6% do total do estado. Embora haja uma ligeira descentralização quanto ao valor da produção, já que no primeiro ano, 20 usinas perfaziam 87,0% desse valor e ao final havia 32 usinas compondo a mesma porcentagem, podemos observar que a distribuição espacial das usinas vem reafirmar cada vez mais a importância da Zona Central (principalmente o 6º e o 7º distritos) nessa atividade.

Finalmente, o quadro da evolução do efetivo pecuário (bovinos e suínos) nas cinco regiões mostra-se bastante estável no período.

Mais uma vez destacam-se as regiões Central e Nova, abrangendo mais de 75,0% do rebanho bovino do estado e mantendo essa posição durante todo o período, embora haja uma tendência de acréscimo na participação da Zona Nova (de 30,0% para 39,3%), o inverso ocorrendo com a Zona Central (de 45,4% para 39,6%). As demais regiões têm participação bem menos relevante na produção pecuária, e suas posições praticamente não se alteram na década em questão.

Um quadro bastante similar delineia-se quando se considera a produção de suínos: quase 70,0% do rebanho concentra-se nas Zonas Central e Nova e esse quadro não se altera no período.

Resumindo, podemos dizer que a crise não traz remanejamentos muito profundos na divisão regional do trabalho no que se refere à produção agropecuária no estado, pelo menos no que diz respeito ao período compreendido entre 1930/31 e 1937/38. Ao contrário, parece apenas cristalizar-se a tendência de maior dinamismo das regiões Central e Nova,

especialmente quanto aos produtos de maior valor comercial⁽¹⁾ (cana, algodão, pecuária, milho), reafirmando a maior vitalidade do capital nessas áreas, como havíamos sugerido anteriormente.

Nesse sentido, vale a afirmativa de Castro (1975: 82), ao analisar os efeitos da crise: “As perdas incidiram com particular violência sobre as áreas menos dotadas (de maiores custos e/ou produtoras de café de qualidade inferior), em particular aquelas em que recentemente se tentara a ressurreição da cultura”. As regiões mais “dotadas” (em termos do capital, do desenvolvimento das forças produtivas) conseguem retomar com maior vigor o ritmo da acumulação, tendendo a reafirmar-se como as mais dinâmicas.

(1) Por exemplo, de 1925/29 a 1940, os índices de preços de carnes, arroz e feijão evoluem da seguinte forma, segundo Paim (1957: 80):

	carnes	arroz	feijão
1925/29	100	100	100
1935	138	81	82
1940	231	127	107

Como vemos, nos meados da década de 30, a evolução dos preços indica a vantagem da produção pecuária sobre os alimentos tradicionais.

7. CONCLUSÕES

A análise da estrutura agrária paulista na década que sucede a crise de 1929, centrada na estrutura da posse da terra e na produção agropecuária, leva-nos, se não a conclusões definitivas e formalmente demonstradas, pelo menos à possibilidade de levantar algumas questões importantes do ponto de vista da compreensão do processo histórico de desenvolvimento.

Antes de mais nada, cumpre reconhecer a insuficiência do estudo, que se ressentia pela falta de uma análise das relações de produção, que poderia contribuir substancialmente para o aprofundamento das hipóteses aqui formuladas.

Além disso, não foram aprofundados muitos aspectos políticos que marcaram essa década, e que, embora reconhecidos como fundamentais a uma análise completa da realidade, extrapolam o âmbito deste estudo.

Sendo assim, o trabalho desenvolvido não pretendeu ser mais que complementar a outros estudos existentes e sugestivo para futuras investigações relacionadas ao tema.

As principais conclusões da análise, já indicadas ao final de cada capítulo, podem ser assim resumidas:

a) a estrutura da posse da terra em São Paulo após a crise de 1929 não apresentou modificações profundas, mantendo-se extremamente concentrada e excludente. Há que se notar que, embora houvesse ocorrido um grande aumento do número de pequenos estabelecimentos, a sua participação relativa na área total ocupada praticamente não se altera. Em outras palavras, a mesma distribuição desigual persiste, não se abalando o estatuto de uma propriedade da terra altamente concentrada.

Em termos regionais, observou-se uma tendência mais nítida à formação de pequenos estabelecimentos nas zonas mais antigas (Vale do Paraíba) e naquelas menos diretamente vinculadas ao ciclo do capital cafeeiro (região Sul do estado). As regiões que exibem uma grande estabilidade na distribuição dos estabelecimentos segundo o seu tamanho são as mais dinâmicas do ponto de vista da cafeicultura, sugerindo uma capacidade maior de resistência à crise, decorrente da maior vitalidade do capital nessas áreas, entendida como o nível mais avançado das forças produtivas e das relações de produção.

b) quanto à produção cafeeira, o mesmo fenômeno se repete, isto é, as áreas mais dinâmicas, como as Zonas Central e Nova, são as que refletem um impacto menor da crise. Isso se revela a partir de vários indicadores, tais como: a evolução do número de estabelecimentos cafeeiros, da área cultivada com café, da produção, etc., mas principalmente a partir da análise da distribuição dos estabelecimentos cafeeiros segundo o tamanho dos cafezais. Ela evidencia que, para o estado como um todo, o grau de concentração da riqueza representada pelos cafezais segue o mesmo padrão que o da posse da terra, isto é, apresenta-se também fortemente concentrado no período.

c) a cotonicultura foi a atividade mais dinâmica no período, expandindo-se a taxas elevadas em todo o estado. No entanto, o maior vigor da expansão algodoeira foi registrado exatamente nas duas regiões anteriormente referidas como as mais desenvolvidas do ponto de vista do capital, ou seja, a Zona Central e a Zona Nova.

d) a produção de alimentos em São Paulo na década de 30 não apresentou saltos significativos, mostrando, inclusive, sinais de estagnação (açúcar, suínos) ou mesmo de decadência (feijão, batatas). A produção de arroz e milho exhibe acréscimos razoáveis e a pecuária apresenta crescimento relativamente mais intenso.

Nas Zonas Velha e Sul parece firmar-se a produção dos alimentos mais tradicionais (arroz, feijão, batatas), enquanto que nas regiões mais dinâmicas tendem a concentrar-se os produtos de maior valor comercial (açúcar, milho, carnes).

Em síntese, a crise de 1929 não trouxe remanejamentos profundos à estrutura agrária paulista vista de maneira global. Reafirmou, sim, a diferenciação interna regional, a qual, se anteriormente determinada, acentua-se e cristaliza-se.

Mas, evidentemente, não seria correto dizer que a grande propriedade não sofreu nenhuma alteração, tendo permanecido absolutamente idêntica ao que era antes da crise⁽¹⁾. Temos que entender que na nova fase da acumulação capitalista que se segue a 1930 o

(1) Agradeço a lembrança dessa ordem de questão à M. Nazareth B. Wanderley.

capital passa a assumir novas formas, isto é, ele se diversifica, e o capital industrial passa a ser progressivamente a forma dominante. Na agricultura, estas novas formas encontram (ou melhor, desenvolvem) outros mecanismos de atuação. Um exemplo típico, já referido anteriormente, é o da formação de oligopsônios, com participação inclusive de empresas multinacionais, que “concentram” e comercializam a produção dos pequenos produtores. Esta é uma nova face do capitalismo na agricultura, diferente da face representada pela grande propriedade.

É evidente que isto não significa a eliminação da grande propriedade. O Estado a mantém, inclusive em seu papel predominante na agricultura, mas subordinando-a também às novas formas do capital, submetendo-a a certas transformações.

Mesmo que essas transformações não possam ser detectadas imediatamente na década de 30 (especialmente as grandes transformações técnicas - como a mecanização - que ganham impulso após a segunda guerra mundial), é importante compreender que a crise, embora seja uma pausa, é também um momento de rearticulação, que prepara as transformações para o período seguinte.

Acredito, então, que as “crises” do sistema, isoladamente, não têm o poder de romper com os rígidos padrões da propriedade da terra e do capital em benefício da classe dos produtores diretos.

Ao contrário, devemos ter em mente que os ciclos de “booms” e recessões são endêmicos no sistema capitalista e é durante as crises que são gestados os próprios mecanismos de recuperação e renegociado o pacto social de poder entre as classes dominantes. No caso particular que acabamos de estudar esse fenômeno é claro quando se considera que é durante a década de 30 que se fortalece a então nascente burguesia industrial, preparando, assim, o novo ciclo de expansão da economia paulista.

A própria expansão do número de pequenos estabelecimentos agrícolas que viemos de constatar revela-se, então, apenas como uma “solução temporária”, um mecanismo de superação da fase depressiva do ciclo, que não coloca em xeque a estrutura mais geral de propriedade vigente.

Finalmente, um ponto de partida indispensável para considerações a respeito das futuras crises econômicas é a Depressão dos anos trinta, não por causa de comparações simplicistas, ou transposições mecânicas, ou funestas profecias, mas sim porque, assim como a experiência da Depressão marcou profundamente toda uma geração, nós também temos a aprender com ela. Aprender a não ficar ao nível da retórica das classes dominantes, a não adotar a visão “oficial” dos fatos e a sua expressão através de medidas de ação que visam a am-

parar o capital personificado nessas mesmas classes, pois que não é durante as crises, evidentemente, que o problema da pobreza (no sentido mais abrangente) vai ser resolvido. Se assim não for, corremos o risco de repetir medidas que além de não se revelarem eficientes para o próprio capital, com muito menos motivo tenderiam a elevar o nível de vida da população trabalhadora. Ou, o que é pior, corremos o risco de descuidar de outras medidas, especialmente das reivindicações da população explorada, escorados no argumento de que o curso normal do desenvolvimento conduz por si só à elevação nos padrões de vida dessa população.

8. SUMMARY

This study is an analysis of the agrarian structure in the State of São Paulo in the decade following the 1929 crisis, with focus on the distribution of land and the agricultural production.

The data used pertain to a series of six years (1930/31, 1931/32, 1932/33, 1934/35, 1935/36 and 1937/38), and were published by the "Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria do Estado de São Paulo".

Principal conclusions drawn from the analysis can be summarized as follows:

- a) the distribution of land in the State of São Paulo after the 1929 crisis did not suffer intense modifications, remaining extremely concentrated. Even though there was a large increase in the number of small agricultural establishments, their relative participation in all the occupied area remained unaltered. On a regional basis, there was a greater tendency for formation of small establishments in the older zones (Vale do Paraíba) and those less engaged in coffee production (Southern region of the State). Those establishments more closely connected to the coffee production showed more stability in their distribution according to size. This suggests that there was a greater capacity to withstand the crisis due to the more intense flow of capital in these areas;
- b) this same phenomenon can be applied to the coffee production, where the more dynamic areas (Central regions and the Western part of the State) reflect a smaller impact of the crisis. This can be seen by the following: the evolution of the number of coffee production establishments; the area planted with coffee; the production and the distribution of establishments according to the size of the coffee plantations. This distribution follows the same patterns as those for land distribution, being highly concentrated during this period;

- c) the cotton plantations were dynamically activated in this period, growing at high rates in the whole state. However, the greatest growth can be attributed to the two regions previously mentioned as being the most developed from a capitalistic point of view (Central and Western areas);
- d) the food production in the State of São Paulo in the 30's did not present significant leaps, but instead, showed some signs of stagnation (sugar, swine) and signs of decadence (beans, potatoes). The rice and corn productions showed reasonable increases while livestock presented more intense increases. In the older areas, there was a stable production of the more traditional crops (rice, beans, potatoes), while the more dynamic regions tended to concentrate on crops of higher commercial value (sugar, corn, meat).

In summary, the crisis of 29 did not bring about profound changes in the agrarian structure in the State of São Paulo. However, the crisis did confirm an internal regional differentiation which existed even before the crisis.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BEIGUELMAN, P., 1978. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro: Aspectos Políticos.** 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo, Pioneira, 216 p.
- BOSERUP, E., 1965. **The Conditions of Agricultural Growth. The Economics of Agrarian Change under Population Pressure.** Chicago, Aldine Publishing Co., 124 p.
- BRANT, V.C., 1977. **Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos CEBRAP 19,** São Paulo. Edições CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências Ltda. 37-91.
- BUESCU, M., 1974. **Evolução Econômica do Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro, APEC Editora S.A. 229 p.
- CANO, W., 1977. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** Rio de Janeiro, DIFEL Difusão Editorial S.A. 317 p.
- CASTRO, A.B. de, 1975. **7 Ensaio sobre a Economia Brasileira — vol. II.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 248 p.
- DANTAS, C., 1937. **A Lavoura Paulista Antes e Depois da Crise. Revista do Instituto de Café,** ano XII, nº 124, vol. XXII, junho de 1937: 1087-1088.
- DANTAS, G., 1938. **A Crise do Café e a Expansão Algodoeira Paulista. Revista do Instituto de Café,** ano XIII, nº 132, vol. XXIV, fev. de 1938: 170-176.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1948. **Ensaio de um Quadro Demonstrativo do Desmembramento das Comarcas.** 4ª ed. São Paulo, 268 p.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1942. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1939-1940.** 783 p.

DOBB, M., 1977. **A Evolução do Capitalismo.** 6ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 482 p.

DUARTE, J.C., 1971. **Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil em 1970.** Piracicaba, ESALQ/USP, 85 p. (Dissertação de Mestrado).

FAUSTO, B., 1972. **A Revolução de 1930.** 2ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 118 p.

FLEURY, M.T.L., 1974. **A Organização do Trabalho na Lavoura Algodoeira Paulista.** São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 162 p. (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, C., 1977. **Formação Econômica do Brasil.** 15ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 248 p.

GALBRAITH, J.K., 1972. **O Colapso da Bolsa, 1929.** Rio de Janeiro, Editora Expressão e Cultura. 245 p.

GARCIA, A.E.B., 1972. **Contribuição para o Estudo do Arrendamento e Parceria Agrícola no Estado de São Paulo.** São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. 165 p. (Dissertação de Mestrado).

GERMER, C.M., 1976. **Análise Histórica das Relações entre Desenvolvimento Econômico e Estrutura Fundiária.** Piracicaba, ESALQ/USP, 218 p. (Dissertação de Mestrado).

GRAZIANO DA SILVA, J.F., 1976. **Interpretação Crítica de Alguns Recentes Estudos sobre Distribuição da Renda no Brasil.** Piracicaba, ESALQ/USP. 181 p. (Dissertação de Mestrado).

- GRAZIANO DA SILVA, J.F., 1978. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** São Paulo, Editora HUCITEC, 267 p.
- GUIMARÃES, A.P., 1968. **Quatro Séculos de Latifúndio.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 255 p.
- HOFFMANN, R., 1971. **Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil.** Piracicaba, ESALQ/USP. 161 p. (Tese de Livre-Docência).
- HOFFMANN, R., 1974. **A Distribuição de Pareto.** Piracicaba. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, ESALQ/USP. **Série Estudos nº 18.** 32 p.
- HOFFMANN, R. e J.F. GRAZIANO DA SILVA, 1975. **A Estrutura Agrária Brasileira.** In: Contador, C.R. (ed.). **Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES (Série Monográfica nº 17), 233-265.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA), 1941. **Tábuas Itinerárias Paulistas.** São Paulo, 1166 p.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA), 1950. **Censos Econômicos. Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940).** Série Regional. Parte XVII, Tomo 3. São Paulo. 601 p.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA), 1954. **São Paulo-População, Censo Demográfico do Estado de São Paulo, VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950,** 266 p.
- INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA), 1974. **Estatísticas Cadastrais/1. Sistema Nacional de Cadastro Rural, Cadastro de Imóveis Rurais de 1972.** Brasília, 492 p.
- INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA), 1978. **Vade Mecum Agrário.** Brasília, Centro Gráfico do Senado Federal. 7 volumes.
- INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL, 1942. **Anuário Açucareiro.** Rio de Janeiro, ano VIII. 162 p.

- IPARDES (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL),**
1978. O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná. Vol.
1. Curitiba, 261 p.
- KINDLEBERGER, C.P., 1973. The World in Depression: 1929-1939. London. Penguin**
Press.
- KINGSTON, J. 1938. A Concentração Agrária em São Paulo. Revista de Economia e Es-**
tatística 3(1): 33-42.
- LÊNIN, V.I., 1971. Nuevos Datos Acerca de las Leyes del Desarrollo del Capitalismo**
en la Agricultura. Cuaderno I. El Capitalismo y la Agricultura en
los Estados Unidos de America: 57-151.
- LÊNIN, V.I., 1954. O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução**
Russa de 1905-1907. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Ltda.
277 p.
- MALUF., R.S., 1978. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Paulista, 1930-**
1977. Versão Preliminar (mimeo.). 19 p.
- MARTINS, J.S., 1973. Imigração e Crise do Brasil Agrário. São Paulo, Ed. Pioneira,**
222 p.
- MARTINS, J.S., 1975. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo. Ed. Pioneira. 161 p.**
- MARTINS, J.S., 1978. As Relações de Classe e a Produção Ideológica da Noção de Traba-**
lho. Contexto nº 5. São Paulo. Ed. HUCITEC. 37-53.
- MARX, K., 1974 a. O Capital - Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro, Editora**
Civilização Brasileira S.A. (volume 4). 305 p.
- MARX, K., 1974 b. História Crítica de la Teoria de la Plusvalia. Buenos Aires, Edicio-**
nes Brumário. 413 p.
- MARX, K., 1975. O Capital-Crítica da Economia Política. 3ª ed. Rio de Janeiro,**
Editora Civilização Brasileira S.A. (volume 1 e 2). 933 p.

- MEDEIROS, L.S., 1978. Estado e Sociedade Agrária: a Questão da Reforma Agrária no Brasil. (mimeo.). 29 p.
- MELLO, J.M.C. de, 1975. O Capitalismo Tardio. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. 201 p. (Tese de Doutorado).
- MILLIET, S., 1939. Roteiro do Café e Outros Ensaio. São Paulo, Coleção Departamento de Cultura. 188 p.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1923. Recenseamento do Brasil, 1920, Agricultura (Vol. III. 1ª parte). Rio de Janeiro, 512 p.
- NOGUEIRA, O., 1962. Família e Comunidade. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 541 p.
- NOVAIS, F.A., 1975. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII). Caderno CEBRAP 17, São Paulo. 2ª ed. Ed. Brasiliense. 47 p.
- PAIM, G., 1957. Industrialização e Economia Rural. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 119 p.
- PELÁEZ, C.M., 1972. História da Industrialização Brasileira. Rio de Janeiro, APEC Editora S.A. 241 p.
- PELÁEZ, C.M., 1973. O Acordo Interamericano de Café e o Café Brasileiro Durante a Segunda Guerra Mundial. In: Ensaio sobre café e desenvolvimento econômico. Edição Ministério da Indústria e Comércio/IBC. Rio de Janeiro.
- PRADO JR., C., 1935. Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo. Revista de Geografia, Ano 1 nº 1, p. 52-64.
- PRADO JR., C., 1960. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. Revista Brasiliense nº 28, março-abril de 1960. p. 165-238.

- PRADO JR., C., 1963. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos.** 4ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense. 264 p.
- QUEDA, O., A. KAGEYAMA e J. GRAZIANO DA SILVA, 1977. **Contribuição ao Estudo da Produção dos Alimentos Básicos no Brasil.** Piracicaba, Departamento de Economia e Sociologia Rural. Ajuste MA/ESALQ/USP. 75 p.
- REVISTA DO INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1934. **O curso da prosperidade paulista.** Ano IX, nº 93, vol. XVIII, out. de 1934: 1151-1152.
- REVISTA DO INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1936. **Estudo para Divisão do Estado de São Paulo em zonas cafeeiras.** Ano XI, nº 108, vol. XX, janeiro de 1936: 34-40.
- REVISTA DO INSTITUTO DE CAFÉ DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1937. **A evolução econômica do Estado de São Paulo.** Ano XII, nº 119, vol. XXII, jan. de 1937: 24-32.
- SÁ JR., F., 1975. **O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. Seleção CEBRAP 1.** São Paulo. Editora Brasiliense: 79-134.
- SCHMIDT, C.B., 1943. **Systems of land tenure in São Paulo. Rural Sociology.** Vol. 8 nº 3, set. de 1943: 242-247.
- SCHUMPETER, J.A., 1939. **Business Cycles.** 2 vols. New York. Mac Graw-Hill Book Company, Inc. 1095 p.
- SCHUMPETER, J.A., 1942. **Capitalism, Socialism and Democracy.** New York, Harper and Brothers Publishers. 381 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 1926. **O CAFÉ. Estatística de Produção e Comércio,** 191 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1932. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1930-1931.** 92 p.

- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1933. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1931-1932.** 105 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1933. **O CAFÉ. Estatística de Produção e Comércio.** 238 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1934. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1932-1933.** 110 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1936. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1934/1935.** 109 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1937. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1935/1936.** 107 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1937. **O CAFÉ. Estatística de Produção e Comércio.** 261 p.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1939. **Estatística Agrícola e Zootécnica de 1937/1938.** 122 p.
- SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1936. **Recenseamento Agrícola-Zootécnico realizado em 1934. Comissão Central do Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico.** 216 p.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO, 1972 e 1973. **Diagnóstico das Regiões Administrativas.** (11 volumes).
- SERVILHA, V., 1977. **A Agricultura e a Acumulação de Capital no Brasil.** Belo Horizonte, CEDEPLAR. UFMG. 127 p. (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, S., 1976. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Omega. 120 p.

- SINGER, P., 1968. **Desenvolvimento e Crise.** São Paulo, Difusão Européia do Livro. 181 p.
- SINGER, P., 1973. a. **Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil.** *Debate e Crítica*, nº 1, jul.-dez. de 1973. São Paulo, Editora HUCITEC: 67-94.
- SINGER, P., 1973. b. **Agricultura e Desenvolvimento Econômico.** In: Szmrecsányi, T. e O. Queda (org.). **Vida Rural e Mudança Social.** São Paulo, Companhia Editora Nacional. 165-183.
- SINGER, P., 1977. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.** 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 377 p.
- STEIN, S.J., 1961. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba.** São Paulo, Editora Brasiliense, 372 p.
- SWEEZY, P.M., 1976. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista.** 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 413 p.
- SZMRECSÁNYI, T., 1978. **Expansão da Fronteira Agrícola e Mudanças na Estrutura Agrária.** Trabalho apresentado no V Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos, promovido pelo CERU. São Paulo. 17 p. (mimeo.).
- VIEIRA, F.I.S., 1973. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista.** São Paulo, Livraria Pioneira Editora/Editora da USP. 270 p.
- VILLELA, A.V. e W. SUZIGAN, 1975. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945.** 2ª ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. 454 p.
- WANDERLEY, M.N.B., 1978. **O Capital e a Propriedade Fundiária.** *Jornal do Engenheiro Agrônomo* nº 89, julho de 1978, p. 16-20.

APÊNDICE

Rodolfo Hoffmann *

1. Métodos de estimação das áreas totais por estrato.

Para obter estimativas das áreas totais por estrato e calcular os índices de concentração, foi elaborado um programa para computador cujas características relevantes, para o caso desta dissertação, são descritas a seguir.

Os dados disponíveis nas “Estatística Agrícola Zootécnica” sobre a distribuição dos estabelecimentos rurais conforme sua área consistem no número de estabelecimentos para 8 estratos de área e na área total de todos os estabelecimentos do estado ou da região considerada.

Para caracterizar melhor a distribuição e obter uma medida do respectivo grau de concentração, é necessário estimar as áreas de cada estrato.

O programa exige que a área média do primeiro estrato seja fornecida. Não havendo maneira segura de obter esse dado, é recomendável fazer os cálculos considerando várias hipóteses e analisar a sensibilidade dos resultados em função do valor da área média no primeiro estrato.

Para os estratos seguintes, até o penúltimo, a área total do estrato foi esti-

* Professor da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da USP.

mada com base na distribuição de Pareto com dois parâmetros ⁽¹⁾:

$$F(v) = 1 - \left(\frac{\theta}{v}\right)^\alpha \quad \text{para } v > \theta \quad (1)$$

onde v é a área do estabelecimento, $F(v)$ é a função de distribuição e α e θ são parâmetros, com $\theta > 0$ e $\alpha > 1$.

De (1) podemos obter a probabilidade de um estabelecimento ter área superior a v , que é

$$1 - F(v) = \left(\frac{\theta}{v}\right)^\alpha$$

Sendo N o número total de estabelecimentos, o número de estabelecimentos com área superior a v é dado por

$$U = [1 - F(v)] N = \frac{A}{v^\alpha} \quad (2)$$

onde

$$A = N \theta^\alpha \quad (3)$$

Dada a população dividida em k estratos, seja v_h (com $h = 1, \dots, k$) o limite inferior do h -ésimo estrato (coincidindo, a partir do 2º estrato, com o limite superior do estrato anterior) e seja x_h o número de estabelecimentos no h -ésimo estrato. Se N é o número total de estabelecimentos, temos, obviamente,

$$N = \sum_{h=1}^k x_h$$

O número de estabelecimentos com área superior a v_h é

$$U_h = \sum_{i=h}^k x_i \quad (4)$$

e o número de estabelecimentos com área superior a v_{h+1} é

$$U_{h+1} = \sum_{i=h+1}^k x_i \quad (5)$$

(1) A análise de algumas características da distribuição de Pareto pode ser encontrada em Hoffmann (1974).

De acordo com (2) temos

$$U_h = \frac{A}{v_h^\alpha} \quad (6)$$

e

$$U_{h+1} = \frac{A}{v_{h+1}^\alpha} \quad (7)$$

Aplicando logaritmos às expressões (6) e (7) e subtraindo membro-a-membro, obtemos.

$$\log U_h - \log U_{h+1} = \alpha (\log v_{h+1} - \log v_h)$$

ou

$$\alpha = \frac{\log U_h - \log U_{h+1}}{\log v_{h+1} - \log v_h} \quad (8)$$

Uma vez que os valores de v_h e x_h (com $h = 1, \dots, k$) são dados, podemos, através de (4) e (5), calcular os valores de U_h e U_{h+1} e, em seguida, através da expressão (8), calcular o parâmetro α , que será utilizado, como veremos, para calcular a área total dos estabelecimentos do estrato.

Se admitirmos que a função de distribuição dos estabelecimentos de acordo com sua área é $F(v)$, a área total dos estabelecimentos no h -ésimo estrato é dada por

$$s_h = N \int_{v_h}^{v_{h+1}} v dF(v) \quad (9)$$

De (1) segue-se que

$$dF(v) = \frac{\alpha \theta^\alpha}{v^{\alpha+1}} dv$$

Substituindo esse resultado em (9) e lembrando (3), obtemos

$$s_h = \alpha A \int_{v_h}^{v_{h+1}} \frac{1}{v^\alpha} dv$$

Efetuada a integração e lembrando (2), obtemos

$$s_h = \frac{\alpha}{\alpha - 1} (U_h v_h - U_{h+1} v_{h+1}) \quad (10)$$

Como já dispomos do valor de α , obtido de (8), a expressão (10) nos dá uma estimativa da área total dos estabelecimentos do h -ésimo estrato.

Tendo estimado a área correspondente aos $k - 1$ primeiros estratos e uma vez que é dada a área total (S) de todos os estabelecimentos da região, a área dos estabelecimentos do último estrato (s_k) é obtida por diferença, isto é,

$$s_k = S - \sum_{h=1}^{k-1} s_h \quad (11)$$

2. Determinação dos percentis e da correspondente percentagem da área total dos imóveis

No primeiro estrato a interpolação de percentis foi realizada admitindo-se que a função de densidade da distribuição dentro desse estrato é linear⁽²⁾, isto é, temos

$$f(v) = \alpha + \beta v \quad \text{para} \quad v_1 \leq v \leq v_2$$

$$\text{De } \int f(v) dv = 1$$

obtemos

$$\alpha = \frac{1}{\theta} - \beta \left(v_1 + \frac{D}{2} \right) \quad (12)$$

onde $D = v_2 - v_1$

A média de uma distribuição com função de densidade linear é dada por:

$$\mu = v_1 + \frac{D}{2} + \frac{D^3}{12} \quad (13)$$

Definimos $\lambda = (\mu - v_1)/D$. Uma vez que $f(v_1) \geq 0$ e $f(v_2) \geq 0$, pode-se deduzir que

$$\frac{1}{3} \leq \lambda \leq \frac{2}{3} \quad (14)$$

(2) Ver Hoffmann (1976), especialmente exercício 3.6, p. 44.

Demonstra-se que

$$\beta = \frac{6}{D^2} (2\lambda - 1) \quad (15)$$

e

$$\alpha = [2 - 3\lambda + (3 - 6\lambda) \frac{v_1}{D}] \frac{2}{D} \quad (16)$$

Admitamos que se queira determinar o percentil que delimita os primeiros 100 p % da população de estabelecimentos. Se esse percentil está no primeiro estrato que contém a proporção x_1/N da população, isso implica em determinar o percentil que delimita os primeiros 100p% dos estabelecimentos desse estrato, onde $p = N \cdot 1/x_1$. Esse percentil é dado por

$$v = \frac{1}{\beta} [\sqrt{(\alpha + \beta v_1)^2 + 2\beta p} - \alpha] \quad (17)$$

se $\beta \neq 0$, e por

$$v = v_1 + Dp \quad (18)$$

se $\beta = 0$.

Uma vez que os valores de v_1 , v_2 e μ são conhecidos, podemos calcular os valores de $D = v_2 - v_1$ e $\lambda = (\mu - v_1)/D$. Se a condição (14) for obedecida, calculamos, através de (15) e (16), os valores de β e α e podemos, então, obter o percentil desejado utilizando (17) ou (18).

Finalmente, a proporção da área do estrato correspondente aos primeiros 100 p % dos estabelecimentos do estrato é dada por

$$\Phi(v) = \frac{1}{\mu} \left[\frac{\alpha}{2} (v^2 - v_1^2) + \frac{\beta}{3} (v^3 - v_1^3) \right]$$

o que corresponde à proporção $s_1 \Phi(v)/S$ da área total dos estabelecimentos do estado.

Nos estratos seguintes, até o penúltimo, a interpolação de percentis foi feita com base nas distribuições de Pareto já utilizadas para estimar as áreas médias desses estratos, como vimos na seção anterior.

No último estrato, com estabelecimentos de área superior a v_k , a interpo-

lação de percentis foi feita com base em uma distribuição de Pareto com dois parâmetros compatíveis com a área média estimada, que é $\mu = s_k/x_k$, onde s_k é o valor obtido de (11). O parâmetro α dessa distribuição é dado por⁽³⁾

$$\alpha = \frac{\mu}{\mu - v_k}$$

O 100 p -ésimo percentil de uma distribuição de Pareto, como foi definida na seção anterior, é dado por⁽⁴⁾

$$v = \theta (1 - p)^{-1/\alpha}$$

e a correspondente proporção da área é

$$\Phi(v) = 1 - \left(\frac{\theta}{v}\right)^{\alpha - 1}$$

3. Limites para o índice de Gini

Dispondo das áreas médias para todos os estratos, podem ser calculados os limites inferior e superior para o índice de Gini da distribuição dos estabelecimentos conforme sua área, qualquer que seja a distribuição dentro dos estratos. As expressões necessárias podem ser encontradas em Hoffmann (1976) ou Hoffmann (1979). É importante enfatizar que só podemos afirmar que o intervalo assim delimitado contém o verdadeiro valor do índice de Gini da distribuição se admitirmos que as áreas médias por estrato estão corretas. No caso desta dissertação, entretanto, as áreas dos estratos foram estimadas fazendo-se certas pressuposições a respeito da distribuição. De qualquer maneira, acredito que o intervalo apresentado permite avaliar o grau de precisão do índice de Gini estimado.

(3) Ver Hoffmann (1974)

(4) Ver Hoffmann (1976), exercício 35, pp. 43-44.

BIBLIOGRAFIA CITADA

HOFFMANN, R. (1974) A Distribuição de Pareto. Série Estudos nº 18. Departamento de Economia e Sociologia Rural, ESALQ-USP, Piracicaba.

HOFFMANN, R. (1976) Medidas de Concentração de uma Distribuição e a Desigualdade Econômica em uma Sociedade. Série Estudos nº. 20. Departamento de Economia e Sociologia Rural, ESALQ-USP, Piracicaba.

HOFFMANN, R. (1979) Estimação da Desigualdade dentro de Estratos no Cálculo do índice de Gini e da Redundância. A ser publicado em Pesquisa e Planejamento Econômico.